

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES INTELIGENTES E  
SUSTENTÁVEIS**

**FELIPE EDUARDO PORTELA DE PAULO**

**REQUALIFICAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL: O PROJETO  
PORTO MARAVILHA E SUAS IMPLICAÇÕES**

**São Paulo**

**2024**

**FELIPE EDUARDO PORTELA DE PAULO**

**REQUALIFICAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL: O PROJETO  
PORTO MARAVILHA E SUAS IMPLICAÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

**Orientador: Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.**

Felipe Eduardo Portela de Paulo

**São Paulo**

**2024**

De Paulo, Felipe Eduardo Portela.

Requalificação urbana no Rio de Janeiro, RJ, Brasil: o projeto porto maravilha e suas implicações. / Felipe Eduardo Portela De Paulo. 2024.

109 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2024.

Orientador (a): Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

1. Requalificação urbana. 2. Projeto Porto Maravilha. 3. Impacto social. 4. Gentrificação. 5. Políticas públicas.

**REQUALIFICAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL: O PROJETO  
PORTO MARAVILHA E SUAS IMPLICAÇÕES**

**Por**

**FELIPE EDUARDO PORTELA DE PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

---

**Orientador Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma – Universidade Nove de Julho –  
UNINOVE**

---

**Profa. Dra. Alessandra Cristina Guedes Pellini - Universidade Nove de Julho –  
UNINOVE**

---

**Prof. Dr. Diego de Melo Conti – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-  
CAMPINAS**

**São Paulo, 03 de abril de 2024.**

## **DEDICATÓRIA**

A Eles.

A todos que se encontram em grau de vulnerabilidade socioambiental e deveriam ser os principais alvos de políticas de urbanismo.

À minha mãe que sempre me ensinou o valor da cultura.

Ao Oliver pela companhia em todo o processo.

À Bruna e à medicina, por terem me dado o tempo necessário para concluir o mestrado.

*“Onde estiver, seja lá como for. Tenha fé, porque até no lixão nasce flor”*

*Vida Loka, dos Racionais MC's*

*"Nasci quilombo e cresci favela!"*

*Samba-enredo 2024, Um defeito de Cor - G.R.E.S. Portela*

## **AGRADECIMENTOS**

Cabe-me registrar meus agradecimentos aos colegas e professores do PPG-CIS, pela experiência e colaboração ao longo do programa, em especial o agora Mestre Rodrigo Kuster por todo o companheirismo ao longo dessa jornada.

À Universidade Nove de Julho, pela bolsa concedida e por acreditar que mesmo um aluno sem um perfil clássico da academia pode ser um pesquisador.

Além desses, gostaria de agradecer a Professora Dra. Alessandra Pellini, pelas sugestões e carinho durante todo o curso, bem como, o Professor Dr. Diego Conti pelo embate construtivo, mas acima de tudo pragmático, orientado e enriquecendo tanto na qualificação, quanto na defesa desta dissertação.

Por último, mas não menos importante, agradeço também ao meu orientador, Professor Dr. Cristiano Quaresma, que ao longo do período do mestrado, foi a síntese do que se espera de um docente, efetivamente um referencial, contando com a paciência extrema para lidar com perfis diferentes de orientandos, mas sem jamais deixar de inspirar. Agradeço por tudo, desde das produções de artigos até este momento de consolidação da pesquisa, bem como o autêntico desejo de continuar o desenvolvimento dessa problemática em futuros capítulos. Vou além, parafraseando um colega de turma: - *Sorte a minha em tê-lo como orientador e amigo.*

## Resumo

**Introdução:** O Projeto Porto Maravilha, lançado em 2009 no Rio de Janeiro, teve como objetivo revitalizar a região portuária para eventos esportivos internacionais, envolvendo empresas como Odebrecht e OAS, em parceria com os governos federal e estadual. No entanto, críticas surgiram devido à falta de habitações populares, gentrificação e falta de transparência. Diante disso, torna-se relevante analisar os estudos realizados até o momento para sintetizar seu conteúdo, identificar lacunas e interpretar seus resultados. **Objetivo:** O objetivo desta dissertação é analisar os impactos atribuídos ao Projeto Porto Maravilha, sob a perspectiva do urbanismo neoliberal, na região portuária do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Metodologia:** A pesquisa, classificada como exploratória e qualitativa, utilizou a revisão sistemática de literatura com análise de conteúdo e bibliometria, com base em 84 artigos selecionados nas bases bibliográficas *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*. **Resultados:** Os resultados revelam impactos complexos, como turistificação da região, enfrentando desafios como gentrificação e exclusão social. A abordagem neoliberal se reflete na financeirização do espaço urbano, gerando tensões entre lucro financeiro e justiça social. Quanto aos aspectos histórico-culturais, o projeto promove e preserva o patrimônio cultural, mas suscita preocupações sobre a diluição da história da escravidão e exclusão de narrativas marginalizadas. **Conclusão:** Conclui-se que o Projeto Porto Maravilha impactou significativamente a região, envolvendo aspectos financeiros, imobiliários e sociais. No entanto, há uma lacuna em relação à participação efetiva da população local na modelagem do projeto e uma escassez de estudos sobre a documentação regulatória e a percepção da comunidade. Sugerem-se estudos futuros que incorporem abordagens metodológicas mais participativas para uma compreensão mais abrangente dos impactos do projeto.

**Palavras-chave:** Requalificação urbana; Projeto Porto Maravilha; Impacto social; Gentrificação; Políticas públicas.

## Abstract

**Introduction:** The Porto Maravilha Project, launched in 2009 in Rio de Janeiro, aimed to revitalize the port region for international sporting events, involving companies such as Odebrecht and OAS, in partnership with the federal and state governments. However, criticism has arisen due to the lack of affordable housing, gentrification and lack of transparency. Given this, it is important to analyze the studies carried out to date to summarize their content, identify gaps and interpret their results. **Objective:** The objective of this dissertation is to analyze the impacts attributed to the Porto Maravilha Project, from the perspective of neoliberal urbanism, in the port region of Rio de Janeiro, RJ, Brazil. **Methodology:** The research, classified as exploratory and qualitative, used a systematic literature review with content analysis and bibliometrics, based on 84 articles selected from the Web of Science, Scopus and Scielo bibliographic databases. **Results:** The results reveal complex impacts, such as touristification of the region, facing challenges such as gentrification and social exclusion. The neoliberal approach is reflected in the financialization of urban space, generating tensions between financial profit and social justice. Regarding historical-cultural aspects, the project promotes and preserves cultural heritage, but raises concerns about the dilution of the history of slavery and exclusion of marginalized narratives. **Conclusion:** It is concluded that the Porto Maravilha Project significantly impacted the region, involving financial, real estate and social aspects. However, there is a gap regarding the effective participation of the local population in project shaping and a scarcity of studies on regulatory documentation and community perception. Future studies are suggested that incorporate more participatory methodological approaches for a more comprehensive understanding of the project's impacts.

**Keywords:** Urban requalification; Porto Maravilha Project; Social impact; Gentrification; Public policies.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Critérios de Elegibilidade

Quadro 2 – Codificação e categorização de acordo com Bardin (2011)

Quadro 3 – Fontes de financiamento do projeto Porto Maravilha e autores que as citaram

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Mapa Censitário renda e localização do estado do Rio de Janeiro

Figura 2 - Relação entre a quantidade dos artigos incluídos e os respectivos anos de publicação

Figura 3 – Relação entre publicações e seus respectivos países de origem, bem como, conceitos QUALIS e JCR.

Figura 4 – Nuvem de palavras relacionada aos títulos e palavras-chave dos estudos incluídos

Figura 5 – Quantidade de artigos por subcategorias.

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AED	Área de Expansão Demográfica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEPAC	Certificado de Potencial Adicional de Construção
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FIFA	Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JCR	Journal Citation Rate
LEED ND	Liderança em Energia e Design Ambiental para Desenvolvimento de Bairros
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OUC	Operações Urbanas Consorciadas
PPP	Parceria Público-Privada
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SPV	Special Purpose Vehicle - Veículos para fins especiais
SSE	Sistemas socioecológicos
STF	Supremo Tribunal Federal
TIF	Financiamento por Incremento de IMposto
TIS	Estudo de Impacto no Tráfego
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA .....	17
1.2 PERGUNTA DA PESQUISA .....	18
1.3 OBJETIVOS .....	18
1.3.1 Objetivo Geral .....	18
1.3.2 Objetivos Específicos .....	18
1.4 JUSTIFICATIVA .....	19
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	21
2.1 O PENSAMENTO NEOLIBERAL.....	21
2.2 REQUALIFICAÇÃO URBANA E IMPACTOS SOCIOCULTURAIS .....	24
2.2.1 Urbanismo Neoliberal, características e críticas .....	24
2.2.2 Requalificação Urbana, Espaço Urbano e Transformações Sociais .....	28
2.2.3 Processos de transformação urbana e seus impactos .....	30
2.2.4 Relação entre espaço urbano e desigualdades sociais .....	31
2.3 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL .....	34
2.3.1 Conceitos e teorias sobre democracia participativa .....	34
2.3.2 Participação popular nos processos de tomada de decisão e planejamento urbano .....	36
2.3.3 Comunidades quilombolas: conceito, origem histórica da Comunidade da Pedra do Sal e direitos .....	46
2.3.4 Experiências de participação popular em projetos de requalificação urbana envolvendo comunidades quilombolas .....	51
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	54
4. RESULTADOS .....	58
4.1 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.....	63
4.1.1 Turistificação.....	63
4.1.2 Gentrificação   Expropriação   Desocupação.....	66
4.1.3 Financeirização.....	72
4.1.4 Enobrecimento   Elitização.....	76
4.1.5 Mercantilização da cidade .....	77
4.1.6 Segregação socioespacial .....	81
4.1.7 Militarização.....	84

4.1.8 Marketing territorial .....	85
4.1.9 Legado Olímpico   Megaeventos esportivos .....	87
4.2.IMPACTOS AMBIENTAIS.....	89
4.2.1 Licenciamento e certificação ambiental .....	89
4.3.IMPACTOS HISTÓRICO-CULTURAIS .....	90
4.3.1 Herança e patrimônio cultural .....	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
6. APÊNDICE I – LISTA DE CONTROLE DE ARTIGOS COM A APLICAÇÃO DOS RESPECTIVOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	98
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106

## 1. INTRODUÇÃO

O urbanismo neoliberal surge em resposta a desafios urbanos, como infraestrutura envelhecida e crescimento desordenado, enfatizando a colaboração entre o setor público e o privado para a revitalização de áreas em declínio. No entanto, equilibrar eficiência e justiça social é um desafio constante.

Nos últimos anos, o urbanismo neoliberal se tornou um tema central nos estudos urbanos. Esse modelo de desenvolvimento urbano, fortemente orientado pelo mercado e pelas parcerias público-privadas, levanta questões fundamentais sobre a participação pública, a desigualdade e o impacto na revitalização de áreas urbanas (SOUZA, 2018).

Neste contexto, a cidade transcende sua função tradicional como simples palco de relações sociais ou negócios. Como aponta Maricato (2015), a cidade pode ser vista não apenas como um suporte, um palco onde as coisas acontecem, mas também como o próprio negócio ou mercadoria, introduzindo uma dinâmica complexa. Ela destaca a diferenciação entre ser um mero cenário onde eventos se desenrolam e se tornar o próprio objeto central do processo de acumulação, sublinhando as implicações profundas do urbanismo neoliberal na transformação da cidade em um ativo central no jogo da acumulação.

As parcerias público-privadas (PPPs) desempenham um papel central no urbanismo neoliberal, permitindo investimentos privados em projetos de requalificação. Isso se manifesta em cidades de todo o mundo, incluindo Dubai, Tóquio e Buenos Aires (GLEDHILL & HITA, 2018).

O Rio de Janeiro, notadamente receptivo a eventos esportivos globais, viu uma intensa requalificação urbana na área portuária, conhecida como Projeto Porto Maravilha. No entanto, críticas relacionadas à desigualdade, gentrificação e falta de participação da comunidade são evidentes (SOUZA, 2018).

O urbanismo neoliberal é alvo de críticas que ressaltam suas implicações sociais, econômicas e políticas. Na América Latina, a conexão entre revitalização urbana e políticas neoliberais gera preocupações, como exclusão social e gentrificação (GLEDHILL & HITA, 2018).

Souza (2018) destaca como o Brasil, apesar de avanços no Estatuto da Cidade, enfrenta desafios na implementação de políticas urbanas eficazes, com investimentos descoordenados que afetam negativamente as cidades.

De acordo com Souza (2018), os megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol da FIFA e os Jogos Olímpicos, atraem grandes volumes de recursos financeiros, materiais e humanos, beneficiando vários setores, como mídia, hotelaria, turismo, comércio e marketing. No entanto, essas iniciativas concentram investimentos públicos e privados em áreas específicas, muitas vezes com desdobramentos difíceis de medir para as cidades-sede. Isso levanta questões sobre quem se beneficia e quem sai prejudicado com esses eventos e quais são os legados deixados para as cidades após o término dos megaeventos.

Ainda com Souza (2018) observa-se que em países com economias avançadas, esses eventos se encaixam em contextos urbanos bem desenvolvidos, buscando atrair novos capitais, rentabilidades e aumentar o turismo. Eles podem levar a investimentos em áreas decadentes e promover a comercialização de esportes e cidades.

Globalização financeira e urbanismo neoliberal são mencionados como fatores que ampliam a realização de megaeventos em países emergentes. Isso pode levar a investimentos públicos significativos e ganhos corporativos, mas também pode resultar em impactos negativos, como endividamento público prolongado e destruição de áreas urbanas consolidadas (SOUZA, 2018).

O autor destaca como os megaeventos no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, levaram a uma gestão corporativa das cidades, com grandes investimentos em infraestrutura e parcerias público-privadas. Essa gestão pode beneficiar empresas, mas levanta preocupações sobre a exclusividade de uso e a privatização do espaço urbano.

Nesse contexto, esta dissertação se concentra na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, que passou por uma intensa política pública de requalificação com o Projeto Porto Maravilha, iniciado em 2009, especialmente para atender aos Jogos Olímpicos, Jogos Pan-Americanos e Copa do Mundo. A iniciativa Porto Maravilha decorre de uma Operação Urbana Consorciada, conforme regulamentado pela Lei Municipal da Cidade do Rio de Janeiro nº 10, de 2009. Empresas de destaque, como a Odebrecht e a OAS, fizeram parte do projeto, unindo esforços com os governos Federal e Estadual.

A requalificação urbana da região portuária do Rio de Janeiro tem sido um tema de grande interesse acadêmico e social, especialmente devido à sua importância histórica e cultural. Assim, a questão do Porto Maravilha se torna ainda mais relevante, considerando que a área do porto engloba não apenas um espaço econômico essencial, mas também um valor histórico altamente relevante, contando com a presença da comunidade quilombola da Pedra do Sal, que historicamente foi marginalizada e excluída dos processos de tomada de decisão e do planejamento urbano. Além disso, a área também abriga um conjunto de locais históricos, conhecido como Pequena África, revela uma parte fundamental da história do Brasil, entrelaçada com o tráfico transatlântico de escravos e a resistência afro-brasileira. Três locais emblemáticos dessa história são o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a própria Pequena África.

O Cais do Valongo é um dos sítios arqueológicos mais significativos do Rio de Janeiro. Durante o século XIX, foi um dos principais pontos de chegada de africanos escravizados ao Brasil. Estima-se que mais de um milhão de africanos desembarcaram no Rio durante esse período sombrio da história brasileira. Em 2017, o Cais do Valongo foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO, destacando sua importância como testemunho material do tráfico transatlântico de escravos (HONORATO, 2019).

Localizado nas proximidades do Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos é um local sagrado que remonta ao século XIX. Foi o local de enterro de africanos que não sobreviveram às cruéis condições do comércio de escravos e da escravidão. Este cemitério testemunha a tragédia vivida por aqueles que foram trazidos à força para o Brasil, mas também representa a resiliência da cultura afro-brasileira (HONORATO, 2019).

A Pequena África é uma área histórica que engloba os arredores do Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos. Durante o século XIX, a região era um epicentro da cultura negra no Rio de Janeiro, com influências africanas vivas na música, na dança, na religião e nas práticas culturais. Muitos quilombos urbanos e comunidades de ex-escravizados se estabeleceram na Pequena África, contribuindo para a riqueza da cultura afro-brasileira, sendo o Quilombo da Pedra do Sal o mais famoso e atualmente reconhecido (HONORATO, 2019).

Hoje, para o autor esses locais históricos servem como pontos de memória e resistência, lembrando o legado da escravidão, mas também celebrando a resiliência, a criatividade e a luta do povo afro-brasileiro.

Passados mais de catorze anos após o lançamento do Projeto Porto Maravilha, há produção científica relevante sobre os problemas decorrentes da intervenção urbanística. Contudo, tal literatura se encontra espalhada em diversos artigos de recortes e qualidades distintos. Assim, torna-se relevante analisar os estudos realizados até o momento, visando à identificação dos principais tópicos e tendências abordados pela produção científica existente, bem como dos impactos, oportunidades e desafios históricos, sociais, ambientais, econômicos e culturais proporcionados à região portuária do Rio de Janeiro.

O estudo dessa complexa relação é fundamental para promover uma discussão informada sobre o desenvolvimento urbano sustentável e a inclusão social, à medida que o Rio de Janeiro e outras cidades enfrentam desafios semelhantes no cenário global.

O entendimento das implicações do projeto Porto Maravilha contribuirá para o aprimoramento das políticas públicas, a proteção do patrimônio cultural e a promoção da justiça social em uma cidade historicamente marcada pela desigualdade.

## **1.1 PROBLEMA DA PESQUISA**

Após mais de uma década do início do Projeto Porto Maravilha, que se enquadra na perspectiva do urbanismo neoliberal, torna-se relevante avaliar seu impacto na região portuária do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Este projeto de requalificação urbana foi concebido inicialmente para preparar a cidade para eventos esportivos globais, como os Jogos Olímpicos, o Pan-americano e a Copa do Mundo. No entanto, à medida que o tempo avançou, emergiram diversas críticas que enfocam a falta de prioridade na promoção de habitações populares, a crescente gentrificação, a privatização de espaços públicos e a falta de transparência em sua execução.

Destacam-se o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, o Morro da Providência, a Pequena África e o Quilombo Pedra do Sal, que representam símbolos de resistência e da herança afro-brasileira, desempenhando um papel fundamental na preservação da memória cultural afrodescendente.

No contexto de pesquisas acadêmicas, diversas críticas têm emergido, principalmente em relação à falta de prioridade na promoção de habitações populares e ao impacto na população de baixa renda. A gentrificação e a falta de transparência também têm sido apontadas

como características do projeto. Além disso, apesar das promessas de habitação social, o plano correspondente não foi efetivado, e os recursos originalmente destinados a áreas carentes foram redirecionados para a construção de atrações turísticas.

Nesse contexto, após catorze anos do lançamento do Projeto Porto Maravilha, torna-se relevante a análise dos estudos realizados até o momento, visando à síntese do conteúdo e da qualidade dessas pesquisas, à identificação de lacunas, bem como à sumarização e interpretação de seus resultados.

## **1.2 PERGUNTA DA PESQUISA**

Considerando essas preocupações, é imperativo indagar: Como o Projeto Porto Maravilha influenciou a região portuária do Rio de Janeiro nos últimos catorze anos, especialmente no que diz respeito aos impactos sociais, ambientais e econômicos? De que maneira esses impactos se manifestaram na comunidade local, em particular no Quilombo Pedra do Sal, e nas populações de baixa renda?

Tais indagações orientarão a presente dissertação de modo a que se possa compreender em profundidade o impacto desse projeto, particularmente sobre a comunidade local, incluindo a comunidade do Quilombo Pedra do Sal, e avaliar em que medida as promessas de desenvolvimento sustentável, justiça social e inclusão urbana foram efetivamente cumpridas.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar os impactos atribuídos ao Projeto Porto Maravilha, sob a perspectiva do urbanismo neoliberal, na região portuária do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

1. Analisar os principais temas, abordagens e tendências na produção científica relacionada ao Projeto Porto Maravilha;

2. Avaliar os impactos históricos, sociais, ambientais, econômicos e culturais atribuídos ao Projeto Porto Maravilha na região portuária do Rio de Janeiro; e,
3. Examinar os impactos do Projeto Porto Maravilha na comunidade local, com foco específico na comunidade do Quilombo Pedra do Sal e nas populações de baixa renda afetadas.

#### **1.4 JUSTIFICATIVA**

O Projeto Porto Maravilha, uma notável iniciativa de requalificação urbana na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, representa um caso relevante no contexto do urbanismo neoliberal e tem atraído considerável interesse acadêmico e social. Iniciado em 2009, como parte da preparação para eventos esportivos globais, como os Jogos Olímpicos, o Pan-americano e a Copa do Mundo, o projeto envolveu parcerias público-privadas e a participação de empresas de destaque, incluindo a Odebrecht e a OAS, em colaboração com os governos federal e estadual. No entanto, ao longo dos anos, emergiram inúmeras críticas relacionadas à falta de prioridade na promoção de habitações populares, crescente gentrificação, privatização de espaços públicos e falta de transparência.

A relevância histórica e cultural da área portuária, marcada por sítios arqueológicos como o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, além da presença da comunidade do Quilombo Pedra do Sal, que representa a herança afro-brasileira e a resistência, torna essa pesquisa fundamental. Esses locais representam símbolos da memória cultural afrodescendente e desempenham um papel crucial na preservação dessa história.

A análise do estado da arte da produção científica dos últimos catorze anos sobre o Projeto Porto Maravilha visa abordar essas questões críticas. É importante compreender até que ponto as promessas de desenvolvimento sustentável, justiça social e inclusão urbana foram efetivamente cumpridas, especialmente considerando a comunidade do Quilombo Pedra do Sal e outras populações locais de baixa renda afetadas pelo projeto.

Os resultados desta pesquisa podem contribuir para embasar futuras políticas públicas, auxiliar tomadas de decisão informadas e apoiar estudos subsequentes voltados para a promoção da justiça social e da inclusão urbana. Além disso, essa investigação visa dar voz às comunidades afetadas e destacar a importância da participação democrática nos processos de desenvolvimento urbano.

O entendimento das implicações do Projeto Porto Maravilha pode servir como um guia valioso para cidades que enfrentam desafios semelhantes em todo o mundo, abordando as tensões entre o urbanismo neoliberal e a inclusão social, bem como a proteção do patrimônio cultural em áreas de relevância histórica.

## **1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação está dividida em seis seções principais. A primeira seção trata-se da presente introdução, contendo subtópicos que contextualizam o tema, o problema de pesquisa, a pergunta de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa.

O segundo capítulo aborda o referencial teórico, que se encontra estruturado por meio de revisões de literatura relacionadas aos campos de estudo, em três grandes tópicos com subtemas, sendo eles: O pensamento neoliberal, Requalificação urbana e impactos socioculturais e Democracia Participativa e Comunidades Quilombolas no Brasil

Além disso, esta pesquisa inclui uma terceira seção dedicada à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados, e o capítulo quarto apresenta os resultados e discussões. Por fim, os capítulos quinto e sexto, respectivamente, apresentam a conclusão e as referências bibliográficas da presente pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O PENSAMENTO NEOLIBERAL

O neoliberalismo, uma teoria econômica e política que ganhou destaque nas décadas de 1980 e 1990, surge como resposta ao keynesianismo e ao *welfare state* pós Segunda Guerra Mundial, conforme Andrade (2019). Este tópico aborda a história do neoliberalismo, destacando seus principais pensadores e críticos relevantes.

A definição do neoliberalismo, conforme defende Andrade (2019) é de alta complexidade e polêmico, seja pela amplitude do termo, seja pelo desenvolvimento ao longo do tempo, passando por diversas abordagens de Foucault, Max Weber, Bordieu e Marx. Pelo alinhamento com o Harvey (1980) e o tópico direito à cidade, trazemos então o entendimento deste como esteio teórico.

Para Duménil & Lévy (2014), temos o neoliberalismo como uma ordem social em que um novo regime é imposto ao trabalho e novos modelos de organização são infundidos, em especial o livre comércio e a livre mobilidade de capital.

Para Andrade (2019), esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária.

As raízes do neoliberalismo podem ser rastreadas até a Escola Austríaca de Economia, representada por pensadores como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, defensores do livre mercado e da redução da intervenção estatal na economia, Peck (2010).

O termo "neoliberalismo" ganhou destaque com a fundação da Sociedade Mont Pelerin na década de 1940, uma organização que reunia intelectuais comprometidos com as ideias liberais clássicas, visando estabelecer uma ordem social baseada na liberdade individual e na limitação do governo, Andrade (2019).

Nessa fase mais embrionária do pensamento neoliberal, Hayek (1944) alerta sobre os perigos da intervenção estatal na economia, defendendo a primazia do mercado como mecanismo eficiente de coordenação econômica.

Em seu artigo seminal, Hayek (1945) explora como o mercado coordena eficientemente o conhecimento disperso na sociedade, estabelecendo as bases para a teoria da informação e da coordenação de mercado.

Para Amora & Pompeu, (2016), a maior contribuição de Hayek está não somente no campo da economia, mas no compromisso intelectual, como ultraliberal, de defender uma total liberdade e a crítica ao socialismo como projeto social, trazendo ele a reflexão que o mercado é o eixo central teórico de forma espontânea, e para o pensador a melhor forma de organização social para a sociedade contemporânea.

Para Ganem (2012), não há como discutir Hayek, sem seu contemporâneo Mises que aborda a teoria da ação humana, praxeologia e a economia como um sistema de mercado. O autor destaca a importância da liberdade individual, do livre mercado e do respeito aos direitos de propriedade para uma sociedade próspera.

Em suas obras, Mises (WAPSHOTT, 2016) traz contribuições importantes para o arcabouço teórico, defendendo o liberalismo clássico e criticando o intervencionismo estatal na economia.

O principal tópico de estudo e pilar central da teoria de Mises é a praxeologia, justamente o estudo dos fatores que levam as pessoas a atingirem seus propósitos. Isso na visão de Mises de acordo com Wapshott (2016), acaba por ser o fundamento da Escola Austríaca, pois Mises comiserava a economia uma área dentro da praxeologia

Para Wapshott (2016), não são abordagens excludentes de Mises ou Haek, mas sim, justamente pela contemporaneidade, de mutuamente complementares, o desacordo não seria de Hayek com a praxeologia de Mises, mas de acordo com o autor, Hayek tem como ponto de partida a "lógica pura da escolha" relacionando essa apenas à "forma" da ação do indivíduo e não ao "conhecimento individual" que gera a ação, de modo que os fenômenos sociais são dinâmicos, desenvolvendo-se no decorrer do tempo real.

Em suas conclusões, Wapshott (2016), estabelece uma importação seminal de Mises e Hayek como esteio intelectual do pensamento liberal, servindo de base e referencial para o desenvolvimento de todo o escopo teórico do pensamento liberal e posteriormente neoliberal.

Para Fleck (2022), a definição do termo Neoliberal e sua primeira ocorrência são de difíceis verificações, existindo amplo debate não apenas se seria um subgênero do liberalismo ou até mesmo uma entidade como si.

Para fins de referenciais teóricos diante do presente problema de pesquisa, não se faz necessário uma profunda diferenciação entre os termos, uma vez que o alinhamento de um estado menos intervencionista e um destaque aos agentes privados é mútuo a ambos os conceitos, conforme ensina Fleck (2022)

Porém outro expoente do pensamento neoliberal, Milton Friedman, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976, em 1951 utiliza o termo neoliberal, conforme (FLECK, 2022).

Por fim, o próprio Friedman (1951) exemplifica bem o conceito do neoliberalismo:

O neoliberalismo aceitaria a ênfase liberal do século XIX na importância fundamental do indivíduo, mas substituiria o *laissez-faire* do século XIX pela ordem competitiva como meio para esse fim (Friedman, 1951, p.3).

O neoliberalismo ganha força política nas décadas de 1980 e 1990, com líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos adotando políticas econômicas orientadas pelo mercado e pela desregulamentação. Nos EUA, o governo de Reagan implementa políticas fortemente influenciadas pelo neoliberalismo na década de 1980, incluindo cortes de impostos e desregulamentação, (Menchise, Ferreira e Álvarez, 2023)

Contudo, o neoliberalismo enfrenta críticas substanciais. Muitos argumentam que suas políticas de desregulamentação e austeridade econômica podem levar à desigualdade, à exploração e ao enfraquecimento do estado de bem-estar social (ANDRADE, 2019; HARVEY, 2008; DUMÉNIL & LÉVY, 2014).

Nesse contexto, Mazzucato (2014) critica a promessa de inovação e crescimento econômico do neoliberalismo, destacando como ele frequentemente beneficia uma elite empresarial em detrimento da sociedade em geral. Além disso, o enfoque no mercado muitas vezes ignora questões ambientais e sociais. A autora cunha o termo de estado empreendedor, trazendo em sua obra homônima a posição contrária ao neoliberal o Estado não seria “nem um intruso, nem um mero facilitador do crescimento econômico”, mas “um parceiro fundamental

do setor privado - e em geral mais ousado, disposto a assumir riscos que as empresas não assumem” (MAZZUCATO, 2014, p. 28).

Na mesma linha, Stiglitz (2002), ganhador do prêmio Nobel da economia, argumenta contra políticas neoliberais, enfatizando as consequências, como crises econômicas e desigualdade.

De maneira contundente, Stiglitz (2002) apresenta o seguinte raciocínio:

(...) os descontentes com a globalização insurgem-se não apenas com o fato de a economia parecer ser colocada acima de todas as coisas, mas por causa de uma visão particular da economia – o fundamentalismo de mercado –, que é colocado acima de todas as outras visões (STIGLITZ, 2002, p.270)

Novamente, Andrade (2019) disserta sobre a amplitude do neoliberalismo em diversos campos. Diante do objeto de pesquisa, no grande tema da urbanização, Harvey (2008) apresenta uma profunda reflexão sobre como o neoliberalismo, diante da dicotomia do capital voltado para renda e o produtivo, acaba favorecendo o primeiro e, portanto, não resultando em crescimento na escala global, mas tão somente de maneira especulativa uma transferência de renda para os mais ricos.

Diante do urbanismo neoliberal, Harvey (2008) tangencia importante aspectos presentes no problema de pesquisa, conforme: “promoção de parcerias público-privadas, nas quais o Estado assume os riscos enquanto as empresas ficam com os ganhos, são alguns dos exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental” (Harvey, 2008, p.80-91).

## **2.2 REQUALIFICAÇÃO URBANA E IMPACTOS SOCIOCULTURAIS**

### **2.2.1 Urbanismo Neoliberal, características e críticas**

O urbanismo neoliberal representa uma abordagem ao planejamento urbano alinhada aos princípios do neoliberalismo, exercendo impactos significativos em cidades globalmente. Uma característica proeminente dessa abordagem é a privatização de serviços e infraestrutura urbana, como água, transporte público e espaços públicos, conferindo maior protagonismo a

empresas privadas em áreas anteriormente controladas pelo governo, conforme explicado por Souza (2018).

Vainer (2000), por sua vez, explica que a cidade nessa abordagem neoliberal passa a ser uma *growth machina* (máquina de crescimento), num contexto de cidade-mercadoria onde “*conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza*” (ARANTES et al, 2000, p. 27).

A privatização e a dinâmica do livre mercado favorecem a redução das regulamentações governamentais, facilitando a construção e operação de empresas e desenvolvedores imobiliários na cidade. Esse cenário pode resultar em crescimento urbano descontrolado e exploração indiscriminada de recursos naturais, conforme defendido por Nunes *et al.* (2017).

Os autores ainda trazem como conclusão de sua pesquisa uma importante conexão entre a crise do capitalismo e a utilização de práticas neoliberais para justificar um investimento em intervenções urbanas que por si acabam sendo uma medida para mitigar a própria crise do capital:

A crise do capitalismo, analisada a partir da década de setenta, catalisou uma profunda transformação nesse modo de produção, e estamos vivenciando os impactos urbanos da tentativa do capital em sobreviver às suas próprias contradições. A produção do espaço urbano nunca foi tão importante nesse processo de ajuste espacial, considerando a prática de acumulação por espoliação. As cidades se transformaram em atores centrais na economia mundializada e financiarizada, no processo de procura de investimentos e consumidores dessas e para essas. Logo, a busca por rendas de monopólio no espaço urbano se configurou a partir de novas fronteiras do urbanismo contemporâneo (NUNES *et al.*, 2017, p. 213).

Nunes *et al.* (2017), concluí que o urbanismo neoliberal frequentemente prioriza o lucro nas decisões de planejamento urbano, prejudicando a qualidade de vida em prol de empresas e investidores. Tais intervenções aconteceram em cidades como Los Angeles (DASSÉ. 2019), Nova Orleans, Cidade do Cabo e Cidade do México (MACLARAN, 2014). Aprofundando as desigualdades sociais, reduz os serviços públicos e promove políticas pró-mercado, gerando disparidades econômicas e sociais significativas.

É importante destacar que as políticas de urbanismo neoliberal geralmente são promovidas por governos que adotam uma abordagem neoliberal mais ampla em relação à economia, evitando uma aparente posição de financiador dos investimentos e desenvolvimentos da infraestrutura, conforme Nunes *et al.* (2017).

Outro aspecto observado no desenvolvimento urbano neoliberal é a gentrificação, conforme Souza (2018), em que áreas antes de baixa renda são revitalizadas para atrair investidores e moradores mais ricos, muitas vezes expulsando residentes de longa data e elevando os preços imobiliários. Esse tópico é reiterado ao longo do trabalho, especialmente considerando as particularidades do Porto Maravilha e da população quilombola residente.

Porém, Souza (2018), afirma:

Os impactos para as populações mais vulneráveis diretamente envolvidas, moradoras nas áreas de intervenção, são ainda mais lesivos, seja pela desapropriação de antigas moradias, seja pela expulsão indireta com o enobrecimento das áreas em que se inseriam (Souza, p.4, 2018).

Marco *et al.* (2020) trazem em seus estudos sobre a gentrificação na América Latina, exemplos das cidades brasileiras como Porto Alegre, Goiânia e outras sedes dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014. Maricato (2015, p.16) destaca as fórmulas urbanísticas disseminadas pelo neoliberalismo, transformando as cidades em grandes negócios, com privatizações, desregulamentações e competição entre cidades.

Para Zanotelli (2021), por ser o discurso dominante no período atual o neoliberalismo produz efeitos concretos nas cidades, podendo torná-las predominantemente neoliberal.

Em suas conclusões, Zanotelli (2021), consolida um importante ponto que reforça a exploração da presente pesquisa, devido à dificuldade em identificar alinhamentos neoliberais:

(...) não se trata de dizer que o neoliberalismo dispensa o Estado, ao contrário, ele o instrumentaliza e ativa vários modos de controle e de normatização que favorecem a instauração da concorrência em todos os níveis, mas é “novo” porque mobiliza sem meias-verdades o aparato repressivo para favorecê-lo (ZANOTELLI, p.4, 2021).

Lefebvre (2008), é o primeiro teórico, portanto que cunha o conceito de direito à cidade, definindo que o espaço é uma construção social, pela estruturação e reestruturação urbana.

Nessa conceituação, Lefebvre (2008), afirma em sua visão que:

O direito à cidade não é um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, mas um direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade é uma forma superior de outros direitos unidos, implicando assim: liberdade, individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar, à obra, à apropriação (diferente do direito à propriedade) (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

Mitchell (2003) aborda questões relacionadas ao acesso a espaços urbanos públicos em um contexto de urbanismo neoliberal. Dentro do tema do "direito à cidade", conceito desenvolvido pelo filósofo francês Henri Lefebvre, Mitchell (2003) argumenta que as cidades são frequentemente moldadas por forças capitalistas que excluem certos grupos da sociedade e privatizam o espaço público. Ele enfatiza a necessidade de resistência e luta por justiça social, explorando exemplos históricos e contemporâneos de movimentos sociais e ativistas que reivindicam o direito à cidade.

David Harvey (1980) ilustrou as causas e os efeitos do processo de mudança na esfera do governo local, analisando a transição da abordagem público-gerencial para o empreendedorismo da governação urbana, associado a um modo de regulação pró-crescimento. Harvey, na crítica marxista, posiciona o neoliberalismo como uma forma de proteger e perpetuar o capitalismo, visto como intrinsecamente explorador e desigual.

Souza (2018) também apresenta em seu estudo com esteio em Harvey a seguinte reflexão:

Ao analisar o caso da área portuária desativada de Baltimore, nos EUA, uma das primeiras experiências desse tipo de intervenção urbana, na década de 1960, Harvey (ibid.) acusa os investimentos públicos permanentemente aplicados de “alimentar o monstro do centro da cidade” (p. 190). Para o autor, a parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos, e a iniciativa privada fica com os lucros, em um movimento de expansão do capital de inserção financeira. (SOUZA, p.7, 2018)

A gestão do espaço público alinhada a uma renovação imobiliária privada, pela intervenção do Estado que financia no longo prazo, promovendo uma facilitação regulatória e resultando nisso em áreas desimpedidas para especulação imobiliária, conforme ensina Harvey (2004) é um dos pontos mais críticos do urbanismo neoliberal.

Harvey (2008) sintetiza o Direito à cidade em:

O direito à cidade, a reinvenção da cidade, é um dos direitos humanos mais importantes, e mais menosprezados. Reivindicar o direito à cidade é também reivindicar um poder configurador sobre os processos de urbanização, compreendendo a urbanização como um fenômeno de classe, pois os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, e o controle sobre o uso do lucro é retido na mão de poucos (HARVEY, 2008, p. 30).

Por fim, novamente Souza (2018) apresenta sólida crítica aos efeitos do urbanismo neoliberal que por consequência sumariza um sólido entendimento do próprio conceito e fenômeno em si:

Para Arantes (2012), esse é “um dos traços do urbanismo dito de última geração; vive-se à espreita, de ocasiões [...] para fazer negócios!”. O que “está à venda é um produto inédito: a própria cidade” (p. 8). Nos estudos comparativos sobre Barcelona e Berlim, destaca o papel do almejado consenso, que viabiliza celeridade sem riscos. Seguindo esse caminho, salienta, como um dos principais ingredientes empresariais, a cultura como marketing urbano: a cidade espetáculo posta à venda. (SOUZA, p.6, 2018)

Por fim, a caracterização do Urbanismo Neoliberal é condição necessária para o esteio analítico da presente pesquisa, não somente para fins de endereçamento de seu objetivo, mas também nas críticas a essa tendência ser possível mensurar os impactos pelo mais amplo dos espectros.

### **2.2.2 Requalificação Urbana, Espaço Urbano e Transformações Sociais**

A requalificação urbana é um processo multifacetado que envolve intervenções físicas e socioeconômicas em tecidos urbanos, conforme ensina Diniz (2012) de maneira geral, tais intervenções visam melhorar a qualidade de vida dos residentes e transformar o espaço urbano em um ambiente mais funcional, esteticamente agradável e socialmente inclusivo.

A abordagem do processo de requalificação, conforme de acordo com o trabalho de Diniz (2012) se faz através de diversos silos do saber, do urbanismo e engenharia, passando pelo direito até efetivamente entrar no campo das ciências sociais, passando também por áreas como sanitarismo e segurança, justamente pela complexidade e latência da cidade em si.

Para Diniz (2012), a rápida urbanização e o crescimento populacional têm levado ao surgimento de problemas urbanos, como a degradação de áreas centrais, desigualdades socioespaciais e segregação. Em resposta a esses desafios, governos, urbanistas e arquitetos têm adotado estratégias de requalificação urbana para revitalizar essas áreas e promover transformações sociais positivas.

A requalificação urbana desempenha um papel crucial na transformação das cidades, proporcionando melhorias no espaço urbano e gerando impactos sociais significativos, conforme explicado por Da Costa Moreira (2004). Ao melhorar a qualidade de vida, promover a inclusão social e aumentar o acesso a recursos e serviços, essas intervenções contribuem para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

No entanto, é fundamental que a requalificação urbana seja realizada de forma participativa e responsável, garantindo a voz e o envolvimento das comunidades locais em todo o processo. Em especial, identificar os diversos atores envolvidos no processo de intervenção para o correto discernimento da motivação de agir de cada agente, conforme examinado por Del Rio (2001). Pelo desenvolvimento histórico, a vida cotidiana acontece hoje majoritariamente nos espaços urbanos (HARVEY, 1980).

Corroborando com o entendimento acima, Castells (2000) diz que o espaço urbano não pode ter sua função e significação apreendida como uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

A adoção das cidades e seu crescimento, outrora relacionado a melhores níveis de educação, disponibilidade de serviços de saneamento e oportunidades de emprego, para ocorrer precisa ser amparado por um planejamento urbano, como ensina Castells (2000).

Na perspectiva desse crescimento, a vida urbana já foi tida como ideal, sendo associada a níveis mais elevados de educação, ao acesso aos serviços de saneamento básico e a oportunidades de emprego. No entanto, o crescimento rápido e desordenado prejudica as possibilidades de um desenvolvimento sustentável dessas estruturas urbanas, ocasionando exclusão, inchaço urbano e incapacidade de gerir os impactos causados pelas aglomerações populacionais. (CASTELLS, 2000)

Tais aspectos prejudicam e inviabilizam um planejamento urbano adequado e melhorias para a qualidade de vida urbana. Sem uma construção de planejamento sustentável ou com uma expansão urbana sem gerenciamento adequado, aumenta-se a probabilidade de crescimento desordenado – expansão –, poluição e degradação ambiental, conjuntamente aos padrões insustentáveis de consumo.

Além disso, sem uma infraestrutura adequada, ou quando as políticas públicas não são desenvolvidas para efetuar equitativamente uma melhor qualidade de vida para o habitante da cidade, os prejuízos socioeconômicos e ambientais tornam-se maiores. Sob esse ponto de vista, evidencia-se que o crescimento é diferente do desenvolvimento, onde em um determinado aspecto pode se ter crescimento e isto não significar o desenvolvimento social e ambiental daquele determinado espaço ou melhorias na percepção da qualidade de vida da população. (CASTELLS, 2000; HARVEY, 2004)

### **2.2.3 Processos de transformação urbana e seus impactos**

Para Harvey (1980), a explicação dos processos de transformação urbana, e, portanto, suas intervenções estão ancoradas em uma preocupação institucional de prover uma imagem das cidades de maneira favorável à atração de capital, muitas vezes objetivando uma valorização da própria identidade daquela cidade no contexto global.

Tal resultante é conhecida como *city marketing*, conforme Smyth (2005), um conjunto de ações que busca, conforme Vuignier (2016), seria o de comunicar ofertas urbanas que tenham valor para os clientes da cidade e para a comunidade da cidade em geral.

Tais aspectos gerais são importantes para entender os impactos, que ao se debruçar no recorte de pesquisa será necessário para a correta análise do diálogo muitas vezes dicotômico e antagônico entre a população do espaço e agentes extralocais.

Cabral & Cândido (2019), apresenta a complexidade de três fenômenos: urbanização, vulnerabilidade, resiliência, os quais devem ser o esteio para a presente pesquisa, em especial pela relação que a urbanização e seus processos de transformação com a vulnerabilidade socioambiental e a resiliência socioecológica.

Tais fenômenos são analisados de maneira distinta, mas sua interpolação é importante, pois Cabral & Cândido (2019, p.19), afirmam:

As questões econômicas são preponderantes em relação às questões ambientais. Ou seja, sempre que se fizer necessário escolher entre o crescimento econômico e a preservação, conservação ou manutenção do meio ambiente, os fatores que levam ao crescimento econômico serão a escolha notória.

O conceito de urbanização vem sendo discutido ao longo desse referencial teórico, portanto iremos neste tópico estudar sobre a vulnerabilidade para entender os impactos da transformação urbana.

A vulnerabilidade socioambiental não se tem um consenso entre pesquisadores sobre sua sólida e final conceituação, portanto, pode ser observada através de diversos prismas, para Adger (2006) e Adger *et al.* (2009), as formas de análise encontradas para os estudos em vulnerabilidade designaram encontros entre as ciências sociais e naturais. Além disso, relatam que as análises evidenciam que a vulnerabilidade é conceituada como sendo integrada a componentes que trazem exposição a perturbações, ao que também é descrito como choques ou estresses externos, a sensibilidade à perturbação e a capacidade adaptativa do meio.

Um importante fechamento desse conceito é feito por Cabral e Cândido (2019):

Nesse diálogo, faz-se importante observar que deve haver uma discussão entre o que significa transformação (mudança) ou impacto no sistema quando se tenta definir vulnerabilidade socioambiental nos sistemas socioecológicos – SSEs (GALLOPÍN *et al.*, 1989; VAN DER LEEUW, 2001; YOUNG *Et al.*, 2006). Esse pensamento reforça a tese de que não há conceituação pronta para a vulnerabilidade, mas a proposição, um caminho.

A resiliência em questão não é a mesma do campo da biologia, mas especificamente a resiliência social, conforme preceitua Holling (1973, 1985, 1986), o foco do conceito não é em averiguar se determinado ecossistema ao ser perturbado reage, mas sim de como se deu a capacidade de reação daquela comunidade, o enfoque está em entender a solução e seus diversos aspectos produzidos por aquele grupo.

#### **2.2.4 Relação entre espaço urbano e desigualdades sociais**

Ao tratar de desigualdades sociais, em um país com nosso histórico de desafios no campo social, em virtude de um passado de colonização e diversos estrangulamentos econômicos, devemos ter o tema da segregação sempre presente na agenda.

De Carvalho & Arantes (2022) propõem um estudo sobre a cidade de Salvador e a segregação socioespacial e o denominado “efeito território”, analisando seus impactos sobre a produção e reprodução das desigualdades, em seu referencial teórico há importantes reflexões que independente do recorte buscam consolidar o esteio técnico para desenvolvimento de nossa

pesquisa. De Carvalho & Arantes (2022) trazem uma digressão histórica desde os trabalhos de Engels e da Escola de Chicago, onde o fenômeno da segregação urbana se inicia como objeto de estudo.

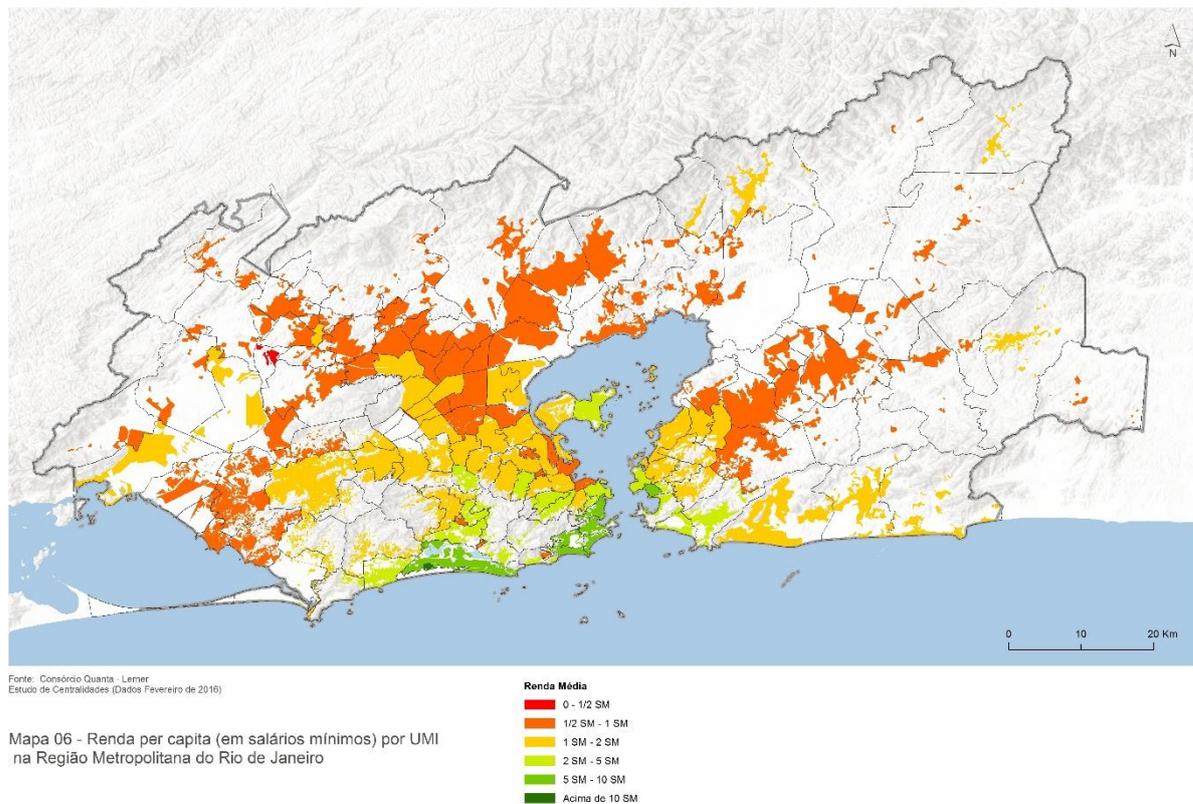
Para De Carvalho & Arantes (2022) as primeiras discussões sobre a concentração e crescimento de indicadores de pobreza, estão focadas no recorte dos guetos de população negra nos Estados Unidos, no final do século XX. De Carvalho & Arantes (2022) demonstram que essa discussão em territórios brasileiros se demora justamente pela falta de percepção das bordas entre grupos étnicos, uma vez que movimentos de segregação como o *apartheid* sul-africano ou a mecânica de cores nos Estados Unidos acaba tendo uma dinâmica mais sutil no Brasil.

As discussões avançam quando a abordagem, nas palavras de De Carvalho e Arantes (p.12, 2022):

(...) pode ser estudado a partir da proximidade ou da concentração residencial de famílias pertencentes a um mesmo grupo (seja este definido em termos raciais, socioeconômicos, culturais e/ou religiosos) em espaços específicos do território, e da constituição de grandes áreas relativamente homogêneas.

Villaça (1998) e Do Rio Caldeira (2000), bem como as informações censitárias, conforme quadro abaixo confirmam o entendimento que as cidades brasileiras apresentam uma concentração em seus centros da população de média e alta renda, e nas periferias, gravitando ao redor grupos de renda baixa.

**Figura 1** – Mapa Censitário renda e localização do estado do Rio de Janeiro



*Fonte: Consórcio Quanta – Lemer - Dados Fevereiro de 2016, dados de renda do censo de 2010.*

Nesse diapasão, (Carvalho & Arantes, 2022, p.12), trazem uma reflexão importante, do ponto de vista da crítica social no que tange duas cidades: “reproduzindo a histórica oposição entre casa-grande e senzala no espaço urbano capitalista.”

Sassen (1991), em seu estudo sobre a modelagem de uma cidade global também se debruça sobre o dualismo urbano, afirmando que é reflexo das desigualdades sociais no espaço urbano.

As diferenças de localização dos grupos em um centro urbano, em especial, orientados e estudados pelo prisma socioeconômico, foram investigados por Andrade (2019), Silveira (2013) e Sabatini *et al.* (2013), por diversas denominações como Efeito território, também bairro ou lugar, justamente buscando dar entendimento aos benefícios e prejuízos que afetam tais grupos em relação a sua localização espacial.

A relação entre espaço e desigualdade social é fruto de um processo de urbanização influenciado por diversos fatores e agentes, alocando aquela população com determinadas características naquele espaço definido, orientado por uma ótica extralocal, acaba por não ser somente um produto, mas uma ferramenta ou instrumento de manutenção de desigualdades e controles sociais.

## **2.3 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL**

### **2.3.1 Conceitos e teorias sobre democracia participativa**

No Brasil, de acordo com a Constituição brasileira, a forma democrática adotada é a democracia representativa, na qual os cidadãos elegem seus representantes para governar o país. No entanto, diante dos inúmeros casos de corrupção, desvio e lavagem de dinheiro público, o cenário político atual enseja abordagens de controle e maior participação dos cidadãos.

Para Gaspardo (2018), são basicamente quatro grandes características fundamentais do modelo de democracia participativa, sendo eles:

- 1) a inclusão de atores historicamente excluídos das decisões políticas;
- 2) o caráter deliberativo da participação;
- 3) o papel pedagógico da participação; e
- 4) a pluralidade de desenhos institucionais.

No primeiro ponto, temos um a inserção de grupos, sociais e economicamente dominados, em espaços decisórios, buscando participação em melhores condições (AVRITZER, 2007).

Buscando novamente esteio na produção de Gaspardo (2018) caracteriza o segundo tópico como a conduta, onde não se deve somente inserir, mas dotar esses novos atores da capacidade de dialética, buscando um entendimento e alinhamento de preferências como produto do diálogo.

no penúltimo aspecto, Gaspardo (2018), defende que o processo em si resulta num aumento da capacidade do cidadão, qualificando-o, em sua participação, percepção dos pontos de atenção para sua comunidade e desenvolvendo sua análise crítica.

Sendo válido destacar o seguinte contraponto:

A ausência de processos participativos nesses espaços ajuda a explicar a impotência e a apatia política da maioria - ou seja, em regra, nas atividades do trabalho e da administração local não somos preparados para participar e assumir responsabilidades e poder, mas, ao contrário, somos treinados para obedecer e esperar que os outros decidam sobre as questões coletivas (PATEMAN, 1992, p. 35-63).

Por fim, o desenho da governança institucional, onde além da eleição de representantes como forma de participação, busca a criação, seja por parte de medidas e instrumentos, como também resultantes da própria manifestação da sociedade e das lutas políticas.

De acordo com Paulo Bonavides (2001), a democracia participativa objetiva um novo modelo diferente do representativo clássico, nas palavras do autor:

Pertence à democracia participativa e faz do cidadão-povo a medula da legitimidade de todo o sistema. Acaba-se então a intermediação representativa, símbolo de tutela, sujeição e menoridade democrática do cidadão – meio povo, meio súdito (BONAVIDES, 2001).

O modelo brasileiro atual, ainda que representativo, busca ao longo dos anos desde a promulgação da Constituição em 1988, trazer alguns instrumentos de participação popular, o qual somente elencamos, para ser explorados mais a frente: Plebiscito; Referendo; a legislação por iniciativa popular; orçamento participativo; e, por fim a ação popular.

Em virtude do objeto de estudo, se faz importante destacar um instrumento específico de projetos urbanos, Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), possibilitando um melhor balanço entre os ônus e bônus do planejamento urbano. As OUCs para serem previstas no Plano Diretor devem ser feitas através de leis específicas, situação que o recorte de pesquisa sofreu, como será explicado mais adiante, conforme ensina SIQUEIRA, M. T.; DOEBELI, L. S.; SCHLEDER, C. S. E L.(2022).

Nessa apertada síntese, com intuito de trazer lastro teórico, mas também ter a introdução do macro conceito de democracia participativa, temos como dilemas, a própria questão da

representatividade, agravada pela desigualdade real de poder político, bem como uma questão geral de *accountability*.

Vale por fim destacar o pensamento de Dagnino (2004) que cunha o termo confluência perversa como um dos dilemas do processo de construção democrática, pois tal confluência é resultado de uma crise entre um modelo neoliberal e a construção democrática que ao se apropriarem de termos semelhantes, como participação, cidadania e tantos outros de vocabulários, resulta em significados distintos, por claro, de cunho intencional por parte dos projetos políticos e de poder envolvido

### **2.3.2 Participação popular nos processos de tomada de decisão e planejamento urbano**

Para Pateman (1992), busca defender a importância da participação direta dos cidadãos na tomada de decisões políticas e argumenta que a democracia representativa não é suficiente para garantir uma sociedade realmente democrática.

Em breve abordagem, cabe destaque que mesmo diante de um histórico complexo no que tange ao acesso à cidadania, podemos afirmar que o país passa por um processo frutífero pela democratização, no sentido mais amplo com a Constituição Cidadã, e no respectivo ao acesso à terra que resultou no Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001), marco legislativo da política urbana, dispondo do direito à moradia e de cidades sustentáveis.

Retornando a Carta Magna, fica evidente a importância da gestão urbana, pois o legislador originário regulamentou a política urbana nos artigos 182 e 183. Tais dispositivos comandam a criação de uma norma de diretriz geral para ordenação dos espaços urbanos, a ser regulada por lei federal.

Surgindo então o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/01, trazendo diversos pontos para efetivação do “Direito às cidades justas e sustentáveis” (BRASIL, 2001), em especial seu Artigo 2º que delimita o direito à cidade:

Art. 2. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Para Lourenço & Fernandes (2019), existe o entendimento que o Direito à Cidade no arcabouço legislativo e regulatório brasileiro é de natureza transversal, altamente adesivo ao entendimento que o tema de produção democrática do espaço urbano é gerido por diversos agentes e campos do saber. Nesse arremate, traz o Estatuto, a ferramenta do plano diretor como importante instrumento para tomada de decisão tendo em atenção aos indivíduos.

Nesse âmbito, os instrumentos urbanos, como o Estatuto da Cidade e Conferências teoricamente tensionam os problemas relacionados ao “urbanismo daltônico”. Esse termo, cunhado pela arquiteta e urbanista Joice Berth (2016), sinaliza que “o urbanismo, o planejamento urbano, ele pode até olhar as desigualdades, mas dificilmente olhar a cor”. Dessa forma, concordando com Munanga (2008) ao afirmar que o racismo no Brasil é um crime perfeito, já que a população negra está sujeita a inúmeras violações de direitos humanos nas grandes cidades, como acesso restrito à saúde, moradia e educação e esse processo é naturalizado.

Consequentemente, não há dúvida no papel da classe social na distribuição da população negra no espaço, mas é indispensável a discussão a partir da raça para compreender a permanência dessa população nestes espaços. Marcelo Lopes de Souza conceitua o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 78). Atualmente, no campo jurídico existe uma importante discussão que encontra eco em trabalhos científicos sobre a titulação de terras pelas comunidades quilombolas Santos (2018) pesquisa um quilombo no Rio de Janeiro, mas na zona oeste da cidade, ao contrário da região central objeto desse estudo, utilizando dos marcos legais artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitória de 1988 e o decreto n° 4887/2003 para entender os direitos dos territórios quilombolas existentes nos arredores do Parque Estadual da Pedra Branca, em especial entendendo a dinâmica de agentes econômicos na especulação imobiliária no local.

Nascimento *et al.* (2016), também busca examinar o direito das comunidades quilombolas aos títulos das terras propostas, usando como esteio a Emenda Constitucional 215/2000 será analisada, os autores entendem que tal modificação legislativa implica em retrocesso jurídico à proteção do direito à terra, em especial, pelo impacto de ruralistas e agentes econômicos nessa demarcação, para fins de contextualização essa Emenda foi arquivada em 31 de janeiro de 2023.

Camerini (2012) se debruça em seu artigo sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIN nº. 3.239-9, na qual se discute a interpretação do direito das comunidades remanescentes de quilombos à titulação de suas terras, no âmbito do STF.

Em apertada síntese, a ADIN nº 3239-9 se fazia contra o Decreto nº. 4.887/2003, este último, um instrumento que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Tal julgamento só findaria em 2018, no dia 02 de fevereiro daquele ano, onde tivemos então a constitucionalidade do referido decreto.

Conforme declaração do então Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2018):

A declaração de constitucionalidade do decreto nº 4.887/03 traz para o povo negro brasileiro historicamente prejudicado pelas injustiças sociais uma reparação no cenário de segurança fundiária, com importantes reflexos no plano social e jurídico interno e internacional,<sup>1</sup>

Portanto, ainda que o Brasil possa ser um exemplo de arcabouço legislativo neoliberal neste segmento, pelo aspecto progressista da Constituição e de seu aprofundamento pelo Estatuto das Cidades, amplamente ecoado no padrão internacional promovido pela Conferência das Nações Unidas Habitat-I, há disso ser cotejado de maneira crítica.

Conforme Rolnik & Klink, (2011), a realidade é diferente entre a promessa legislativa em sua teoria e a efetiva atuação dos diversos entes, em especial, o governamental. Parte significativa desse argumento será explorado na presente pesquisa na análise de resultados, mas a base desta, conforme Faulhabe & Azevedo (2015), se materializa nos diversos despejos oriundos do planejamento para os eventos mais recentes como Olimpíadas e Copa do Mundo.

Vale o destaque que essa redemocratização com o fim do governo militar acelera e torna viável a organização política de movimentos sociais, em especial o Negro.

---

<sup>1</sup> [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_sep/pt-br/noticias/2018/02-fevereiro-1/vitoria-no-julgamento-da-adi-3239-se-torna-uma-referencia-historica-dos-direitos-quilombolas-1](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/2018/02-fevereiro-1/vitoria-no-julgamento-da-adi-3239-se-torna-uma-referencia-historica-dos-direitos-quilombolas-1)

O conceito de cidadania mutilada nasce com a obra homônima de Milton Santos, devemos ter sempre em alta os tópicos de identidades raciais, de gênero e de classe, para o debate sobre a produção no mais amplo senso do espaço urbano, trazendo mais à frente a teoria de Henri Lefebvre, ao cunhar o conceito de direito à cidade, cabe destaque que McCann (1999) aponta que não somente uma mecânica de classes, mas como também raciais culminam nesse processo construtivo.

Em Rezende & Andrade. (2022, p. 12), temos um ajuste fino entre o conceito clássico do direito à cidade e os estudos de McCann (1999):

Entendemos que, no caso brasileiro, as violências pautadas em classe, raça e gênero se complementam, e não é apenas a cidade que é tratada como mercadoria, mas as próprias pessoas: pessoas de baixa renda, principalmente negras, acessam espaços urbanos elitizados, com inúmeros equipamentos públicos, opções de lazer e cultura apenas como mão de obra ou prestadores de serviços de baixa remuneração, ou seja, aos marginalizados é permitida a ida ao centro apenas para venderem sua força de trabalho, reificada como seus próprios corpos.

Portanto, a participação de minorias ou grupos marginalizados no processo de produção urbana sempre é um elemento de resistência e combativo a uma lógica de opressão extra local, isso resulta na necessidade de engajamento para efetiva transformação na cidade.

Em Rezende & Andrade (2022), mais uma vez temos um importante trecho sobre a participação de minorias e marginalizados no processo de construção das cidades:

Movimentos sociais negros e a atuação da sociedade civil organizada, seja nas micros (comunidades, bairros, etc.) ou macropolítica (espaços institucionalizados de participação) podem ser catalizadores da ação coletiva para a promoção da igualdade racial e do direito dos negros à cidade. Associações comunitárias, grupos religiosos, coletivos artísticos, conselhos gestores de políticas de promoção da igualdade racial são exemplos de espaços, institucionalizados ou não, que podem promover mudanças significativas na cidade, na defesa de direitos e denúncia de opressão e segregação. “No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento.(REZENDE & ANDRADE, 2022, p. 11).

No espaço em estudo, isso se torna latente, pois o Porto Maravilha em sua primeira versão como projeto não continha nenhuma linha sobre a herança e memória da diáspora africana, somente com a mobilização da comunidade local que foi possível a interlocução e justo ajuste no escopo do projeto para fins de representação. (HONORATO, 2019)

Trazendo o referencial teórico sobre o conceito de Direito à Cidade para conclusão e delineamento do instituto da participação democrática que precisamos nessa pesquisa, temos Henry Lefebvre (2008) reconhecendo a especificidade de cada cidade, amplamente pontuado do ponto de vista político e histórico, tangenciando as questões do capitalismo e produção do espaço.

Para Lourenço & Fernandes (2019, p. 402), portanto:

O Direito à cidade constitui, portanto, um Direito de conformação mais coletiva que individual, pois a reestruturação da realidade apresentada pressupõe uma harmonia de interesses e condições de diálogo. A busca da promoção de uma cidade mais inclusiva passa pela atividade política, além de modificar a conjuntura social por meio da reestruturação do acesso, divisão dos equipamentos urbanos, possibilita uma apropriação mais inclusiva do solo urbano, considerando o seu valor de uso e a função social da propriedade.

Resta evidente que para Henry Lefebvre, (2008) o Direito à Cidade é, portanto, a oportunidade de maneira racional de se debruçar sobre a produção do urbano, tornando o processo ajustado com os anseios de vida daquela comunidade.

A requalificação da área portuária do Rio de Janeiro foi um processo complexo e multifacetado, que envolveu a intervenção do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, resultando em uma transformação urbana de grande envergadura, com impactos significativos na paisagem urbana e na vida dos moradores da região, como por exemplo megaobras como o Museu do Amanhã projeto do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, o Boulevard Olímpico e expansão do VLT. (HONORATO, 2019)

O trabalho de Teixeira (2018) analisa a política urbana de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, com foco nas transformações e impactos resultantes desse processo. A autora destaca que o projeto de requalificação urbana do Porto Maravilha foi um dos maiores empreendimentos urbanos realizados no Brasil nos últimos anos. O objetivo do projeto foi revitalizar a região portuária da cidade, promovendo a requalificação urbana e a recuperação do patrimônio histórico e cultural da área. A autora destaca que a implementação do projeto de requalificação envolveu ações do poder público e da iniciativa privada, com a criação de uma Parceria Público-Privada (PPP) para sua execução.

Teixeira (2018) analisa os impactos da política de revitalização urbana no Porto Maravilha, destacando que houve transformações significativas na paisagem urbana da região,

com a construção de novos empreendimentos imobiliários, como prédios residenciais e comerciais, além de equipamentos culturais e de lazer. A autora aponta que o projeto teve impactos positivos na economia local, com a geração de empregos e aumento do turismo na região.

Carlos (2010) destaca que a requalificação da área portuária do Rio de Janeiro teve um forte impacto socioeconômico na região. A implementação do projeto gerou a criação de empregos diretos e indiretos, além de ter estimulado o desenvolvimento de novos negócios e empreendimentos imobiliários na região.

Os impactos econômicos positivos também foram apontados no estudo de Maricato (2015), o qual chama a atenção para a importância da requalificação da área portuária do Rio de Janeiro para a consolidação da cidade como um polo turístico e cultural. A região revitalizada passou a atrair muitos visitantes, o que gerou impactos positivos na economia da cidade como um todo.

Com relação aos impactos no turismo, o trabalho de Gianella (2013) analisa o potencial da Região Portuária do Rio de Janeiro para o turismo a partir da sua revitalização urbana, como resultado do Projeto Porto Maravilha. Para isso, a autora realizou entrevistas com especialistas e representantes do poder público, bem como pesquisas de campo na região. A pesquisa identificou que a requalificação urbana do Porto do Rio de Janeiro teve impactos positivos no setor do turismo, especialmente pela recuperação de prédios históricos e pelo surgimento de novas atrações turísticas, como o Museu do Amanhã.

No entanto, Gianella (2013) destaca que ainda há desafios a serem enfrentados para tornar a região um destino turístico consolidado, como a falta de integração do transporte público e a necessidade de qualificação da mão de obra local.

Segundo Teixeira (2018), a requalificação da área portuária do Rio de Janeiro também teve um forte impacto ambiental, pois a recuperação da região envolveu a descontaminação do solo, a requalificação das áreas verdes e a instalação de sistemas de drenagem e saneamento básico.

Contudo, Teixeira (2018) destaca que a requalificação da área portuária do Rio de Janeiro também teve um impacto significativo na valorização imobiliária da região. Assim, a

implementação do projeto gerou um aumento no preço dos imóveis, o que chamou a atenção para o debate acerca do processo de gentrificação e exclusão social na região.

Teixeira (2018), analisa os impactos socioespaciais das transformações urbanas ocorridas na região portuária do Rio de Janeiro a partir do projeto Porto Maravilha. O estudo se baseia em uma análise de dados secundários e na realização de entrevistas com atores envolvidos no projeto, buscando compreender as mudanças nas relações sociais, no uso do espaço e na dinâmica econômica da região.

Gianella (2013) e Teixeira (2018) identificam que o projeto Porto Maravilha promoveu mudanças significativas na região portuária, como a melhoria da infraestrutura, a ampliação das opções de transporte e a valorização imobiliária. No entanto, apontam que essas transformações também geraram impactos socioespaciais, como a expulsão de moradores e comerciantes informais, a concentração de empreendimentos de alto padrão e o desequilíbrio na dinâmica econômica da região. O trabalho aponta para a necessidade de se pensar em políticas públicas mais inclusivas e, que considerem a diversidade social e econômica da região.

Santos (2002) examina a transformação urbana ocorrida na região portuária do Rio de Janeiro, que foi objeto de uma das maiores intervenções urbanas do país. A autora analisa as implicações socioespaciais das mudanças, abordando questões de exclusão e gentrificação.

Além disso, o trabalho aponta que o projeto teve como objetivo principal transformar a área em um polo de atração de investimentos, turismo e eventos, o que implicou em mudanças significativas na dinâmica social e urbana da região.

Santos (2002) também se dedica a analisar a governança urbana envolvida no processo de requalificação, destacando a participação de atores públicos e privados e os desafios enfrentados no planejamento e implementação do projeto. A autora argumenta que a construção de uma governança urbana efetiva foi um fator crucial para o sucesso do projeto, mas que também foi responsável por perpetuar desigualdades e fragilidades socioespaciais na região.

Na mesma direção, Teixeira (2018) também destaca que a política de revitalização gerou impactos socioespaciais, como a expulsão de moradores e a gentrificação da área. A autora ressalta que é importante avaliar, de forma crítica, a política de requalificação urbana, de modo a garantir que ela promova o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social na região.

De acordo com Orlandi (2014), temos uma análise crítica do processo de requalificação urbana da região portuária do Rio de Janeiro, também conhecida como Porto Maravilha. O autor examina como a parceria público-privada e as políticas urbanas adotadas no processo de revitalização têm influenciado a transformação do espaço urbano e a vida dos moradores locais.

O estudo de Orlandi (2014), evidencia que, embora tenha havido melhorias na infraestrutura e mobilidade urbana da região, o projeto não conseguiu resolver as questões sociais e de habitação que afetam a população local, contribuindo para a gentrificação e a exclusão socioespacial.

O trabalho de Da Costa Moreira (2004), analisa a requalificação da região portuária do Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável. A autora destaca que, ao longo dos anos, a região portuária da cidade passou por um processo de degradação econômica, social e ambiental. Diante deste cenário, o projeto Porto Maravilha foi criado com o objetivo de revitalizar a área, tornando-a mais atraente para negócios e turismo, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores da região.

A análise da autora destaca que, apesar de ter sido concebido com base em uma visão de desenvolvimento urbano sustentável, o projeto Porto Maravilha apresentou algumas limitações nesse sentido. Em particular, ela aponta que o projeto enfatizou a atração de investimentos e a requalificação física da área, em detrimento de outras dimensões do desenvolvimento sustentável, como a inclusão social, a preservação ambiental e a promoção da cultura local.

A autora sugere que, para garantir que a revitalização da região portuária do Rio de Janeiro seja de fato sustentável, é preciso levar em conta essas outras dimensões e envolver os diferentes atores da sociedade na definição e implementação do projeto. Nesse sentido, analisar a relação de um projeto de revitalização urbana com a participação popular é de fundamental importância para a construção de cidades inclusivas, sustentáveis e justas.

Nesse sentido, a participação popular é um aspecto fundamental para o sucesso de projetos de revitalização urbana. Assim, de acordo com pesquisa realizada por Fainstein & Servon (2005), a participação dos cidadãos em processos decisórios pode contribuir para a construção de uma cidade mais justa e democrática. Os autores destacam que a inclusão dos moradores nas discussões sobre o planejamento urbano pode levar a um melhor entendimento

das necessidades locais e a uma maior aceitação das soluções propostas pelos gestores públicos. Além disso, a participação popular pode resultar em um planejamento mais efetivo, já que as demandas dos moradores são levadas em consideração desde o início do processo.

Outra pesquisa relevante é a de Sanyal *et al.* (2013), que ressalta a importância da participação popular em projetos de revitalização urbana para o desenvolvimento de políticas públicas mais democráticas e inclusivas. Segundo os autores, a participação dos cidadãos na tomada de decisões pode resultar em políticas mais efetivas, com maior aceitação e apoio da comunidade local.

Sanyal *et al.* (2013) destacam que, além de melhorar a qualidade das políticas públicas, a participação popular também pode fortalecer a cidadania e a democracia, estimulando a participação dos moradores na gestão da cidade.

Além disso, a participação popular é de fundamental importância nos projetos de requalificação urbana, especialmente em áreas como a região portuária do Rio de Janeiro, que guarda elementos culturais e de memória tão significativos. Assim, o estudo já citado de Teixeira (2018) trata da transformação da região portuária do Rio de Janeiro, destacando a importância da memória como elemento fundamental para o processo de requalificação urbana. A autora discute a necessidade de preservar a história e a identidade cultural da região, ao mesmo tempo, em que se busca a modernização e revitalização do espaço urbano. Para isso, são analisados os principais projetos e ações que foram desenvolvidos na área, desde o início do século XX até os dias atuais.

Por meio de uma abordagem histórica e social, o trabalho destaca a importância da participação dos moradores e da sociedade civil na construção de um projeto de requalificação que respeite a memória e as tradições locais. A autora enfatiza a necessidade de um planejamento urbano integrado, que leve em consideração os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da região portuária do Rio de Janeiro. A partir dessa perspectiva, a requalificação urbana pode se tornar um processo mais inclusivo e democrático, capaz de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para Guimarães (2014), a requalificação da área portuária do Rio de Janeiro foi planejada de forma participativa, envolvendo a sociedade civil em todas as etapas do processo. Segundo o autor, foram realizadas diversas audiências públicas, oficinas e consultas populares,

com o objetivo de garantir a participação ativa da população na definição das diretrizes do projeto.

Outro trabalho importante trata-se do desenvolvido Costa (2005), o qual teve como objetivo analisar o processo de transformação da região portuária do Rio de Janeiro a partir da perspectiva da governança urbana. O autor descreveu as mudanças ocorridas na área portuária, incluindo a remoção de comunidades e a criação de novos espaços públicos. Ele discutiu também as políticas públicas adotadas para a transformação da região, destacando a importância da participação do setor privado e de parcerias público-privadas no financiamento dos projetos. Por fim, o autor aponta desafios e limitações enfrentados durante o processo de transformação da região portuária.

Em termos metodológicos, Costa (2005) utilizou uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas com representantes de órgãos públicos, do setor privado e da sociedade civil, bem como análise de documentos oficiais e relatórios técnicos. A partir da análise dos dados coletados, o autor conclui que a governança urbana foi um fator determinante para o sucesso da transformação da região portuária do Rio de Janeiro, destacando a importância da participação da sociedade civil e da adoção de processos participativos na tomada de decisão. No entanto, ele também aponta desafios e limitações do modelo adotado, incluindo a falta de transparência e de participação efetiva da sociedade civil em alguns momentos do processo.

Na mesma direção, Orlandi (2014) argumenta que a governança urbana adotada no projeto Porto Maravilha apresenta lacunas na participação popular e no diálogo entre os diferentes atores envolvidos, incluindo moradores, empresas e poder público. Além disso, a falta de transparência e a concentração de poder em determinados grupos podem prejudicar o desenvolvimento de uma cidade mais justa e sustentável. O estudo conclui que é fundamental aprimorar a participação popular e a transparência nas políticas de requalificação urbana, para que projetos desse tipo possam ser mais efetivos na promoção de um desenvolvimento urbano mais inclusivo e equitativo.

Levando-se em consideração as questões de gentrificação e de participação popular, Gianella (2013) traz contribuições para a compreensão dos impactos da requalificação urbana na região portuária do Rio de Janeiro e para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais adequadas às demandas locais. A autora enfatiza a necessidade de se

pensar em formas de preservar a memória e a identidade cultural da região, a fim de se evitar processos de gentrificação e exclusão social.

### **2.3.3 Comunidades quilombolas: conceito, origem histórica da Comunidade da Pedra do Sal e direitos**

Diante da problemática de pesquisa, existe o interesse de um recorte específico de buscar a análise pelo prisma da população local do quilombo da Pedra do Sal que se sente parte das transformações realizadas no âmbito da construção do Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro.

Exposto isso, surge a necessidade da descrição desse recorte populacional quilombola, porém também é mister um debruçar sobre os eventos históricos que terminam no reconhecimento desse território.

Localizada no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, era o local onde os negros foram negociados como escravos logo que desembarcavam no Porto do Rio de Janeiro, vindos da África, não somente um memorial para um dos maiores holocaustos da história, pois estimasse que entre 500 mil até um milhão de negros escravizados tenham transitado por ali nas duas décadas de funcionamento, conforme explica Honorato (2019). O espaço se desenvolve em um importante centro para a cultura diaspórica africana, resultando mais tarde em um reconhecido berço de sambistas no final do século XIX, tendo sido reconhecido como quilombo em 2006, sendo um dos primeiros quilombos urbanos.

Ainda que de conhecimento público, importante destacar essa configuração étnica da população em testilha, cientes das marcas profundas que a escravidão e a baixa efetividade desde do momento da abolição de políticas visando diminuir as assimetrias da população negra que ainda hoje enfrenta, como ensina Rezende & Andrade (2022, p. 1): A população negra, tanto homens como mulheres, enquanto indivíduos e coletividade com uma cidadania mutilada, manifesta desvantagens cumulativas que a impede de exercer uma cidadania plena e disputar a cidade.

Essa configuração é bem explicada por Rolnik (1989, p.1), valendo destaque que mesmo um texto dessa década, continua atual em caracterizar os territórios negros na cidade do Rio de Janeiro, o qual transcrevemos abaixo um trecho que além de uma breve caracterização dos

territórios urbanos de população negra por analogia, também apresenta uma justificativa do presente trabalho por uma importante lacuna na produção científica:

É comum, nas referências que são feitas à posição dos pretos e pardos nas cidades brasileiras, a menção à inexistência de guetos – bairros onde são confinadas certas minorias, por imposições econômicas e/ou raciais – como sinal de ausência de qualquer tipo de segregação racial. O gueto norte-americano sintetiza a imagem de discriminação racial aberta e da dominação branca. No polo oposto estaria o Brasil, onde pretos e brancos pobres compartilham o espaço das vilas e favelas, numa espécie de promiscuidade racial sustentada pelo laço comum da miséria e da opressão econômica.

Infelizmente, por ora, podemos contar com muito pouco material empírico para tal pretensão. Na verdade, o tema empírico do negro nas cidades até agora foi pouco explorado nos textos brasileiros da sociologia do negro ou da sociologia urbana. Os mais importantes trabalhos na área da sociologia do negro não discutem especificamente a questão urbana, e muito menos de um ponto de vista físico-territorial.

A percepção do senso comum ao se falar de quilombos busca a imagem da historiografia daqueles situados em zonas rurais, porém os no meio urbano, são ainda que não reconhecidos, constantes desde o período pós-abolicionista, tais como as casas coletivas, adjuntas aos terreiros, ou em áreas de transição do urbano para o rural, conforme ensina Souza (2019).

A abordagem da presente pesquisa, ao buscar colocar minorias e marginalizados em foco na pesquisa, busca a análise de como tais grupos tem sua participação na produção urbana, porém cabe o destaque que não se busca um detalhamento por gênero, cientes que a percepção e participação de um homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negro, ainda que todos, por exemplo, estejam em faixas de renda iguais é completamente distinta.

Não sendo objeto desse trabalho o recorte por gênero, mas sendo importante destacar que a situação de mulheres negras consegue ser ainda de maior exposição do que de homens negros, inegável que pela construção histórica as classes mais pobres no Brasil se confundem com a população negra. Porém, seria leviano não destacar que os territórios não são exclusivamente negros, ainda que fortemente identificado como tal. (SOUZA,2019).

A política pública de urbanização no Brasil sempre teve impactos de cunho elitista e racista, lastreado no estudo de Diniz (2012), onde muitas vezes tangenciando características inclusive higienistas e de apagamento, pois a Pedra do Sal no momento do Brasil Império estava fora do centro urbano da época, numa das mais importantes reformas no começo do século XX,

com o prefeito Pereira Passos, tal população se vê forçada a se mover em direção aos subúrbios e aos morros adjacentes.

O arquiteto Pereira Passos, em sua abordagem claramente inspirada em Haussman<sup>2</sup>, busca uma abordagem de transformar a cidade nos moldes europeus, resultando em um embranquecimento, que ao final, mesmo em apertada síntese, se mostra higienista, seguindo uma visão elitista republicana, conforme explica Diniz (2012).

Afinal, a abordagem com ruas e avenidas largas não buscou produzir lugares de encontros, tais como praças e demais logradouros, mas somente de tráfego, destinando cada espaço a uma população e fim. Além disso, a remoção sem qualquer tipo de política efetiva e humanitária de cortiços e casas, demonstra que o plano não era neutro e nem ético e moral.

Essa busca não resulta somente no espaço urbano, mas em toda uma política de marginalização, da tipificação da vadiagem, da proibição da mendicância, da capoeira, da música e todo aspecto cultural, no caso da população negra, conforme ensina Honorato (2019).

Pois, ainda lastreado neste autor, a linguagem corporal para cultura negra, com danças, músicas, acaba por ser um elemento conjuntivo de toda sua identidade, com raízes profundas na religião e cultura. Resultando em uma cidade que por conta da classe dominante busca ser “civilizada” aos moldes europeus, o quilombo é uma presença que não pode ser tolerada.

Tal fato também ocorre agora, pós-projeto Porto Maravilha, onde pela expansão imobiliária e desarticulação de prédios públicos até uma nova abordagem dessa área onde em virtude da escassez de moradias para classe média, mais uma vez essa população se vê muitas vezes desapropriada para atender essa lógica externa, de acordo com Honorato (2019).

Cabe ainda um debruçar sobre os números populacionais para entendimento da mecânica e desenvolvimento dessas minorias e marginalizados no processo de urbanização, em 1860, no Rio de Janeiro, havia cem mil escravos para uma população total de 250 mil habitantes,

---

<sup>2</sup> Referente a abordagem do Prefeito de Paris, Sena Georges-Eugène Haussman, que por ordem de Napoleão III procedeu com uma intensa reforma urbanística.

60% dos quais envolvidos com o serviço doméstico.<sup>3</sup> Se nesse momento a proporção era de quase metade, já em 1887, negros e pardos representavam 37% da população da cidade.<sup>4</sup>

Esses números mostram que a transformação urbanística, afinal existia o crescimento populacional e adensamento da densidade demográfica, buscava um embranquecimento e uma redefinição territorial, sendo, portanto, uma contínua estigmatização dos marginalizados, em especial dos negros, no território na cidade, lastreado em um discurso etnocêntrico e de uma abordagem repressiva e policialesca, seja de comportamento e expressões culturais, seja sanitarista pela justificativa dos cortiços.

Pela pesquisa de Garcia (2009), fazemos uma análise das desigualdades raciais e a segregação urbanas em Salvador e Rio de Janeiro utilizando os dados do Censo do IBGE de 2000 e recorte territorial por AED – Área de Expansão Demográfica, trazendo uma evolução sobre o tipo de moradia versus as zonas e respectivas faixas de acumulação de capital naquelas cidades, trazendo dados de importante relevância como coleta de lixo, resultando em uma importante crítica (GARCIA, 2009, p. 19-20):

Até hoje, só foram removidas as favelas e os antigos quilombos, não as marcas, no corpo e nas residências, das desigualdades entre os descendentes das casas-grandes e sobrados, por um lado, e os descendentes das senzalas, mocambos e quilombos, por outro. Para quando a “democracia”?

A segregação continua atual, resultado de uma urbanização que marginaliza o pobre, em especial o negro. Essa afirmativa, infelizmente, na localidade chamada Jardins Suspensos do Valongo, onde na época de Pereira Passos se buscou uma remodelação com estátuas gregas e toda abordagem higienista já descrita, hoje, e não podemos colocar como acaso, o espaço cultural que leva o nome de uma das maiores lideranças negras, a Tia Ciata<sup>5</sup>, ocupa o espaço que no passado era um banheiro público.(HONORATO, 2019)

Portanto, buscamos não somente descrever os espaços, como os grupos marginalizados na produção do tecido urbano, seria impossível abordar sem antes entender a formação das

---

<sup>3</sup> Silva, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje feitos, aviso de 15 de março de 1870.* Rio de Janeiro, Perseverança, 187.

<sup>4</sup> Costa Pinto, L.A. *O negro no Rio de Janeiro.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

<sup>5</sup> Tia Ciata era como Hilária Batista de Almeida ficou conhecida, reconhecida pela fundação Cultural Plamares como uma das mais famosas “tias” baiana, foi uma pedra angular no surgimento do samba, além de promover a cultura popular trazida da Bahia e ser uma respeitada sacerdotisa, era grande quituteira e uma das principais articuladoras da cultura negra nas nascentes favelas cariocas. <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-tia-ciata>

cidades brasileiras como resultado de nossa formação social, oriunda de um passado colonialista escravistas gerenciado e liderado por homens brancos e ricos.

Ter essa percepção sobre as condicionantes racistas nos fazem entender o processo e os motivos e formas que o transfiguram para que seja repetido até hoje.

Nesse contexto, fica mais evidente a função do Estado como principal ator na produção do espaço urbano, não podendo ser ele representante de um racional de dominância e classista que irá resultar uma vez mais em uma política que assevera o processo de mutilação de uma parcela da população através de uma urbanização precária, alijando o acesso à cidadania e segregando ainda mais incluídos e excluídos.

Para Vargas (2005, p. 2), o processo excludente na geografia da cidade é perfeitamente caracterizado na:

Manutenção, demonização e contínua desumanização das favelas, funciona como uma metáfora e como a corporificação concreta irrefutável de um sem-número de outros tipos de marginalização às quais as negras(os) estão submetidas(os) no Brasil.

Para o autor tais aspectos nos fazem entender o motivo das periferias, em especial do Rio de Janeiro, serem predominantemente negras e pobres, porém diferente da abordagem de guetos, mas propiciando não somente um modelo mais cruel de dominância, uma vez que dificulta a criação de identidade, mas garante um fluxo de mão-de-obra barata, no sentido mais cruel de garantir o trânsito, mas não o acesso. Podemos dizer que tais espaços, acabam por ser locais de resistência, afirmação e sobrevivência não somente da população pobre, mas da negra, LGBT+ e de tantos outros grupos marginalizados.

Portanto, Vargas (2005) explica que se torna necessário entender essas condicionantes e características é a única forma de se apoderar desses tópicos para uma construção de políticas de urbanização mais democráticas, deixando de conceber e executar nossas políticas de um ponto de vista único, muitas vezes, amparados por um lastro tecnicista que parece tornar neutro a abordagem, mas acaba por aniquilar qualquer multiplicidade de grupos. Sendo necessário equalizar, mas acima de tudo ouvir, vozes mais baixas ou mais altas, dissonantes nesse planejamento para que não resulte na continuidade de uma abordagem de organização espacial que somente aumenta e alarga assimetrias sociais.

Não nos caberia melhor definição do que aquela trazida por Pinto (1998), que nos explica que ao final do período da escravidão, não passa o escravo a condição de cidadão, mas de proletário.

### **2.3.4 Experiências de participação popular em projetos de requalificação urbana envolvendo comunidades quilombolas**

Conforme discutido nos pontos anteriores, somente nos últimos anos a percepção que Quilombos tem sua presença em centros urbanos, muitas vezes não somente atrelados a um aspecto espacial definidor, mas todo um arcabouço almejando salvaguardar aquela identidade territorial.

A produção científica no que tange a atuação de quilombos em projetos de requalificação urbana ainda é incipiente, porém há destaque para pesquisas envolvendo temas como saúde, em especial sanitário, movimentos políticos, destaque para os de cunho de etnia e feminismo.

Entretanto, neste arremate do cabedal de referências do presente estudo, nos interessa destacar alguns trabalhos sobre o grande tema de Quilombos para fins de ajustes finais dos desafios, caracterização e conceituação desses espaços.

Gedrat, Alves & Silva (2020), apresentam um estudo com o objetivo de compreender a forma como os residentes de um quilombo percebem o preconceito racial que vivenciam.

Para isso, foi conduzida uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, contando com a participação de seis líderes comunitários de um quilombo urbano, sendo duas adolescentes, dois adultos e duas idosas.

Foram realizadas entrevistas com perguntas semiestruturadas, abordando suas histórias de vida e percepções em relação à discriminação racial. As entrevistas foram gravadas e filmadas para posterior transcrição, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática como abordagem metodológica, tal pesquisa é relevante, pois tangencia pontos em comum em nossa abordagem metodológica.

Os resultados principais revelaram diferenças significativas entre a percepção dos adolescentes, por um lado, e dos adultos e idosos, por outro. Sendo que para esses últimos a

expressão ou percepção de discriminação é mínima, diferente dos primeiros que de acordo, com os autores:

(...) essa percepção com total clareza e, na verdade, é o que mais vem à sua mente quando falam sobre a condição de serem negras e moradoras do quilombo. Em outras palavras, para elas não é difícil lembrar desse assunto: ele está sempre presente em sua vida e em seu dia a dia, em situações escolares e demais locais públicos. (Gedrat, Alves & Silva, p.12, 2020)

Martins & Santos (2017) vêm em seu estudo se debruçar sobre Campinas e a representação da matriz africana, através de uma abordagem de suas avenidas, no Projeto Ruas de História Negra, identificando monumentos, praças e ruas com conexão ao movimento negro.

Durante o desenvolvimento do estudo se percebe que existiu uma forte tentativa de apagamento da presença negra na cidade, porém observou-se nos últimos anos um processo aumentado de reterritorialização desse espaço, com o surgimento de novas iniciativas, ações e a participação de coletivos ligados a essa matriz.

Souza *et al.* (2019), vem em seu estudo sobre a população de mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense, a pesquisa se utiliza de diversas metodologias, em especial a aplicação de questionário, trazendo como resultado a inexpressiva atuação governamental, do investimento público e uma restrita capacidade reivindicatória da associação comunitária.

Os espaços de Quilombo permanecem, em sua maioria, com altas taxas de desigualdade, no que tange às mulheres, há de acordo com Souza *et al.* (2019), ainda mais opressão.

Um dos resultados que Souza *et al.* (2019), trazem que dentre todos os programas sociais do governo, sendo eles: Programa Bolsa Família; Pronaf; Pronaf Mulher; Programa Bolsa Verde; diante da falta de atuação do governo, as mulheres daquele território só gozam os benefícios do Bolsa Família, sem ter acesso a nenhum outro.

Encerrando o tópico da participação popular em projetos de requalificação urbana envolvendo comunidades quilombolas, temos em Correa (2010) o estudo de caso sobre o Quilombo da Família Silva, o primeiro quilombo urbano do Brasil.

Correa (2010) busca através de entrevistas entender como a 9ª Vara Federal de Porto Alegre teve seu papel na criação do quilombo, atuação dessa ativa e com percepção do papel

do judiciário em prover um novo começo para atores que estão em uma longa cadeia de luta social para retomada de seus territórios.

O resultado positivo do entendimento a favor da população quilombola incentivou outros reconhecimentos como o quilombo dos Alpes, quilombo da família Fidélis e quilombo do Areal da Baronesa. Além disso, sempre movimentado pela forte e incisiva atuação do Movimento Negro Unificado, intensificou sua luta pelo reconhecimento das terras quilombolas em outras áreas da cidade.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A dissertação proposta teve como objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos, ambientais, bem como, histórico-culturais relacionados ao Projeto Porto Maravilha nos últimos catorze anos. Para tanto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, visando proporcionar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado e o descrevê-lo (TRIVIÑOS, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2011). De acordo com Creswell (2007), pesquisas com essas características contribuem para uma análise detalhada da temática e para a ampliação das perspectivas por meio do diálogo teórico entre os autores analisados.

Para alcançar o objetivo geral estabelecido, o estudo utilizou uma abordagem de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Tal metodologia segue protocolos específicos e apresenta de forma explícita os critérios de seleção, bases de dados consultadas, estratégias de busca, critérios de inclusão e exclusão, processo de análise e limitações, em consonância com uma análise crítica do contexto estudado, sendo um documento importante para orientar decisões em contextos públicos e privados (GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2012).

Além disso, foram realizadas análises bibliométricas, com foco nos estudos advindos da Revisão Sistemática de Literatura. A bibliometria, segundo Spinak (1996), aborda a organização dos campos científicos e tecnológicos, valendo-se de fontes bibliográficas e de patentes para identificar os agentes, suas contribuições, inter-relações e direcionamentos. Donthu et al., (2021), por sua vez, ressaltam que a análise bibliométrica se destaca como um método amplamente utilizado e rigoroso para examinar e explorar grandes conjuntos de dados científicos. Essa abordagem revela nuances evolutivas de um domínio específico, ao mesmo tempo em que evidencia áreas emergentes relacionadas a esse mesmo campo de estudo.

Dessa forma, para a condução da etapa inicial da Revisão Sistemática de Literatura, foram aplicados alguns critérios de elegibilidade, estabelecidos previamente na etapa de definição do protocolo da RSL, com o propósito de gerar o corpus documental preliminar. Posteriormente à análise dos títulos, resumos e uma leitura flutuante de todas as 84 obras pré-selecionadas, aplicaram-se os critérios de exclusão pré-estabelecidos. Subsequentemente a essa etapa, chegou-se ao corpus documental final, com 61 artigos incluídos e lidos na íntegra. A compilação de todos os critérios de elegibilidade e exclusão está ilustrada no Quadro 1.

**Quadro 1** – Critérios de Elegibilidade

<b>Critérios</b>	<b>Designação</b>
Elegibilidade 1	Artigos com no máximo 14 anos de publicação (2010- 2023).
Elegibilidade 2	Apenas pesquisas encontradas na base de dados <i>Web of Science</i> , <i>Scopus</i> e Periódicos <i>CAPEs</i>
Elegibilidade 3	<i>Strings</i> de busca: Porto Maravilha AND Impactos; Porto Maravilha AND Impacts; Porto Maravilha AND Sustentabilidade; Porto Maravilha AND <i>Sustainability</i> ; Porto Maravilha AND Pedra do Sal; Porto Maravilha AND Negro; Porto Maravilha AND <i>Black</i> ; Porto Maravilha AND Preto; Porto Maravilha AND Quilombo; Porto Maravilha AND <i>Environment</i> ; Porto Maravilha AND Gentrificação; Porto Maravilha AND <i>Gentrification</i> ; Porto Maravilha + Segregação; Porto Maravilha AND <i>Segregation</i> ; Porto Maravilha AND Poluição; Porto Maravilha AND <i>Pollution</i> ; Porto Maravilha AND Benefícios; Porto Maravilha AND <i>Benefits</i> ; Porto Maravilha AND Novo Urbanismo; Porto Maravilha AND <i>New Urbanism</i> ; Porto Maravilha AND Mudanças Climáticas; Porto Maravilha AND <i>Climate Changes</i> ; Porto Maravilha AND Habitação; Porto Maravilha AND <i>Housing</i> ; Porto Maravilha AND Desenvolvimento; Porto Maravilha AND <i>Development</i> ; Porto Maravilha AND <i>Culture</i> ; Porto Maravilha AND Cultura.
Elegibilidade 4	Campo de busca: Tópico (título, resumo, palavras-chave do autor e <i>Keywords Plus</i> ).
Elegibilidade 5	Somente artigos em inglês, português e espanhol.
Exclusão 1	Resumos ou artigos não disponibilizados na íntegra
Exclusão 2	Artigos que não retratam o tema estudado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tendo em vista que esta pesquisa se caracteriza como uma Revisão Sistemática de Literatura *stand-alone*, ou seja, que busca compreender um corpo de literatura existente por meio da agregação, interpretação, explicação ou integração de pesquisas já existentes (ROUSSEAU et al., 2008; XIAO; WATSON, 2017), buscou-se, a priori, analisar quantitativamente os conteúdos das pesquisas incluídas, sobretudo no que diz respeito as análises bibliométricas, as quais abordaram temas como: a relação entre a quantidade dos artigos incluídos e os respectivos anos de publicação, a relação entre publicações e seus respectivos países de origem, bem como, conceitos QUALIS e JCR, nuvem de palavras relacionada aos títulos e palavras-chave dos estudos incluídos, e quantidade de artigos por subcategorias.

Além disso, foi empregado o método de revisão narrativa para resumir e apresentar os resultados das análises qualitativas. A revisão narrativa é uma abordagem que proporciona uma síntese descritiva e narrativa dos dados, destacando as abordagens mais comuns, suas limitações e oferecendo inferências qualitativas sobre as metodologias utilizadas na literatura (XIAO; WATSON, 2017).

Após a escolha dos artigos, como detalhado anteriormente, procedeu-se à análise de conteúdo, seguindo os procedimentos metodológicos propostos por Bardin (2011). Essa análise foi conduzida em três etapas distintas.

A fase inicial do processo de análise, conhecida como pré-análise, teve como objetivo principal a organização do material coletado. Durante esta etapa, realizou-se uma leitura inicial dos documentos, permitindo estabelecer um contato preliminar com seu conteúdo e absorver as primeiras impressões e orientações gerais apresentadas.

Posteriormente, na etapa da exploração do material, desenvolveu-se a codificação e categorização das unidades de registro. Durante o processo de codificação, os dados brutos dos textos foram analisados e convertidos em unidades de registro, as quais foram derivadas dos temas identificados nos documentos. Essas unidades de registro correspondem às partes específicas dos textos onde foram encontrados os elementos relevantes. Na etapa de categorização, foram criadas classes para agrupar elementos similares com base em suas características compartilhadas, como apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Codificação e categorização de acordo com Bardin (2011)

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>
Impactos Socioeconômicos	Turistificação
	Gentrificação   Expropriação   Desocupação
	Financeirização
	Enobrecimento   Elitização
	Mercantilização da Cidade
	Segregação Socioespacial
	Militarização
	Marketing Territorial
	Legado Olímpico   Megaeventos Esportivos
Impactos Ambientais	Licenciamento e Certificação Ambiental
Impactos histórico-culturais	Herança e Patrimônio Cultural

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

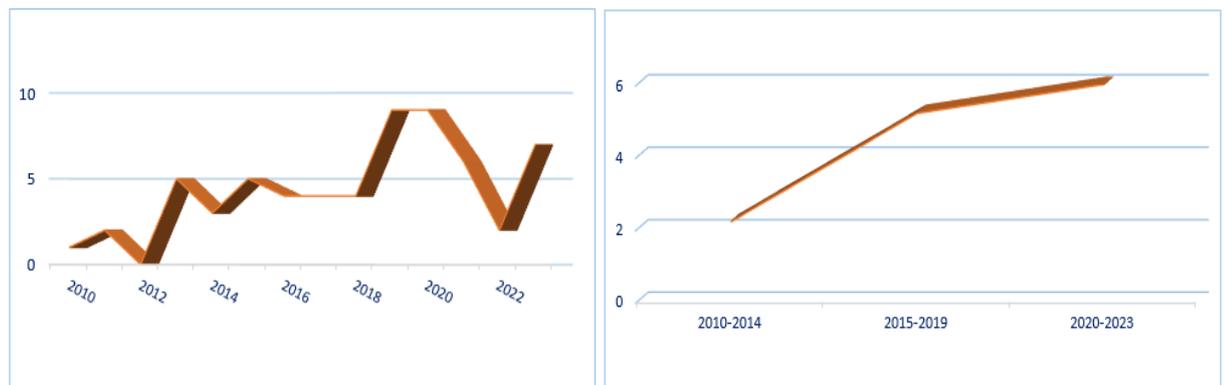
Por fim, na fase de exploração do material, conforme proposto por Bardin (2011), a qual abrange a interpretação dos resultados e inferências, foi adotada a utilização do *Microsoft Excel*. Este *software* foi empregado para a elaboração de gráficos, facilitando a visualização dos resultados obtidos. Além disso, o *Excel* foi utilizado para a organização das unidades de registro juntamente com suas respectivas subcategorias, proporcionando uma sistematização eficiente dos dados analisados.

#### 4. RESULTADOS

O presente estudo tem por objetivo analisar os impactos socioeconômicos, ambientais e histórico-culturais atribuídos ao Projeto Porto Maravilha, de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura, com análises bibliométricas e de conteúdo, sendo esta última, de acordo com a metodologia proposta por Bardin (2011).

De modo inicial, no que diz respeito à distribuição dos artigos incluídos ao longo do recorte temporal observado, a Figura 1 demonstra a variação da quantidade de publicações ocorridas em cada ano analisado, bem como, a média de publicações a cada cinco anos.

**Figura 2** – Relação entre a quantidade dos artigos incluídos e os respectivos anos de publicação



Fonte: Elaborado pelos autor, 2024.

Dessa forma, conforme demonstrado na Figura 2, observa-se que nos anos de 2014 (3 publicações) e 2016 (4 publicações), coincidentemente com a realização dos megaeventos esportivos como a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), houve uma queda no número de produções científicas relacionadas ao Projeto Porto Maravilha. No entanto, nos anos seguintes aos eventos, ou seja, em 2015 (5 publicações) e de 2017 a 2019 (17 publicações), foi possível identificar um aumento significativo desses trabalhos.

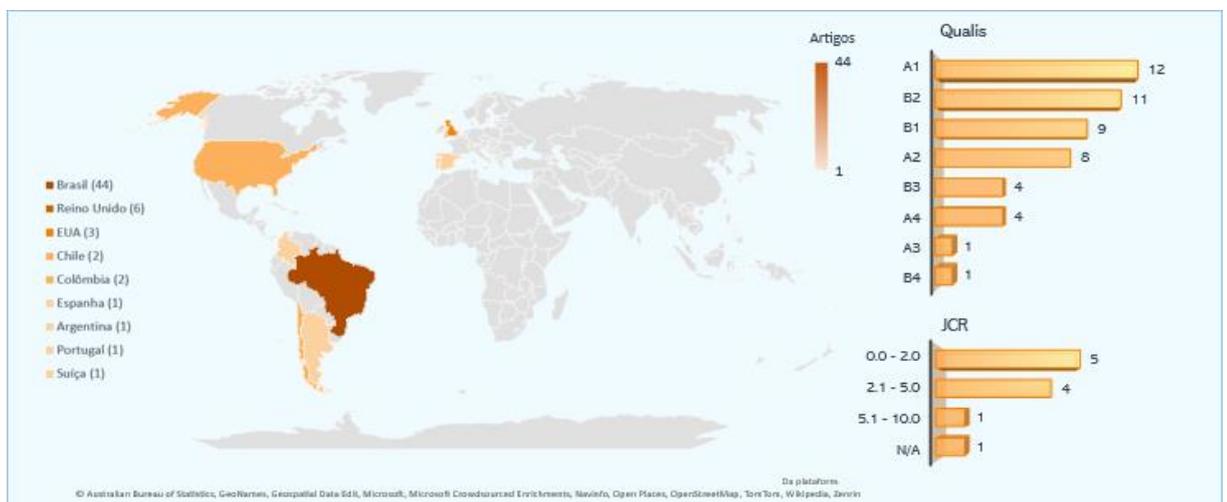
Da mesma forma, no contexto dos anos pós-eleitorais de 2019 e 2020, foi identificado um aumento significativo no número de publicações científicas sobre o tema (18 publicações), assim como ocorreu também no contexto pós-eleitoral do ano de 2023 (7 publicações). Essa observação sugere uma correlação entre eventos políticos e o interesse acadêmico pelo Projeto Porto Maravilha, refletindo possíveis mudanças de cenário e prioridades após os processos

eleitorais. Essa inferência, assim como a mencionada anteriormente em relação aos megaeventos esportivos, sugere uma relação entre o contexto temporal e a produção acadêmica sobre o projeto, possivelmente influenciada por agendas políticas e sociais.

Além disso, ao analisar as publicações ao longo de intervalos de cinco anos, observa-se uma tendência de aumento dos estudos sobre o Projeto Porto Maravilha após a fase inicial de implementação do projeto. Isso sugere um interesse crescente da comunidade acadêmica em compreender os impactos e desdobramentos do projeto ao longo do tempo. Em suma, a Figura 1 permite inferir que há uma tendência de crescimento das produções científicas sobre o Projeto Porto Maravilha ao longo dos anos (2010-2023), indicando um interesse contínuo e crescente pela temática.

Após a análise dos resultados mencionados, foi relevante investigar a origem das publicações, uma vez que estas se distribuem em três idiomas diferentes (espanhol, inglês e português). Diante da diversidade linguística presente nos achados, optou-se por realizar uma análise geográfica com base na localização das revistas onde os artigos foram publicados. Além disso, as revistas foram avaliadas quanto à sua relevância, levando em consideração os conceitos QUALIS-CAPES e JCR (*Journal Citation Rate*), sendo este último utilizado nos casos em que os periódicos não possuíam classificação QUALIS-CAPES. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais abrangente da distribuição geográfica e dos impactos das publicações sobre o Projeto Porto Maravilha, considerando tanto a diversidade linguística quanto a qualidade e reputação das revistas envolvidas.

**Figura 3** – Relação entre publicações e seus respectivos países de origem, bem como, conceitos QUALIS e JCR.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conforme evidenciado na Figura 2, em relação à origem das publicações científicas relacionadas aos estudos incluídos, observa-se que a maioria delas é proveniente do Brasil (72,13%), seguida pelo Reino Unido (9,84%) e pelos Estados Unidos (4,92%). Além disso, houve cinco publicações (8,19%) em periódicos de outros países da América do Sul, tais como Chile (3,27%), Colômbia (3,27%) e Argentina (1,64%). Com exceção do Reino Unido, também foi observado que 4,92% dos periódicos europeus receberam publicações sobre o Projeto Porto Maravilha, abrangendo países como Espanha (1,64%), Suíça (1,64%) e Portugal (1,64%).

Com relação aos conceitos avaliativos utilizados, observa-se uma distribuição equilibrada entre os estratos A e B no QUALIS, com metade das publicações em cada um deles. A maioria das publicações está no nível mais alto (A1), representando 24% do total analisado na avaliação QUALIS-CAPES, enquanto apenas 2% estão classificadas como B4. No entanto, nota-se que 40% dos artigos estão nos estratos B2 e B1, e 16% na faixa A2, demonstrando uma diversificação significativa entre os conceitos QUALIS-CAPES nos estudos incluídos.

Em relação ao JCR, observa-se que as publicações abrangem uma faixa variada de classificações. Cerca de 45,45% estão dentro de um estrato relativamente baixo de 0-2.0, enquanto 36,36% ocupam um estrato intermediário de 2.1-5.0. Por fim, 9,09% das publicações estão em um estrato mais elevado, situado entre 5-10. Essa variedade de classificações no JCR reflete a amplitude do interesse e reconhecimento internacional em relação aos estudos sobre o Projeto Porto Maravilha.

Considerando os pontos positivos, a distribuição equilibrada entre os conceitos A e B sugere uma ampla variedade de fontes sendo consideradas na revisão sistemática, o que pode enriquecer a análise com diferentes perspectivas e abordagens. Além disso, a predominância de publicações no nível mais alto (A1) indica que a pesquisa se baseia em fontes de alta qualidade, reconhecidas na comunidade científica.

Quanto aos pontos negativos, a presença significativa de revistas classificadas nos estratos QUALIS B2 e B1 indica possivelmente uma limitação no espectro de fontes utilizadas, pois tais periódicos podem apresentar uma menor qualidade e relevância em comparação com aqueles classificados em estratos mais elevados. Isso poderia comprometer a robustez e a confiabilidade dos resultados obtidos na revisão sistemática, uma vez que as publicações em QUALIS B2 e B1 podem ter menor visibilidade, impacto e rigor metodológico.

Entretanto, é importante ressaltar que a classificação QUALIS B2 e B1 não deve ser automaticamente interpretada como uma indicação de baixa qualidade ou falta de relevância

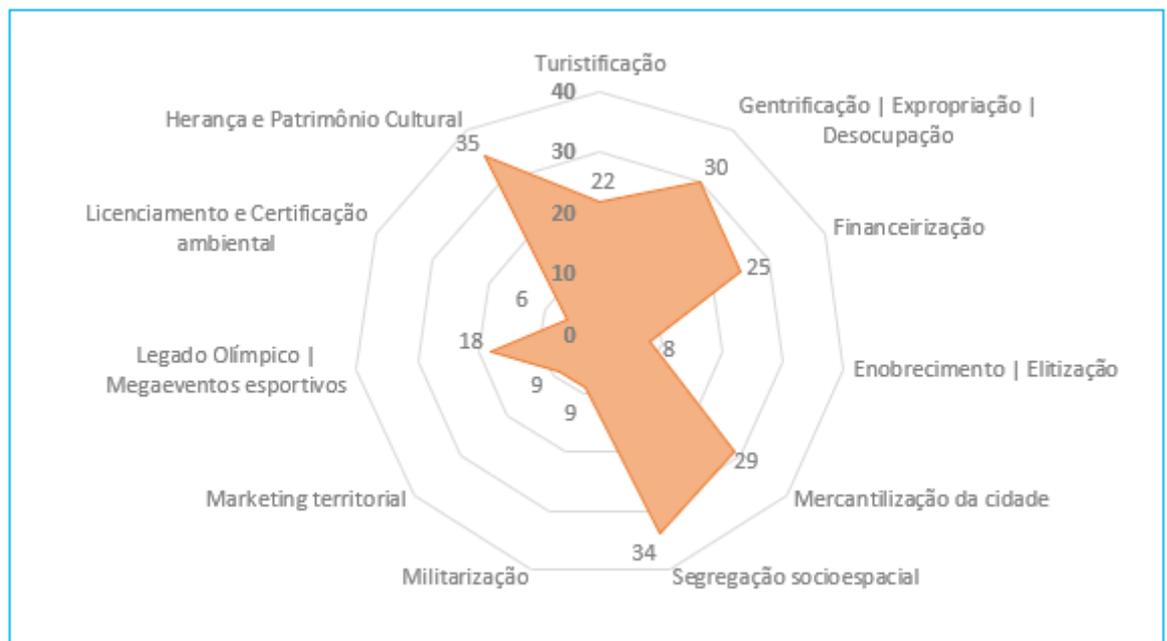


categorização, codificação e tratamento dos dados, conforme preconizado pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), elucidada na seção de metodologia.

No âmbito dos impactos socioeconômicos, destacam-se termos como turistificação, gentrificação, expropriação e desocupação, financeirização, enobrecimento, elitização, mercantilização da cidade, segregação socioespacial, militarização, marketing territorial, legado olímpico e megaeventos esportivos. Quanto aos impactos ambientais, são relevantes os termos licenciamento e certificação ambiental. Já no que concerne aos impactos histórico-culturais, merecem destaque expressões como herança e patrimônio cultural.

Assim, a partir da análise completa das produções científicas, incluindo a identificação das unidades de registro, codificação, subcategorização e categorização dos trabalhos, foi possível elaborar a Figura 5. Esta figura apresenta a quantidade de artigos por subcategorias inferidas, proporcionando uma visão clara e organizada das principais temáticas abordadas nos estudos sobre o Projeto Porto Maravilha.

**Figura 5** – Quantidade de artigos por subcategorias.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conclui-se, a partir da análise da Figura 5, que os temas mais recorrentes nos estudos sobre o Projeto Porto Maravilha são herança e patrimônio cultural, mencionados em 35 artigos, seguidos por segregação socioespacial, abordada em 34 pesquisas. Além disso, temas como gentrificação, expropriação e desocupação, estiveram presentes em 30 trabalhos. Ademais,

destacam-se temas como a mercantilização da cidade, discutida em 29 artigos, e tópicos como financeirização (25 artigos), turistificação (22 artigos), legado olímpico e megaeventos esportivos (18 artigos), e repovoamento planejado (18 artigos), que receberam menções significativas pelos estudos incluídos. Por outro lado, há uma participação menor, mas ainda relevante, de temas como marketing territorial, militarização, enobrecimento e elitização, e licenciamento e certificação ambiental, presentes em 9, 9, 8 e 6 dos artigos, respectivamente.

Essa análise inicial oferece uma compreensão sólida da importância de cada tipo de impacto e subcategoria no contexto do Projeto Porto Maravilha, fornecendo uma base robusta para a continuação e aprofundamento da pesquisa. Ademais, o processo de aprofundamento no conteúdo prosseguiu com a análise dos artigos, visando às etapas de inferências e interpretação propostas por Bardin (2011).

## **4.1 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

### **4.1.1 Turistificação**

A análise dos artigos relacionados ao Projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro revela uma ampla gama de perspectivas e reflexões sobre os objetivos, desafios e impactos desse empreendimento urbano de grande escala. O tema central que permeia muitos desses estudos é a turistificação, que se manifesta de diversas formas ao longo dos trabalhos analisados.

Os autores Nobre (2016), Mello, Pessôa e Lima (2020), Davies e Nogueira (2023), Couto (2020), Coma (2011), Burocco (2017), Martins (2015), Frenly e Pimentel (2022), Sánchez e Broudehoux (2013), Rios e Oliveira (2019), Angotti, Rheingantz e Pedro (2019), Carmo (2021), Sanchez (2018), Kirby e Crabb (2019), Santos et al. (2020), Broudehoux e Monteiro (2017), Andreatta e Vallejo (2011), Freitas e Elias (2017), Silva e Fratucci (2022), Monteiro (2023) e Nascimento e Silva (2015) destacam a intenção do projeto de transformar a região em um polo turístico, atraindo visitantes nacionais e internacionais. Esse objetivo se materializa em iniciativas que visam criar identidade para o local, com megaestruturas para serviços culturais e turísticos, eventos culturais, exposições e ações de memória pública.

Nobre (2016) sugere que o projeto busca atrair investimentos e turismo para a região, enquanto Mello, Pessôa e Lima (2020) e Davies e Nogueira (2023) reforçam a intenção de transformá-la em uma atração turística, corroborando com a valorização do turismo local.

Além disso, a ênfase na turistificação levanta questões sobre a autenticidade e a preservação do patrimônio histórico e cultural da região. Martins (2015) destaca a importância

da conservação da identidade histórica e do patrimônio construído, citando as ruínas do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, sendo o primeiro o berço da chegada dos escravos africanos no Brasil, e o segundo o marco da chegada da Imperatriz Teresa Cristina, cônjuge de Dom Pedro II. É, portanto, ressaltada a necessidade de equilibrar os interesses do turismo com a preservação do legado local. (MARTINS, 2015).

No entanto, por trás dessa estratégia de turistificação, surgem questões críticas e desafios socioespaciais importantes. Friendly e Pimentel (2022), em linhas gerais, chamam a atenção para a reescrita seletiva da história, apontando que a experiência dos negros brasileiros no porto foi apagada para consumo turístico. Não só por isso, como mencionam os autores, houve tentativa de apagar as memórias do Cais do Valongo, que estava soterrado e foi encontrado durante a execução do projeto porto maravilha. Isso levanta questões sobre a autenticidade das narrativas promovidas pelo projeto e a representatividade das comunidades locais. (FRIENDLY; PIMENTEL, 2022)

Além disso, a turistificação pode ter impactos profundos na dinâmica social e urbana da região. Autores como Monteiro (2023) e Nascimento e Silva (2015) indicam que a gentrificação e o aumento dos preços dos imóveis acarretam o deslocamento das comunidades locais, resultando em processos de segregação e desigualdade espacial. A transformação da área em um destino turístico pode reforçar desigualdades preexistentes e excluir grupos marginalizados do acesso aos benefícios do desenvolvimento urbano. (MONTEIRO, 2023; NASCIMENTO; SILVA, 2015).

No âmbito do Projeto Porto Maravilha, a turistificação não somente se configura como uma estratégia de desenvolvimento econômico, mas também como uma força que influencia a configuração da paisagem urbana, remodela identidades locais e redesenha relações de poder (MELLO; PESSÔA; LIMA, 2020; COMA, 2011; FRIENDLY; PIMENTEL, 2022; ANDREATTA; VALLEJO, 2011; NASCIMENTO; SILVA, 2015).

De acordo como os autores, a interação entre turismo, cultura, memória e transformação urbana, como abordada nestes estudos, revela uma complexidade que requer uma análise crítica e sensível, considerando as múltiplas vozes e perspectivas presentes na comunidade e na academia. Neste contexto, a turistificação emerge como um tema central na discussão sobre o Projeto Porto Maravilha, sendo perceptível que se trata de um fenômeno complexo que envolve não apenas a atração de visitantes e investimentos, mas também implicações profundas na dinâmica urbana e na vida das comunidades locais MELLO; PESSÔA; LIMA, 2020; COMA,

2011; FRENDRY; PIMENTEL, 2022; ANDREATTA; VALLEJO, 2011; NASCIMENTO; SILVA, 2015).

Uma consideração positiva de tais implicações é citada por Werneck e Novaes (2020), que destacam a utilização da cultura e do turismo como recursos estratégicos para estimular o desenvolvimento econômico e social na região, o artigo traz imagens das requalificações culturais realizadas, dentre elas a Praça Mauá renovada, o Complexo Corporativo Porto Atlântico, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio (MAR), o AquaRio, com uma roda gigante de 88 metros de altura ao lado, armazéns renovados no Píer Mauá, e murais de grafite na Orla do Conde (WERNECK; NOVAES, 2020).

Essa abordagem ressalta a transformação da área portuária em um centro de atividades turísticas e culturais, indicando uma estratégia de requalificação urbana ancorada na exploração do potencial turístico e cultural da região (WERNECK; NOVAES, 2020). É possível, então, chegar à conclusão de que o patrimônio cultural e histórico da região é mobilizado como um recurso para impulsionar o turismo (COMA, 2011; BUROCCO, 2017; RIOS; OLIVEIRA, 2019; ANGOTTI; RHEINGANTZ; PEDRO, 2019).

Por outro lado, Coma (2011) e Burocco (2017) mencionam explicitamente a turistificação como uma característica exclusiva do Projeto Porto Maravilha, não estando relacionada ao interesse de fortalecimento econômico e social da região. Eles destacam a intenção de revitalizar a área portuária para atrair turistas, sinalizando uma abordagem de desenvolvimento urbano que prioriza a atratividade turística como um vetor de transformação urbana. Em convergência, Rios e Oliveira (2019) e Angotti, Rheingantz e Pedro (2019) enfatizam a requalificação dos bens culturais e a integração deles à lógica do capital por meio de atividades turísticas atrativas.

Olhando para outro obstáculo no processo de turistificação, a ênfase na atração de turistas, conforme observado por Santos et al. (2020), pode gerar pressões sobre a comunidade local, levando a processos de gentrificação, como também indicado por Andreatta e Vallejo (2011). Esse processo pode resultar em deslocamento e exclusão social, conforme discutido por Silva e Fratucci (2022), ressaltando a importância de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo para que tais impactos negativos trazidos pela turistificação sejam mitigados.

Em outra perspectiva, Broudehoux e Monteiro (2017) destacam a tentativa do governo do Rio de Janeiro e das empresas envolvidas no projeto em reverter as percepções negativas sobre a área portuária, transformando-a em uma nova porta de entrada para a cidade. No

entanto, conforme mencionado por Kirby e Crabb (2019), essa tentativa pode enfrentar desafios de implementação, haja vista que espaços urbanos desocupados, como prédios vazios e torres de escritórios abandonadas, contribuem para as taxas de vacância corporativa na região, tornando-a menos atraente (KIRBY; CRABB, 2019).

Além disso, Kirby e Crabb (2019) mencionam instalações de baixa qualidade, como a má projeção dos Museus do Amanhã e de Arte do Rio e a situação degradada da Vila Olímpica de Gamboa, que a torna incapaz de apoiar as atividades esportivas e de lazer. Concomitantemente, suas instalações como pista de *skate*, pista de corrida e quadra de futebol estão deterioradas (KIRBY; CRABB, 2019). Os autores mencionam, também, escândalos de corrupção envolvendo o uso indevido de fundos públicos, que minou a confiança dos investidores no projeto, e a falta de planejamento a longo prazo que prejudicou a atratividade do Porto Maravilha para investimentos. Estas e outras questões prejudicam a manutenção e o funcionamento do local e prejudica a atração de turistas (KIRBY; CRABB, 2019).

Dessa maneira, a busca por tornar a área mais moderna e atrativa, conforme destacam Freitas e Elias (2017), pode estar relacionada à necessidade de alinhar a imagem da região com as expectativas dos turistas e as tendências globais de turismo urbano. No entanto, essa transformação também impactou na reescrita da história local em a supressão de experiências e narrativas marginalizadas, como também observado por Friendly e Pimentel (2022).

Diante das reflexões supracitadas, verifica-se a complexidade e as múltiplas dimensões da turistificação no contexto do Projeto Porto Maravilha. Dessa forma, não são abordados apenas os esforços para atrair turistas, mas também são levantadas questões sobre os impactos sociais, culturais e econômicos desse processo de transformação urbana. Tais reflexões são percebidas como essenciais para uma compreensão abrangente dos desafios e oportunidades associados à turistificação e ao desenvolvimento urbano em áreas históricas e portuárias.

#### **4.1.2 Gentrificação | Expropriação | Desocupação**

A discussão em torno do Projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro revela uma interação complexa entre os processos de gentrificação, desocupação e transformação urbana, especialmente no Morro da Providência. Este tópico revela diversas perspectivas sobre os impactos sociais e econômicos do projeto nessa comunidade histórica.

Nobre (2016) aponta para a remodelação da área portuária como parte do projeto, destacando a construção de novos edifícios e a demolição da estrada Perimetral, o que afeta

diretamente o Morro da Providência. Essa intervenção causa, propositalmente, a valorização imobiliária e o aumento dos custos de moradia, potencialmente forçando os moradores de baixa renda a deixarem a área em prol da ocupação por empresas e moradores de maior poder econômico (NOBRE, 2016).

A gentrificação, então, emerge como uma preocupação central, conforme discutem Mello, Pessôa e Lima (2020), que corroboram com Nobre (2016) ao mencionar o deslocamento de residentes devido à transformação da região em um local mais atrativo para investidores e camadas sociais de maior poder aquisitivo.

Essa dinâmica é valorizada por Fernandes (2018), que descreve o projeto como uma política de expulsão da população mais pobre da região, especialmente do Morro da Providência, onde as condições de vida são historicamente precárias. Sant'Anna e Ximenes (2019) mencionam a remoção das ocupações existentes e a ruptura das territorializações geradas por movimentos sociais em busca de melhores condições de moradia (FERNANDES, 2018; XIMENES, 2019). Por sua vez, Magalhães (2016) sublinha o deslocamento forçado de residentes de baixa renda para serem abertos espaços voltados à empreendimentos imobiliários e investimentos mais lucrativos (NOBRE, 2016; MELLO; PESSÔA; LIMA, 2020; SANT'ANNA; XIMENES, 2019; CÂNDIDO; ROSA, 2021; FERNANDES, 2018)

Burocco (2017) destaca a privatização da cultura e a expropriação de parceiros locais como parte do projeto, o que pode intensificar os processos de gentrificação e desocupação. A transformação do espaço urbano em ativos financeiros, conforme discutido por Cardoso e Silva (2013), ressalta a dimensão econômica dessa intervenção, que marginaliza os residentes em benefício de interesses privados (BUROCCO, 2017; CARDOSO; SILVA, 2013)

Uma exemplo do contexto supracitado diz respeito ao impacto direto do projeto na vida de 832 famílias que foram removidas de suas casas no Morro da Providência, área abrangida pelo Projeto Porto Maravilha (SANCHEZ et al., 2016). Essa ação, além de evidenciar a desocupação forçada, também ressalta a falta de coordenação no planejamento urbano e a ausência de políticas públicas inclusivas. (CARDOSO; SILVA, 2013; BUROCCO, 2017; SANCHEZ et al., 2016).

A questão da desapropriação e desocupação no Morro da Providência é abordada de forma crítica por Nascimento e Silva (2015), que destaca o deslocamento de moradores de baixa renda como uma consequência direta do projeto, reforçando ainda mais a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e participativa no desenvolvimento urbano, que leve em

consideração os direitos e necessidades das comunidades afetadas (NASCIMENTO; SILVA, 2015).

Além disso, Saladino e Mena (2019) destacam como as políticas de revitalização urbana, como o Projeto Porto Maravilha, podem contribuir para a homogeneização cultural e a elitização de bairros, resultando na exclusão de comunidades de baixa renda. Isso reflete uma preocupação mais ampla sobre a justiça social e a equidade no acesso à cidade, especialmente em áreas historicamente marginalizadas como o Morro da Providência.

Bhimani e Lisio (2023) detalham a desocupação de terras e propriedades na área portuária, destacando os efeitos tangíveis da gentrificação e expropriação. Por exemplo, são mencionados os papéis das entidades estaduais e não estatais, coordenando e colaborando na construção de megaeventos, o que esteve associado ao deslocamento das comunidades (BHIMANI; LISIO, 2023). Os autores mencionam, também, a parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), que obteve o direito legal de despejar pessoas que interferissem nos planos do Projeto Porto Maravilha. Isto acarretou, por exemplo, na transferência de terras públicas para empresas privadas (BHIMANI; LISIO, 2023). Em adição, é mencionado que a venda de potencial de construção adicional, conhecido como CEPAC, foi usada para financiar o projeto e garantiu ao proprietário o direito ao espaço aéreo além do limite de altura legalmente estipulado (BHIMANI; LISIO, 2023).

De modo semelhante, Sanchez et al. (2016) retratam a expropriação e desocupação como componentes essenciais do projeto, levando à transformação da área em uma atração turística e um centro de atividades econômicas. Colaborativamente, Friendly e Pimentel (2022) discutem as parcerias público-privadas no Porto Maravilha, ressaltando como essas iniciativas contribuem para a expulsão das comunidades afro-brasileiras da região portuária. Da mesma forma, Sánchez e Broudehoux (2013) apontam que o objetivo de atrair turistas e investimentos levou ao deslocamento das comunidades locais em benefício de interesses privados.

Esse processo de reconfiguração urbana é sintomático de uma tendência mais ampla de gentrificação global, onde as cidades competem por capital e prestígio global às custas das comunidades locais (SANCHEZ et al., 2016).

De acordo com Riscado (2021), a gentrificação é, também, destacada como consequência direta da remodelação da área portuária, evidenciando a transformação social e econômica que ocorre à medida que a área se torna atrativa à investidores e residentes de renda mais alta. De maneira mais abrangente, Passos (2014) explora os processos de deslocamento e substituição de comunidades existentes por outras mais ricas.

Neste contexto, o autor menciona a falta de transparência e participação dos cidadãos locais nas etapas políticas do Projeto Porto Maravilha. Portanto, a desigualdade ao acesso à moradia e aos recursos urbanos é enfatizada, sugerindo um ciclo de exclusão e marginalização que perpetua as disparidades sociais. O autor menciona a gentrificação e remoções forçadas no Morro da Providência como sendo os principais impactos do projeto de revitalização já vivenciados. “São fatos comprovados e denunciados, inclusive, internacionalmente” (PASSOS, 2014).

Albinati (2018) contribui ao explorar as diferentes lógicas de apropriação presentes no projeto, incluindo a territorialidade e a exploração, destacando como essas dinâmicas podem afetar as comunidades locais. Além disso, Assumpção e Schramm (2013) e Angotti, Rheingantz e Pedro (2019) contrastam as ocupações urbanas com as transformações propostas pelo Porto Maravilha, ressaltando como as iniciativas do projeto entraram em conflito com os movimentos sociais e as demandas por moradia digna (ALBINATI, 2018; ASSUMPÇÃO; SCHRAMM, 2013; ANGOTTI; RHEINGANTZ; PEDRO, 2019).

A gentrificação e a expropriação também são temas centrais discutidos por Santos (2017), que destaca o deslocamento de moradores de baixa renda e a transformação da área em um bairro mais valorizado economicamente. Assim como Passos (2014), Santos (2014) expande essa discussão ao abordar os impactos negativos da gentrificação na dinâmica social e econômica da região, ressaltando a substituição de comunidades existentes por grupos mais ricos e privilegiados.

Tais achados se entrelaçam com as preocupações levantadas por Monteiro (2023), que aponta para a exploração de capital e investidores como motor por trás do deslocamento de populações locais. Passos (2014) menciona, inclusive, a derrubada da Perimetral como reforçadora do beneficiamento de empreiteiras ao custo das legítimas necessidades e anseios da comunidade local, além do roubo de vigas históricas e valiosas do Elevado (PASSOS, 2014).

Do mesmo modo, Martins (2015) coaduna com os autores supracitados, oferecendo uma perspectiva sobre o uso do mercado imobiliário como instrumento de gentrificação, o que ressalta a instrumentalização do espaço urbano para atender aos interesses dos investidores, em detrimento das necessidades das populações locais. Tal visão é reforçada por Angotti, Rheingantz e Pedro (2019), que aborda a construção de novos edifícios e infraestrutura como catalisadores da gentrificação e deslocamento.

Como fator agravante advindo dessa conjuntura, Carlos (2010) aborda as deficiências nos mecanismos de mitigação dos efeitos causados pela gentrificação, sugerindo uma lacuna

significativa entre as intenções declaradas do projeto e suas consequências reais para as comunidades afetadas. Entre tais deficiências, estão presentes a falta de diretrizes ou estratégias claras para preservar o significado cultural da área, o aumento potencial na densidade populacional devido aos planos habitacionais propostos e o foco na revitalização no projeto Porto Maravilha sem uma adequada abordagem da questão da gentrificação (CARLOS, 2010).

Monteiro (2023) reforça a incompletude do projeto na inserção da área portuária no circuito turístico internacional, sugerindo que os processos de gentrificação e desocupação podem não ter atingido plenamente seus objetivos. Esse déficit institucional coaduna com os achados de Nascimento e Silva (2015), que destaca a expropriação de terras como vertente central do projeto, apontando para uma narrativa mais ampla de desigualdade e injustiça socioespacial.

Abascal e Bilbao (2021) contribuem para o debate ao apresentar uma perspectiva mais abrangente, destacando o deslocamento das famílias de baixa renda e as preocupações relacionadas à falta de coordenação no planejamento urbano. Os autores ressaltam que essa falta de coordenação é uma questão recorrente em muitos projetos de revitalização urbana, nos quais os interesses das comunidades locais frequentemente são negligenciados em favor de agendas políticas e econômicas mais amplas.

Oliveira (2023) lança luz sobre as preocupações específicas relacionadas ao despejo de famílias da área do Morro da Providência, destacando as tensões entre os objetivos de revitalização urbana e os direitos dos moradores locais. Essa tensão entre desenvolvimento econômico e justiça social é uma questão central em muitos contextos urbanos em todo o mundo (OLIVEIRA, 2023). Nesse sentido, Oliveira (2023) destaca a ocorrência da gentrificação em bairros de cidades como Nova York, Londres e São Francisco.

Além disso, o autor aborda as favelas urbanas em Mumbai, Índia, onde a rápida urbanização e o crescimento econômico não resultaram em melhorias nas condições de vida. Também são mencionados os assentamentos informais em Nairóbi, Quênia, onde a falta de acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas limitadas contribuem para a desigualdade social e dificultam o desenvolvimento urbano inclusivo (OLIVEIRA, 2023).

Além disso, Mesentier e Moreira (2014) elucidam a percepção de que a privatização da cultura pode intensificar os processos de gentrificação ao priorizar os interesses comerciais sobre as preocupações culturais das comunidades locais (MESENTIER; MOREIRA, 2014), o que se alinha com as análises de Oliveira (2021), que destacam as mudanças socioespaciais

decorrentes da gentrificação, incluindo a concentração de atividades turísticas e o influxo de novos residentes de renda mais alta.

Por sua vez, Mosciaro (2019) realiza uma análise mais específica dos efeitos demográficos da gentrificação. Ele destaca o reforço das desigualdades sociais preexistentes e a exacerbada disparidade no desenvolvimento urbano. Além disso, menciona a concentração de instituições financeiras, o que resulta em avançadas atividades terciárias, bem como a concentração espacial de edifícios icônicos e intervenções públicas. Esses elementos contribuem para a criação de um cenário urbano opulento, que transmite uma imagem de dinamismo econômico, mas que também gera preocupações quanto ao uso de recursos públicos, podendo levar à socialização de custos e riscos.

Ademais, destaca a falta de definições claras e meios eficazes para impor provisões habitacionais sociais e acessíveis, o que intensifica o deslocamento de residentes de baixa renda e sua substituição por famílias de renda média e alta (MOSCIARO, 2019).

Esse deslocamento, conforme discutido por Xavier (2015), pode criar barreiras adicionais ao acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego para os residentes de baixa renda, aprofundando as disparidades sociais e econômicas na área portuária.

Broudehoux e Monteiro (2017) fortalecem a discussão ao destacarem as estratégias utilizadas pelos proponentes do projeto Porto Maravilha para promover sua valorização econômica, dentre as estratégias abordadas, algumas são redefinir a imagem da área portuária, promover atividades culturais e direcionar grupos demográficos específicos para melhorar a avaliação econômica do projeto, sendo a última a geradora de efeitos no acesso à moradia e aos recursos urbanos para os residentes (BROUDEHOUX; MONTEIRO, 2017). A construção de uma imagem idealizada da zona do porto, conforme discutido, acarreta o agravamento das tensões subjacentes e perpetua uma visão idealizada da cidade, não correspondente com a realidade (BROUDEHOUX; MONTEIRO, 2017).

Até o presente momento, é possível concluir que a gentrificação e a desocupação no Morro da Providência são fenômenos complexos que exigem uma reflexão crítica sobre as políticas de desenvolvimento urbano e suas implicações sociais. Os artigos analisados trazem a necessidade de uma abordagem mais holística, inclusiva e equitativa no planejamento urbano, garantindo direitos e o bem-estar da população afetada e priorizando interesses e direitos das comunidades locais sobre os imperativos de lucro e expansão econômica.

### 4.1.3 Financeirização

O aspecto da financeirização no projeto Porto Maravilha reflete uma abordagem neoliberal de regeneração urbana, como destacado por Werneck e Novaes (2020), que ressaltam sua conexão com experimentos internacionais de recuperação urbana e construção especulativa. Essa perspectiva neoliberal se alinha à ênfase do projeto na atração de investimentos privados para impulsionar o crescimento econômico, como mencionam Davies e Nogueira (2023).

A análise proposta por Santos (2017) revela a produção do espaço urbano impulsionada pelo capital financeiro, demonstrando como o projeto visa atrair investimentos e gerar lucros através da comercialização da cidade. Já Cardoso e Silva (2013) e Couto (2020) destacam a venda dos Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) como forma de financiar a construção, enquanto Santos et al. (2020) mencionam o uso de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o Financiamento com Incremento de Impostos (TIF) para viabilizar o projeto.

Um aspecto crucial da financeirização no projeto é a utilização dos CEPACs, esses certificados permitem o aumento da densidade e do valor dos edifícios, que podem ser negociados como instrumentos financeiros, contribuindo para a atratividade do projeto para investidores (CARDOSO; SILVA, 2013). Conforme mencionado por Cardoso e Silva (2013), este recurso foi utilizado como uma das principais fontes de financiamento do projeto Porto Maravilha. De maneira oposta, Carmo (2021) defende que a venda de CEPACs ocorreu como uma forma de monetização de direitos adicionais de desenvolvimento do projeto.

Ainda sobre os CEPACs, França (2013) destaca-os como uma ferramenta fundamental no financiamento do projeto. Esses certificados não apenas possibilitam o aumento da densidade e do valor dos edifícios, mas também representam uma forma de monetizar direitos de desenvolvimento, contribuindo assim para a revitalização da área central do Rio de Janeiro (FRANÇA, 2013).

Outra fonte de financiamento mencionada são as Parcerias Público-Privadas (PPP's). Como apontado por Martins (2015), a implementação do Projeto Porto Maravilha envolve uma complexa interação entre o setor público e o setor privado. O projeto é liderado por uma PPP, na qual grandes empresas privadas de construção desempenham um papel central. Isso ressalta a natureza híbrida do projeto, que combina interesses financeiros e públicos na busca pela regeneração urbana (MARTINS, 2015). Em adição, o Riscado (2021) afirma que as PPP's presentes no projeto Porto Maravilha garantem a colaboração de empresas privadas no investimento e execução das obras.

Entrando na seara das PPPs, Coma (2011) destaca a tendência de financeirização no desenvolvimento urbano, apontando para a utilização de instrumentos financeiros e investimentos privados na regeneração da área portuária, como as PPPs e os SPVs. Esses mecanismos visaram facilitar o investimento privado em projetos específicos dentro da área portuária, juntamente com outras estratégias de financeirização, como a emissão de títulos e outros instrumentos de dívida, incentivos e subsídios fiscais para estimular o investimento privado na área portuária, e a mobilização de recursos de diferentes atores públicos e privados, buscando o consenso social e a mobilização cívica (COMA, 2011).

Reforçando essa perspectiva, Martins (2015), Sanchez (2018) e Saruê (2018) destacam que a colaboração entre o setor público e privado no Projeto Porto Maravilha revela a convergência de interesses financeiros na busca por revitalização e lucro na área portuária. Eles evidenciam a injeção substancial de recursos financeiros por parte desses setores no projeto (MARTINS, 2015; SANCHEZ, 2018; SARUÊ, 2018).

Essa abordagem, que se alinha com a lógica do capital financeiro, é reforçada pelo modelo de gestão da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), mencionado por Coma (2011), que envolve uma empresa público-privada com interesses financeiros na monopolização dos serviços e construções dentro da área do projeto. São, também, mencionadas outras fontes de financiamento, como o TIF, para capturar aumentos futuros na receita do imposto sobre a propriedade (SANTOS et al., 2020), e o uso de recursos públicos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), modificado para permitir seu uso no projeto (SANTOS et al., 2020).

A privatização de terras públicas na área portuária, conforme discutido por Santos et al. (2020), também desempenha um papel na financeirização do projeto, permitindo o investimento privado e o desenvolvimento imobiliário. Dessa forma, o Quadro 3 demonstra as principais fontes de financiamento mencionadas em todos os artigos incluídos na análise.

**Quadro 3** – Fontes de financiamento do projeto Porto Maravilha e autores que as citaram

Fonte de financiamento	Autores
CEPAC (Certificado de Potencial Adicional de Construção)	Cardoso e Silva (2013), Couto (2020), França (2013), Passos (2014), Santos et al. (2020), Mosciaro (2019).
FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)	Santos et al. (2020).
FII (Fundo de Investimento Imobiliário)	Montanari (2023).
PPP (Parcerias Público-Privadas)	Coma (2011), Riscado (2021), Passos (2014), Santos et al. (2020).
SPV (Veículos para fins especiais)	Coma (2011).
TIF (Financiamento por Incremento de Impostos)	Santos et al. (2020).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Sendo assim, o Projeto Porto Maravilha almeja atrair investimentos e fluxos de capital para a cidade do Rio de Janeiro, impulsionando a revitalização da zona portuária (NOBRE, 2016). Essa visão é corroborada por Mello, Pessôa e Lima (2020), os quais enfatizam a busca por investimentos e crescimento econômico na área como parte essencial do projeto. Esses autores, em conjunto com França (2013), que menciona o uso dos CEPACs, indicam uma estratégia de financeirização do desenvolvimento urbano, transformando direitos de construção em ativos financeiros negociáveis.

Por outro lado, Sanchez (2018) destaca a injeção significativa de recursos financeiros no projeto, independentemente de sua conexão direta com os Jogos Olímpicos. Esses investimentos foram fundamentais para o sucesso e o impacto econômico do projeto na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando o papel crucial do financiamento na viabilização de empreendimentos urbanos de grande escala (SANCHEZ, 2018).

Além disso, o Projeto Porto Maravilha exemplifica a tendência global de financeirização do espaço urbano, como discute Monteiro (2023). A valorização da área portuária por meio da revitalização cultural e do turismo está intrinsecamente ligada à

financeirização e ao enobrecimento, destacando como a transformação de espaços urbanos pode ser impulsionada por interesses financeiros e econômicos (MONTEIRO, 2023).

Entretanto, as marcas da financeirização do Projeto Porto Maravilha não estão isentas de críticas e controvérsias. Abascal e Bilbao (2021), por exemplo, destacam a estagnação dos empreendimentos imobiliários e a diminuição do valor da propriedade como resultados indesejados do projeto. Além disso, Sánchez e Broudehoux (2013) apontam para a mercantilização da esfera urbana e os potenciais impactos negativos na desigualdade e nos conflitos sociais decorrentes da implementação do projeto.

Nascimento e Silva (2015) alertam para outros fatores, como o aumento dos preços dos imóveis como resultado do Projeto Porto Maravilha, evidenciando uma forma de financeirização na qual o valor da terra e da propriedade se torna uma mercadoria para investimento e especulação. A questão problemática é que este fenômeno ressalta os desafios enfrentados por residentes de baixa renda e grupos marginalizados diante da gentrificação e do aumento da pressão imobiliária (NASCIMENTO; SILVA, 2015).

Em convergência, a valorização da área portuária e a atração de investimentos privados e financeirização, conforme destacado por Rios e Oliveira (2019), pode resultar no deslocamento de comunidades de baixa renda, como evidenciado por Caceres (2014), gerando tensões sociais e econômicas na região (RIOS; OLIVEIRA, 2019; CACERES, 2014).

A análise crítica de Mosciaro (2019) sobre a monetização dos direitos de desenvolvimento através da venda de CEPACs corrobora para a presente discussão, apontando para as implicações fiscais e de endividamento. Esses mecanismos financeiros, embora possam fornecer financiamento inicial, também contribuem para a exclusão e marginalização de grupos sociais vulneráveis à medida em que parte dos recursos gerados entra em conflito de interesses com a apropriação de um espaço já apropriado (MOSCIARO, 2019).

Montanari (2023) reforça a ideia, defendendo que a presença de torres corporativas e investimentos imobiliários de alto padrão exemplifica a financeirização do espaço urbano e a centralização de capital em áreas de desenvolvimento privilegiadas. Essa dinâmica, embora possa atrair investimentos e gerar crescimento econômico, também pode exacerbar as desigualdades socioespaciais na cidade (MONTANARI, 2023).

Como agravante a este contexto, o envolvimento de PPP's e o uso de CEPAC's, conforme abordado por Passos (2014), indica uma estratégia de financiamento que depende da colaboração entre o setor público e o privado. Essa abordagem, embora possa fornecer recursos

adicionais para o projeto, levanta questões sobre transparência e distribuição equitativa de benefícios (PASSOS, 2014).

Ao examinar o panorama ambiental, que será mais detalhadamente abordado adiante, o projeto Porto Maravilha, conforme analisado por Gonçalves e Portugal (2020), evidencia uma tensão entre considerações financeiras e princípios de planejamento sustentável, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais holística e equilibrada para o desenvolvimento urbano. Essa tensão entre lucro e sustentabilidade reflete as preocupações levantadas por Nascimento e Silva (2015), os quais destacam os impactos sociais e econômicos da financeirização do espaço urbano.

Em suma, o Projeto Porto Maravilha ilustra de forma vívida os complexos aspectos da financeirização e do financiamento do desenvolvimento urbano, evidenciando a interconexão entre interesses econômicos, planejamento urbano, cultura e transformação social.

#### **4.1.4 Enobrecimento | Elitização**

A análise em relação aos aspectos de elitização e enobrecimento decorrentes do Projeto Porto Maravilha, resulta numa rede de impactos e percepções. O projeto, que visa revitalizar a área portuária do Rio de Janeiro, revela nuances tanto positivas quanto preocupantes quanto à transformação urbana.

Em congruência com o analisado até aqui, é unânime a concordância de que o Projeto Porto Maravilha é concebido como uma iniciativa para revalorizar a região portuária, tornando-a mais atrativa para investimentos e empreendimentos de alto padrão (NOBRE, 2016; CARDOSO; SILVA, 2013; MAGALHÃES, 2016; MARTINS, 2020; XAVIER, 2015; NASCIMENTO; SILVA, 2015). A intenção de criar um ambiente sofisticado reflete em uma visão comum entre os autores supracitados sobre o potencial de crescimento econômico e melhoria da infraestrutura urbana.

Magalhães (2016) e Nascimento e Silva (2015) destacam a intenção original do projeto de transformar a área portuária em um local mais prestigiado e desejável, atraindo empreendimentos de alto padrão, empresas e residentes abastados. Essa visão reflete uma abordagem mais favorável à elitização urbana, enfatizando os benefícios econômicos e estéticos da revitalização (MAGALHÃES, 2016; NASCIMENTO; SILVA, 2015). No entanto, enquanto alguns artigos enaltecem os aspectos positivos dessa elitização urbana, apontando para a melhoria da qualidade de vida e a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro (NOBRE,

2016; MARTINS, 2020; XAVIER, 2015), outros expressam preocupações sobre os efeitos sociais negativos desse processo. O enobrecimento da área portuária pode levar à exclusão de grupos de baixa renda, à perda de identidade cultural e à estratificação socioeconômica (CARDOSO; SILVA, 2013; SALADINO; MENA, 2019).

Além disso, a observação de um declínio na demanda por imóveis na área portuária após a implementação do projeto (ABASCAL; BILBAO, 2021) aponta para possíveis consequências imprevistas do enobrecimento. Esse declínio sugere que os efeitos do projeto podem não ser uniformes em toda a região, e que a valorização imobiliária nem sempre ocorre conforme o esperado.

Por outro prisma, enquanto Magalhães (2016) e Nascimento e Silva (2015) enfatizam os benefícios econômicos e estéticos da revitalização, Abascal e Bilbao (2021) destacam uma realidade pós-implantação onde propriedades corporativas de alto padrão permanecem vagas, que sugere uma possível desconexão entre a oferta e a demanda por imóveis na área, questionando os impactos sociais reais do projeto (ABASCAL; BILBAO, 2021).

A desigualdade de acesso também acende um alerta, embora todos os artigos reconheçam o potencial de elitização da área, há discordância quanto aos impactos dessa transformação sobre os grupos socioeconômicos mais vulneráveis. Enquanto Magalhães (2016) e Nascimento e Silva (2015) não abordam adequadamente os efeitos negativos da elitização sobre esses grupos, Abascal e Bilbao (2021) envolvem a estagnação dos empreendimentos imobiliários e a diminuição do valor da propriedade como indicadores de possíveis consequências adversas.

Por fim, embora a revitalização da área portuária possa trazer benefícios econômicos e estéticos, é fundamental considerar seus impactos sociais e culturais, bem como garantir a inclusão e participação de todos os segmentos da sociedade no planejamento e execução desses projetos.

#### **4.1.5 Mercantilização da cidade**

Há um consenso entre os estudos incluídos sobre o papel central do desenvolvimento econômico na condução do projeto. O objetivo de atrair investimentos e promover o crescimento econômico é destacado repetidamente, refletindo a ênfase na competitividade global e na prosperidade financeira da cidade.

A mercantilização se manifesta em várias dimensões do projeto Porto Maravilha, por exemplo, a criação de novos espaços comerciais e residenciais (MELLO, PESSÔA E LIMA, 2020), como a renovada Praça Mauá, que oferece vistas espetaculares do Museu do Amanhã e da Baía de Guanabara, o Palacete Dom João e seu vizinho modernista, que foram unidos sob um novo telhado ondulado de concreto para abrigar o novo museu de arte (NOBRE, 2016). Isso ilustra a transformação do ambiente urbano em produtos para investimento e consumo (MELLO, PESSÔA E LIMA, 2020).

Além disso, o uso de elementos culturais como atrativos turísticos e experiências comerciais, como por exemplo o Museu de Arte do Rio (MAR), megaestruturas dedicadas a serviços culturais e turísticos, e demais obras de arquitetura histórica e moderna, museus, festivais, experiências gastronômicas, teatro, música e festas, conforme aborda Couto (2020), exemplificam como a cultura é mercantilizada para atrair visitantes e gerar atividade econômica.

Autores como Mello, Pessôa e Lima (2020) e Cardoso e Silva (2013) enfatizam a transformação da cultura e do espaço urbano em produtos comercializáveis, evidenciando a mercantilização como um processo intrínseco ao Projeto Porto Maravilha. A remodelação da área portuária não apenas visa atrair investimentos, mas também busca capitalizar elementos culturais e históricos para criar experiências turísticas e atrair consumidores (MELLO, PESSÔA E LIMA, 2020; CARDOSO; SILVA, 2013).

Pio (2013) e Riscado (2021) ressaltam os aspectos positivos da mercantilização, destacando os potenciais benefícios econômicos e turísticos da revitalização urbana. A transformação da área portuária em um polo comercial e cultural impulsionou a economia local e atraiu investimentos estrangeiros, contribuindo para a inserção da cidade no mercado global (PIO, 2013; RISCADO, 2021).

Além disso, Pique et al. (2019) e Martins (2015) delineiam a amplitude do Projeto Porto Maravilha, destacando sua abrangência em termos de infraestrutura, turismo e desenvolvimento econômico. A ênfase na criação de novos espaços comerciais e culturais sugere uma abordagem abrangente de mercantilização, onde a cidade é transformada em um produto para consumo e investimento (PIQUE et al., 2019; MARTINS, 2015).

A perspectiva apresentada por Silva e Fratucci (2022) e Bhimani e Lisio (2023) destaca a dimensão simbólica da mercantilização urbana. A transformação de espaços urbanos em vitrines globais reflete uma busca por prestígio e visibilidade no cenário internacional, muitas vezes às custas da autenticidade e da diversidade cultural.

Já Saladino e Mena (2019) discutem a mercantilização urbana ao integrar o Instituto Pretos Novos em uma rota turística como parte do projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro. Isso sugere uma abordagem que visa a atrair turistas para a área, transformando aspectos culturais em produtos comerciais para consumo e investimento.

Rios e Oliveira (2019) trata das intervenções na área portuária, ressaltando como a requalificação de bens culturais foi integrada à lógica do capital por meio de atividades turísticas. Eles destacam a criação do *Boulevard* Olímpico como uma nova atração turística na cidade, refletindo a mercantilização do espaço urbano em torno de eventos e atrações de entretenimento.

Entretanto, enquanto o projeto é celebrado por seu potencial de transformação e revitalização, há vozes críticas que, como evidenciado Abascal e Bilbao (2021), apontam para o impacto negativo nas áreas populares, como o Morro da Providência, que são negligenciadas em favor do desenvolvimento comercial e turístico (ABASCAL; BILBAO, 2021). Do mesmo modo, Sánchez e Broudehoux (2013) e Sanchez (2018) alegam que a comercialização da cidade pode levar à marginalização de grupos de baixa renda e à perda de espaços públicos em prol de interesses privados.

Agravando o cenário, outra frente negativamente afetada é a cultural. Dessa forma é possível perceber a transformação de elementos culturais em produtos turísticos, como apontado por Mello, Pessôa e Lima (2020), Couto (2020) e Fernandes e Porto (2022), refletindo a comercialização da cultura como parte da estratégia de revitalização. Segundo os autores, essa estratégia é saudada como um meio de atrair investimentos e redefinir a imagem da cidade, mas também levanta preocupações sobre a autenticidade e a preservação do patrimônio cultural.

No entanto, há divergências na avaliação dos impactos sociais e econômicos do projeto. Enquanto alguns artigos defendem e enfatizam os benefícios econômicos e o potencial de crescimento da cidade (como mencionado por Davies e Nogueira (2023), Pique et al. (2019), França (2013) e Riscado (2021)), outros alertam para as desigualdades sociais e a exclusão resultantes da mercantilização urbana, trazendo a possibilidade de repensamento sobre o quão destoante os impactos do projeto Porto Maravilha são para cada grupo social de indivíduos (SILVA; BARBOSA; DRATCH, 2020; ABASCAL; BILBAO, 2021; SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013; SANCHEZ, 2018).

Além disso, a visão crítica apresentada por Werneck e Novaes (2020), Angotti, Rheingantz e Pedro (2019) e Nascimento e Silva (2015) converge, destacando o Porto Maravilha como um exemplo do neoliberalismo aplicado ao desenvolvimento urbano, no qual

a mercantilização da cidade prioriza os interesses do mercado em detrimento das necessidades da população local. A comercialização da cidade, nesse contexto, não apenas reproduz desigualdades sociais, mas também aprofunda processos de gentrificação e exclusão (WERNECK; NOVAES, 2020; NASCIMENTO; SILVA, 2015).

Não obstante, Coma (2011) e Burocco (2017) destacam o envolvimento de interesses privados e a implementação de PPPs como impulsionadores da comercialização do espaço urbano. Segundo os autores, a influência de atores institucionais e comerciais na formação do desenvolvimento da cidade evidencia como essas parcerias podem priorizar os lucros em detrimento das necessidades da comunidade local.

Burocco (2017), Santos et al. (2020) e Mosciaro (2019) corroboram as observações anteriores, destacando as complexidades da governança urbana e os interesses envolvidos na transformação da paisagem urbana por meio da privatização de terras públicas e da concentração de poder nas mãos de atores institucionais, comerciais e grandes corporações. Conforme apontado por Sanchez (2018) e Santos et al. (2020), esse fenômeno pode resultar na exclusão de grupos marginalizados e na diminuição do controle democrático sobre o desenvolvimento urbano.

Sobre os efeitos da mercantilização da cidade no que diz respeito à cultura, Fernandes e Porto (2022) e Monteiro (2023) levantam preocupações quanto à perda de identidade e autenticidade cultural. Eles abordam a transformação de espaços públicos em commodities comerciais como resultante da descaracterização de bairros históricos e da marginalização de práticas culturais tradicionais (FERNANDES; PORTO, 2022; MONTEIRO, 2023).

Neste cenário, Freitas e Elias (2017) destacam a transformação das cidades em vitrines globais para o consumo e investimento turístico, levantando preocupações semelhantes sobre a perda de identidade e autenticidade cultural.

Essas análises sugerem que o Projeto Porto Maravilha está inserido em um contexto profundo de mercantilização urbana, sendo esta vertente a essência e meio de captação de lucro e retorno financeiro do projeto. No entanto, pontos controversos sugerem que a predominância dos interesses comerciais sobre as necessidades e aspirações da comunidade local, principalmente nos aspectos econômicos, culturais e ambientais, pode gerar impactos negativos significativos.

#### 4.1.6 Segregação socioespacial

Foi possível concluir, com base na análise realizada, que o projeto Porto Maravilha apresenta diversos fatores de impacto em relação à segregação socioespacial, os quais são criticados por não abordarem soluções para as disparidades e a atenuação da segregação socioespacial por ele causadas.

Por exemplo, é destacado por Martins (2020) a intenção do projeto de transformar a imagem degradada da área portuária em algo mais atraente, chamando um novo perfil de residentes e investidores. Porém, ainda que essa transformação se alinhe com esforços de desenvolvimento econômico, resulta na intensificação de disparidades socioeconômicas na região geradas pela desapropriação de propriedades e deslocamento de residentes já existentes para aquisição destas propriedades pela camada social mais ricas (OLIVEIRA, 2023; ANDREATTA; VALLEJO, 2011).

Sanchez et al. (2016) ressalta que a implementação do projeto resultou na segregação socioespacial no Morro da Providência, marginalizando e excluindo a comunidade local, enquanto Fernandes (2018) destaca os impactos negativos nas comunidades vizinhas, mencionando a remoção de dois prédios ocupados pelo Movimento Sem-Terra (MST), sendo um na Rua Machado de Assis e outro na Rua Zumbi dos Palmares, e os rumores da remoção de uma parte da calçada na rua Barão de São Félix, o que poderia resultar na demolição do prédio de ocupação Chiquinha Gonzaga (FERNANDES, 2018).

A exclusão ou marginalização de certas comunidades durante o processo de regeneração urbana evidencia as desigualdades presentes na cidade e a falta de consideração pelos direitos e necessidades das populações mais vulneráveis (FERNANDES, 2018; SANTOS et al., 2020), além disso, a diferenciação no acesso a recursos e oportunidades ampliou as disparidades socioeconômicas e reforçou as barreiras entre diferentes grupos da sociedade (RISCADO, 2021).

Reforçando tal perspectiva, Cândido e Rosa (2021) ressaltam que o Projeto Porto Maravilha busca revitalizar uma área historicamente marginalizada, porém, por trás desse esforço de revitalização, está presente a segregação socioespacial. Esta questão é também destacada por Passos (2014), que aponta para a negligência dos aspectos sociais do projeto, indicando uma distribuição desigual de recursos e atenção por parte do mesmo (DAVIES; NOGUEIRA, 2023). Tais análises enfatizam a necessidade de considerar os impactos sociais em qualquer processo de desenvolvimento urbano, incluindo o projeto Porto Maravilha (CÂNDIDO; ROSA, 2021; PASSOS, 2014).

Como agravante, Mesentier e Moreira (2014) abordam a exclusão ou ocultação de certos elementos urbanos negativos como parte do projeto, o que levanta questões sobre seu impacto na cidade em uma escala mais ampla. Essas ações influenciaram na segregação socioespacial ao moldar a forma como diferentes grupos têm acesso ao espaço urbano e aos recursos disponíveis (MESENTIER; MOREIRA, 2014).

De la Barre e Lima (2019) enfatizam a segregação socioespacial na medida em que trata como consequência do projeto o deslocamento de moradores de baixa renda e concentração de indivíduos mais ricos na área revitalizada, fato que evidencia como as intervenções urbanas podem perpetuar desigualdades preexistentes e fragmentar ainda mais as comunidades urbanas (DE LA BARRE; LIMA, 2019). Magalhães (2016) argumenta que a segregação socioespacial reforça os padrões de desigualdade e fragmentação urbana já presentes no Rio de Janeiro, ao priorizar investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras (MAGALHÃES, 2016). Este cenário, segundo Sánchez e Broudehoux (2013), contribui para conflitos sociais e desrespeita a história e identidade dos bairros afetados. Destaca-se, assim, a ausência de diálogo e transparência, que aprofundou as divisões sociais e espaciais já existentes (SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013).

Por outro lado, são mencionadas possíveis soluções ou medidas para mitigar o problema da segregação socioespacial gerado pela execução do projeto Porto Maravilha. Sant'Anna e Ximenes (2019) propõem a criação de políticas habitacionais inclusivas e sensíveis às necessidades das comunidades locais. Enquanto isso, Mosciaro (2019) destaca a importância de prover habitação social e implementar um plano habitacional específico para os grupos de baixa renda.

Silva e Fratucci (2022) conduziram entrevistas com 41 moradores dos bairros da Gamboa e da Saúde, situados nos arredores do projeto Porto Maravilha, além do Morro da Providência, onde residem há pelo menos 20 anos. Os resultados revelaram diferentes percepções sobre as mudanças nos bairros, destacando uma variedade de impactos do projeto, tanto positivos quanto negativos, o que evidencia a existência de segregação socioespacial na região (SILVA; FRATUCCI, 2022).

Caceres (2014) destaca que a segregação socioespacial preexistente na região atraiu residentes e empresas de maior poder aquisitivo, resultando na exclusão de grupos de baixa renda e refletindo uma tendência generalizada de gentrificação em áreas urbanas. Essa visão é compartilhada por Fernandes (2018), que associa o projeto Porto Maravilha e o subsequente processo de gentrificação à intensificação da segregação socioespacial. Conforme apontado por

Fernandes (2018), as comunidades marginalizadas foram particularmente afetadas, enfrentando desafios como a falta de redes de apoio socioeconômico e a exposição a danos e violência.

No contexto da gentrificação e sua interação com a segregação socioespacial no projeto Porto Maravilha, França (2013) e Oliveira (2021) ressaltam a supervalorização da terra e o deslocamento das populações de baixa renda como resultados desse fenômeno, exacerbando as disparidades entre as classes sociais. As mudanças trazidas pelo projeto, que incluem a gentrificação por meio de remoções (SANTOS, 2017; ANGOTTI; RHEINGANTZ; PEDRO, 2019), o deslocamento de comunidades de baixa renda e a privatização de recursos públicos (FREITAS; ELIAS, 2017), contribuem significativamente para a segregação socioespacial.

Enfatizando o ponto de vista cultural, Werneck e Novaes (2020) destacam a gentrificação periférica como um resultado do projeto, que levou à segregação socioespacial e à diluição da cultura local. Albinati (2018) levanta preocupações similares, destacando como o projeto excluiu e deslocou comunidades culturalmente desfavorecidas na região portuária.

Por outro lado, Saladino e Mena (2019) destacam que o projeto Porto Maravilha, ao integrar-se a uma rota turística, intensificou a segregação socioespacial ao concentrar esforços na atração de turistas para a área revitalizada.

Em uma abordagem distinta, Nobre (2016) conclui que a elitização, manifestada na criação de espaços de luxo como parte do projeto, resultou no encarecimento do custo de vida na região, contribuindo para a exclusão de moradores de baixa renda, uma observação que ecoa em Cardoso e Silva (2013), ao enfatizar o deslocamento de residentes mais abastados. Todas essas dinâmicas refletem na segregação socioespacial (NOBRE, 2016; CARDOSO; SILVA, 2013). Gonçalves e Portugal (2020), Monteiro (2023) e Nascimento e Silva (2015) ressaltam como a revitalização urbana acentuou as desigualdades ao atrair investimentos e desenvolvimento para áreas específicas, negligenciando outras, o que resulta no deslocamento de populações de baixa renda e na concentração de riqueza em determinadas regiões.

Sant'Anna e Ximenes (2019) destacam outro aspecto relevante: as remoções forçadas durante o Projeto Porto Maravilha resultaram em violações dos direitos à moradia e contribuíram para a segregação urbana. Os autores ainda revelam que tais remoções foram conduzidas de forma violenta, refletindo uma política pública que prioriza lucros sobre o bem-estar das populações mais vulneráveis. Fernandes (2018) menciona, inclusive, que a presença de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência contribuiu para pressões e tensões nas ocupações, além da entrada do narcotráfico nos prédios ocupados pelo MST, gerando, inclusive, tensões e mortes nessas regiões (FERNANDES, 2018).

Contudo, há divergências significativas entre os estudos incluídos em relação à extensão e às consequências da segregação socioespacial. Pereira e Oliveira (2020) apresentam uma visão mais destoante, argumentando que o Porto Maravilha não resultou em um número significativo de desapropriações e deslocamentos, em comparação com outros projetos urbanos, comparando com a Operação Urbana Consorciada Água Espreada, situada em Campo Belo, no estado de São Paulo.

Nesse sentido, a diversidade de perspectivas apresentadas até o momento ressalta a importância de analisar minuciosamente os diversos interesses envolvidos ao avaliar os impactos do projeto na segregação socioespacial. Contudo, existe uma convergência de visões em relação à influência do Projeto Porto Maravilha na segregação socioespacial da área.

Destacam-se as contribuições do projeto para o deslocamento e exclusão de grupos de baixa renda, o que resulta na concentração de indivíduos mais privilegiados na área revitalizada. Os principais elementos identificados como intensificadores das desigualdades socioespaciais incluem os processos de gentrificação, a supervalorização da terra e a ausência de políticas de habitação social.

#### **4.1.7 Militarização**

Pereira e Oliveira (2020), Abascal e Bilbao (2021), Fernandes (2018), Sánchez e Broudehox (2013), De la Barre e Lima (2019), Sanchez et al. (2016), Oliveira (2021) e Nascimento e Silva (2015) oferecem uma visão abrangente sobre a militarização e os impactos da segurança pública no contexto do Projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro. Eles destacam benefícios e preocupações sobre violência policial, militarização do espaço urbano e abordagens autoritárias na gestão da requalificação da área portuária.

De la Barre e Lima (2019) abordam o envolvimento da polícia na remoção de assentamentos informais e favelas, contribuindo para a militarização do espaço urbano em nome da segurança pública. Oliveira (2021) amplia essa discussão ao destacar o aumento da militarização e controle do espaço como resposta à questão urbana dos morros e favelas incluídos no projeto. Essa perspectiva converge com a análise de Fernandes (2018), que ressalta que a gentrificação na área portuária provocou mudanças nas práticas dos agentes estaduais e municipais, resultando na presença de forças policiais na região, o que gerou, inclusive, casos de violência e tensões sociais (FERNANDES, 2018).

Tal cenário, por outra perspectiva, conforme indicado por Pereira e Oliveira (2020), aborda a associação do Projeto Porto Maravilha com violência policial e segregação social, especialmente por meio dos despejos em áreas ocupadas, levantando preocupações sobre o impacto nas comunidades marginalizadas e a eficácia das iniciativas habitacionais (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020).

De maneira semelhante, Abascal e Bilbao (2021) destacam a associação do projeto com a militarização e casos de violência policial, evidenciando um ambiente militarizado na área portuária e casos de abusos dos direitos humanos. Adicionalmente, Nascimento e Silva (2015) criticam a abordagem autoritária na gestão da requalificação, apontando para um modo de operação segregador e autoritário por parte dos executores do projeto (ABASCAL; BILBAO, 2021).

Sánchez e Broudehoux (2013) acrescentam o prisma do marketing territorial na militarização e ações policiais na cidade, em relação às implicações do projeto Porto Maravilha, destacando uma diferença entre a realidade das ações policiais e a imagem idealizada transmitida pela mídia (SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013). Sanchez et al. (2016) abordam a violência e a militarização como resultantes da instalação da UPP no Morro da Providência, associando esta parte das políticas de segurança para os megaeventos esportivos.

Em conjunto, os autores supracitados revelam uma série de preocupações sobre a militarização, violência policial e abordagens autoritárias associadas ao Projeto Porto Maravilha, destacando a necessidade de considerações mais amplas de justiça social e direitos humanos no planejamento e implementação de projetos de revitalização urbana.

#### **4.1.8 Marketing territorial**

O marketing foi um fator importante na revitalização da área portuária, evidenciando a realização de pesquisas de mercado e implementação de estratégias de comunicação, como marketing urbano, marketing local, planejamento estratégico, projetos urbanos, implementação de legislação específica para apoiar projetos de regeneração urbana, para atingir um consenso social e mobilização cívica (COMA, 2011; CARMO, 2021). O resultado é a atração de investimentos privados e fortalecimento da percepção positiva da zona portuária do Rio de Janeiro e do projeto (COMA, 2011).

Mosciaro (2019) destaca as medidas financeiras e regulatórias adotadas para atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico no âmbito do projeto Porto Maravilha. Isso inclui a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto

do Rio de Janeiro (CDURP), uma empresa pública encarregada de supervisionar o processo de redensolvimento e atrair investimentos privados. Além disso, são mencionadas a implementação de ferramentas e arranjos regulatórios, como incentivos fiscais e estímulos para os desenvolvedores, visando fomentar o investimento na região (MOSCIARO, 2019).

Mello, Pessôa e Lima (2020) enfatizam a intenção do projeto de criar uma identidade distinta para o Rio de Janeiro, usando estratégias de marketing para fortalecer sua imagem e atrair interesse global, enquanto Sánchez e Broudehoux (2013) ampliam a perspectiva ao situar o Projeto Porto Maravilha em um contexto mais amplo de marketing territorial, integrando-o a outras iniciativas destinadas ao posicionamento do Rio de Janeiro como um centro de interesse global.

No cenário cultural, Martins (2020) chama a atenção para o intenso uso de publicidade e apropriação de espaços na área portuária como parte das estratégias de marketing territorial, levantando questões sobre a autenticidade e inclusão na narrativa promovida pelo projeto. Essa comparação destaca a tensão entre a promoção da região e a preservação de sua autenticidade cultural, reforçada, no entanto, por Silva e Lodi (2023), que ressaltam a importância da preservação da identidade local e a inclusão de aspectos sociais e ambientais na estratégia de marketing territorial.

Carmo (2021) destaca a criação de espaços culturais e marcos na área portuária como elementos essenciais para a identidade e atratividade da região. Isso resalta a importância de integrar aspectos culturais à estratégia de marketing territorial. Martins (2015), por sua vez, explora a intersecção entre preservação histórica e inovação tecnológica no contexto do projeto, conferindo prestígio e modernidade à região portuária sem desconsiderar sua rica herança cultural.

Pode-se concluir, portanto, que é crucial fortalecer estratégias abrangentes e inovadoras de marketing territorial para atrair investimentos e revitalizar a região abrangida pelo projeto Porto Maravilha. Reconhece-se o potencial deste em posicionar o Rio de Janeiro como um centro de interesse global. No entanto, é importante notar as discrepâncias com o cenário cultural da zona portuária do Rio de Janeiro, que muitas vezes se vê subjugado por seu envolvimento no marketing territorial.

#### 4.1.9 Legado Olímpico | Megaeventos esportivos

O projeto Porto Maravilha é descrito como um componente central das iniciativas de revitalização urbana associadas aos megaeventos esportivos (DAVIES; NOGUEIRA, 2023; COUTO, 2020; FRENDRY; PIMENTEL, 2022), e reconhecido como um componente fundamental do legado olímpico da cidade (NOBRE, 2016; MELLO, PESSÔA E LIMA, 2020; PIO, 2013).

Sua implementação foi planejada para melhorar a infraestrutura e a imagem da cidade em preparação para eventos de grande escala, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, portanto, estrategicamente, o projeto se associa com a melhoria da sociabilidade urbana e na criação de um legado duradouro para a cidade (DAVIES; NOGUEIRA, 2023; COUTO, 2020; FRENDRY; PIMENTEL, 2022).

Ainda sobre a implementação do projeto, considerada uma resposta direta aos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016 que visou revitalizar a área portuária e melhorar a infraestrutura urbana em consonância com os requisitos do evento, cabe ressaltar que foi uma parte integrante das iniciativas de renovação urbana em preparação para os megaeventos esportivos, destacando sua contribuição para a imagem e a reputação internacional da cidade (NOBRE, 2016; MELLO, PESSÔA E LIMA, 2020; PIO, 2013).

Coma (2011) reforça que o Projeto Porto Maravilha foi concebido como parte integrante dos preparativos para as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, já que sua implementação foi planejada para deixar um impacto duradouro na cidade, não apenas em termos de infraestrutura, mas também em termos de imagem e legado olímpico.

Andreatta e Vallejo (2011) ressaltam a conexão direta entre o Projeto Porto Maravilha e o legado olímpico, enfatizando o objetivo de alavancar a infraestrutura desenvolvida para as Olimpíadas, além de expandir os benefícios dos megaeventos esportivos para a transformação urbana da cidade. Em consonância, Bhimani e Lisio (2023) destacam que a construção do Porto Maravilha ocorreu antes dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo parte do legado olímpico e do impacto dos megaeventos esportivos no desenvolvimento urbano.

Além disso, o Projeto Porto Maravilha é descrito como um dos legados mais divulgados e significativos dos Jogos Olímpicos, no contexto das vertentes turística e cultural, conforme mencionado por Sanchez (2018) e Mesentier e Moreira (2014), que ainda alegam que sua transformação da área portuária em um centro de atividades culturais e turísticas durante os jogos contribuiu para sua proeminência como um símbolo tangível do legado olímpico no Rio de Janeiro.

Ademais, a relação com as vertentes de financeirização e marketing territorial são evidenciadas por Sánchez e Broudehoux (2013), quando destacam que o Porto Maravilha e outros projetos urbanos no Rio de Janeiro foram parte de uma estratégia mais ampla de marketing territorial durante os megaeventos esportivos, que, por sua vez, foram usados como plataformas para atrair interesses globais e investimentos internos, com o Porto Maravilha desempenhando um papel crucial nesse processo de revitalização urbana.

Em contrapartida, há também críticas e desafios associados à implementação do projeto dentro do contexto dos megaeventos esportivos, o que se intersecciona com as vertentes de gentrificação, cultura e patrimônio histórico, conforme demonstrado abaixo e discutido por Santos (2017), Carmo (2021), Kirby e Crabb (2019), Freitas e Elias (2017), Silva e Fratucci (2022), e Monteiro (2023).

A gentrificação resultante da revitalização urbana e a privatização de espaços públicos são preocupantes, vista a necessidade de equilibrar os benefícios do desenvolvimento urbano com a preservação da identidade e do acesso da comunidade local aos recursos urbanos (KIRBY; CRABB, 2019; FREITAS; ELIAS, 2017; MONTEIRO, 2023).

No entanto, as críticas e desafios associados à integração do projeto Porto Maravilha aos megaeventos esportivos e ao legado olímpico, conforme discutem Santos (2017), Carmo (2021), e Monteiro (2023), se baseiam na gentrificação resultante da revitalização urbana e na marginalização de certas comunidades locais, fatores citados como preocupações, destacando a necessidade de abordar questões de equidade e inclusão social durante o processo de desenvolvimento urbano (SANTOS, 2017; (CARMO, 2021; MONTEIRO, 2023).

Além disso, o projeto enfrentou desafios específicos relacionados à preservação do patrimônio histórico e cultural da área, como exemplificado por Silva e Fratucci (2022) ao citarem as questões do Cais do Valongo. Esses desafios ilustram a complexidade envolvida na implementação de projetos de revitalização urbana em contextos históricos e culturais ricos (SILVA; FRATUCCI, 2022).

É possível concluir, com base na análise dos autores, que estes fornecem uma visão abrangente do envolvimento do Projeto Porto Maravilha no contexto dos megaeventos esportivos e do legado olímpico, destacando sua importância e impacto na transformação urbana do Rio de Janeiro.

## **4.2.IMPACTOS AMBIENTAIS**

### **4.2.1 Licenciamento e certificação ambiental**

A análise dos artigos sobre o projeto Porto Maravilha e seu envolvimento no licenciamento e certificação ambiental da zona portuária revela uma série de pontos de convergência e divergência. É evidente que houve certa preocupação em garantir que o projeto atendesse aos requisitos ambientais e de sustentabilidade, porém, há controvérsias sobre a importância dada na execução de procedimentos que seriam fundamentais para um desenvolvimento sustentável do projeto.

Silva, Barbosa e Dratch (2020) e Abascal e Bilbao (2021) destacam a importância do licenciamento e certificação ambiental para garantir a conformidade com as regulamentações ambientais, bem como para promover o desenvolvimento sustentável e minimizar os impactos negativos no meio ambiente. Afirmação que, de acordo com Angotti, Rheingantz e Pedro (2019), converge com os interesses do Projeto Porto Maravilha, já que a obtenção de licenças e certificações ambientais era parte integrante do objetivo do projeto de estimular a sustentabilidade na área portuária.

Silva, Barbosa e Dratch (2019) fortalecem outra perspectiva ao destacar a relação do Projeto Porto Maravilha com os processos de licenciamento e certificação ambiental, especialmente a certificação LEED ND (Liderança em Energia e Design Ambiental para Desenvolvimento de Bairros). Essa certificação, conforme apontado pelos autores, concentra-se na criação de bairros compactos, vibrantes e de uso misto, com boas conexões com as comunidades vizinhas, além de enfatizar a localização do bairro e o desempenho de sua infraestrutura e edifícios. A menção à certificação LEED ND sugere um compromisso em aderir a padrões rigorosos de eficiência energética, conservação de recursos e planejamento urbano responsável (SILVA; BARBOSA; DRATCH, 2019).

Silva, Barbosa e Dratch (2019) fortalecem a percepção de que o Projeto Porto Maravilha estava, de fato, engajado em considerações ambientais e de sustentabilidade em seu processo de licenciamento e certificação. Isso destaca a complexidade do projeto e sua abordagem abrangente para abordar questões ambientais, sociais e econômicas na revitalização da área portuária do Rio de Janeiro (SILVA; BARBOSA; DRATCH, 2019).

Por outro lado, Martins, Chacur e Nunes (2016) apresentam uma perspectiva crítica sobre o processo de licenciamento ambiental do projeto. Eles destacam que a administração municipal ignorou a necessidade de realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) e conduziu apenas um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para emitir uma licença

preliminar. Além disso, as licenças foram concedidas por órgãos ambientais sem considerar análises alternativas, resultando em um impacto negativo no processo de licenciamento e na qualidade dos projetos (MARTINS; CHACUR; NUNES, 2016).

Tal fato sugere uma falta de conformidade com os procedimentos padrão e uma possível negligência em considerar adequadamente os impactos ambientais do projeto, além do desrespeito a determinados requisitos e à utilização de técnicas alternativas de análise para avaliar diferentes opções (MARTINS; CHACUR; NUNES, 2016). Em resumo, os autores destacam que houve o descumprimento de requisitos, como a não realização de uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA), a emissão de licenças sem considerar uma análise alternativa, que é um requisito no processo de licenciamento ambiental, e a falta de uma avaliação abrangente de alternativas (MARTINS; CHACUR; NUNES, 2016).

Em adição, Gonçalves e Portugal (2020) destacam que a prefeitura do Rio de Janeiro possui um marco legislativo para garantir a sustentabilidade, sendo este a Lei Complementar 111, promulgada em fevereiro de 2011, que permite a exigência da autoridade municipal de trânsito pelo ajuste de projetos com base nos estudos de impacto de tráfego (TIS) para garantir condições adequadas de acessibilidade, mobilidade e segurança para todos os usuários do sistema de transporte, porém, ainda assim o projeto não aplicou um procedimento consolidado e não contemplou certas etapas, parâmetros, modelos e técnicas fundamentais, o que indica possíveis lacunas na formulação e implementação do projeto em relação aos aspectos de mobilidade e acessibilidade (GONÇALVES; PORTUGAL, 2020).

Em suma, enquanto alguns artigos enfatizam a importância do licenciamento e certificação ambiental para garantir a sustentabilidade do Projeto Porto Maravilha, outros levantam preocupações sobre o processo de licenciamento e sua conformidade com os requisitos legais e ambientais.

### **4.3.IMPACTOS HISTÓRICO-CULTURAIS**

#### **4.3.1 Herança e patrimônio cultural**

A análise dos artigos revela um conjunto de ideias e iniciativas relacionadas ao patrimônio cultural e à herança da zona portuária do Rio de Janeiro, influenciadas pelo Projeto Porto Maravilha. Inicialmente, é evidente que o projeto visa não apenas preservar, mas também promover o patrimônio cultural da cidade, como destacado por Mello, Pessôa e Lima (2020),

Coma (2011) e Abascal e Bilbao (2021), que enfatizam a revitalização de áreas históricas e a criação de novos espaços culturais.

Um aspecto importante é a incorporação da herança africana à narrativa de revitalização, como evidenciam Carneiro e Pinheiro (2015), Pinheiro (2020), e Cândido e Rosa (2021). O reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a descoberta de um antigo cemitério de escravizados destacam a importância de preservar e homenagear a história afro-brasileira na região (CARNEIRO; PINHEIRO, 2015; PINHEIRO, 2020; CÂNDIDO; ROSA, 2021).

Guimarães e Castro (2023) reforçam o supramencionado, quando destacam a importância da inscrição do sítio arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da UNESCO, ressaltando não apenas a relevância histórica do local, mas também o reconhecimento internacional que isso traz (GUIMARÃES; CASTRO, 2023). Essa conquista representa uma valorização da herança cultural afro-brasileira e proporciona novas oportunidades para a difusão e preservação da história da escravidão na região (GUIMARÃES; CASTRO, 2023).

Santos (2017) destaca a importância da revitalização de áreas históricas e da criação de novos espaços culturais como parte do projeto, o que sugere uma abordagem mais ampla que reconhece a necessidade de preservar não apenas edifícios e locais históricos, mas também promover atividades culturais e artísticas na área portuária (SANTOS, 2017).

Diante da relevância da priorização da preservação do patrimônio histórico e cultural pelo projeto Porto Maravilha (MARTINS, 2015), é possível inferir que a reconfiguração dos usos da área portuária, com destaque para aspectos culturais e patrimoniais, especialmente o estímulo a práticas culturais e atividades de lazer, aponta para uma abordagem mais centrada na preservação e valorização do patrimônio cultural local (FERNANDES; PORTO, 2022).

Dessa forma, é perceptível que a preservação e promoção do patrimônio cultural desempenham um papel central no projeto Porto Maravilha, uma vez que foram desenvolvidas opções de moradia e infraestrutura não apenas para atrair novos residentes, mas também para integrar o patrimônio cultural à rotina da comunidade (DE LA BARRE; LIMA, 2019).

França (2013), inclusive, destaca a intenção do projeto de reinventar a cidade e criar uma centralidade globalmente conectada e atraente para investimentos e negócios, o que ressalta a importância atribuída ao desenvolvimento econômico e à projeção internacional da área revitalizada.

Além disso, a ênfase do compromisso do projeto com a preservação e promoção do patrimônio cultural afro-brasileiro na área portuária indica o reconhecimento da importância da herança africana na identidade cultural do Rio de Janeiro e sugere uma abordagem inclusiva para a revitalização da região (CACERES, 2014), enquanto a animação cultural e sua conexão com o turismo são consideradas complementares aos objetivos de grandes projetos urbanos, o que traz uma perspectiva de valorização do patrimônio cultural como uma ferramenta para impulsionar a economia local (MONTEIRO, 2023). Outro ponto positivo é a incorporação do patrimônio cultural à área revitalizada como um ímã para atrair novos moradores e promover um ambiente culturalmente enriquecedor (DE LA BARRE; LIMA, 2019).

Em uma abordagem controversa, diversos desafios e tensões relacionados à preservação cultural emergem durante a implementação do projeto, conforme discutido nos artigos de Albinati (2018) e Frendly e Pimentel (2022). Albinati (2018) destaca disputas quanto à legitimidade das políticas culturais, especialmente diante da predominância de interesses privados, enquanto Frendly e Pimentel (2022), assim como Mesentier e Moreira (2014), apontam para estratégias discursivas, alterações na paisagem urbana e revisões na narrativa histórica do comércio transatlântico de escravos, que tendem a diluir e minimizar a brutalidade da história da escravidão no porto do Rio de Janeiro. Essa narrativa seletiva pode afetar a compreensão pública da herança cultural da região (MESENTIER; MOREIRA, 2014).

Sánchez e Broudehoux (2013) destacam a problemática da priorização de projetos culturais em detrimento de necessidades mais urgentes da comunidade, como educação e saúde. Nesse contexto, é relevante mencionar a pesquisa conduzida nas comunidades de Gamboa e Saúde, que apresentou resultados sobre as mudanças experimentadas pelos residentes e questões relacionadas à turistificação e preservação do patrimônio cultural. A consideração das percepções e perspectivas dos moradores locais é fundamental no processo de revitalização (SILVA; FRATUCCI, 2022). Na análise das declarações sobre o patrimônio e a homogeneização cultural, é evidente que o processo de turistificação na área portuária levanta a hipótese da perda da autenticidade cultural nela existente (SALADINO; MENA, 2019). Isso ocorre devido ao foco excessivo no desenvolvimento econômico e turístico, resultando na negligência da preservação de elementos históricos e culturais importantes na região portuária (RIOS; OLIVEIRA, 2019).

Além disso, Oliveira (2023) ressalta a transformação cultural e urbana proposta pelo projeto, enfatizando sua intenção de provocar mudanças profundas na paisagem e na dinâmica social da região. Isso sugere uma visão ambiciosa que busca não apenas preservar o patrimônio

cultural, mas também reconfigurar a identidade e o tecido social da área portuária, o que resulta, então, na gentrificação e segregação socioespacial (OLIVEIRA, 2023).

Dessa forma, o impacto da revitalização da área portuária na dinâmica cultural se dá pela preservação ou transformação do patrimônio cultural existente e o surgimento de novos espaços culturais, o que influencia a identidade e coesão social da comunidade local, e se volta para a necessidade de abordagens sensíveis às questões culturais e sociais (NASCIMENTO; SILVA, 2015). Adicionalmente, a mercantilização do patrimônio cultural, especialmente no contexto da revitalização do Morro da Providência, que se torna atração turística, pode resultar na perda da autenticidade e na exclusão das comunidades locais, destacando a necessidade de políticas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a preservação da herança cultural e identidade dos moradores (SANCHEZ et al., 2016).

Oliveira (2021) acrescenta ao contexto anterior ao ressaltar a importância das possíveis implicações para o patrimônio cultural na área portuária e levantar a possibilidade de que o Projeto Porto Maravilha, inadvertidamente, comprometa a integridade de locais históricos e culturais. Kirby e Crabb (2019) destacam as preocupações sobre a mercantilização do patrimônio cultural resultante da transformação da área portuária em uma atração turística, o que levanta questões sobre a preservação da autenticidade cultural em meio aos esforços de revitalização urbana.

Broudehoux e Monteiro (2017) destacam a instrumentalização da cultura como parte do processo de gentrificação, juntamente com o uso de elementos culturais para promover uma imagem específica da área portuária, contribuindo assim para a exclusão de comunidades locais e a homogeneização da paisagem cultural. Nesse sentido, a resistência de grupos sociais afetados pelo projeto ressalta a importância da participação da comunidade na preservação da herança cultural e na defesa de seus interesses, ameaçados pelos interesses econômicos e políticos dominantes (WERNECK; NOVAES, 2020; ANGOTTI; RHEINGANTZ; PEDRO, 2019).

Em síntese, o Projeto Porto Maravilha desempenha um papel significativo na promoção e preservação do patrimônio cultural da zona portuária do Rio de Janeiro. No entanto, sua implementação enfrenta desafios em equilibrar os interesses econômicos, políticos e culturais, além de garantir a autenticidade e inclusão das comunidades locais na narrativa de revitalização. Surgem preocupações sobre a preservação da autenticidade cultural e a mitigação dos impactos negativos da gentrificação e da comercialização excessiva da cidade, o que ressalta a

importância de adotar abordagens equilibradas que valorizem tanto o patrimônio cultural quanto o desenvolvimento econômico, garantindo que a revitalização urbana beneficie verdadeiramente as comunidades locais e respeite sua herança histórica e cultural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi investigar os impactos atribuídos ao Projeto Porto Maravilha, sob a perspectiva do urbanismo neoliberal, na região portuária do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, em um recorte temporal desde seu lançamento em 2009 até o presente momento. Para tanto, foi analisada a produção científica envolvendo o tema.

Os principais achados apontam para conclusão de tratar-se de um tema em estudo por diversos campos do conhecimento, do urbanismo até arqueologia. Além disso, pela história do recorte espacial, sempre importante destacar a relevante questão étnica da população negra, em especial quilombola, como movimento político de resistência aos fatores extralocais.

Portanto, conclui-se que a implementação do Projeto Porto Maravilha impactou de maneira maciça a região portuária, indo de aspectos financeiros como a financeirização através de PPPs o ambiente imobiliário e eventual especulação convertendo o local em atrativo espaço de moradia para classe média, como também toda um intenso exercício dialético, muitas vezes conflituoso entre a população historicamente moradora do espaço e entes públicos, justamente por podemos inferir que o Projeto Porto Maravilha teve uma abordagem neoliberal.

Além disso, a Revisão Sistemática da Literatura, indicou conforme pontuado que existe uma rica e profícua produção científica sobre o Projeto Porto Maravilha, aponta que os diversos temas inerentes a uma intervenção urbana vêm sendo alvo de trabalhos científicos nos últimos anos.

Logo, em um primeiro contato, nota-se a importância do impacto do Projeto Porto Maravilha em diversos campos de conhecimento, conforme o levantamento da produção científica, tendo gerado inúmeros impactos históricos, sociais, ambientais, econômicos e culturais na região portuária.

Preliminarmente, uma ressalva importante, conforme Figura 3, a maior presença dos artigos está em periódicos de classe B, pela QUALI-CAPES, 11 artigos como B2, 9 artigos como B1 e 4 artigos como B3. O que acaba trazendo, conforme explorado nas limitações de pesquisa e resultados mais à frente, uma percepção de um menor rigor científico na própria produção científica.

Cabe especial destaque, que dentre toda a classificação da produção científica identificada, a de maior volume acaba sendo a gentrificação, ao conectar isso com a realidade, percebemos que as políticas de desocupação, em especial ao redor do Morro da Providência, foram extremamente duras, em especial, pela mecânica de ter a iniciativa privada à bordo do projeto e, novamente, uma orientação extralocal.

Logo, se infere um desalinhamento com o conceito de Cidades Sustentáveis, bem como toda uma desconexão com a política de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em especial o acesso ou direito à moradia, portanto existindo um claro desalinhamento com a governança global, a qual o Brasil é signatário

Todavia, apesar da quantidade de produções científicas que observam o aspecto social em seu sentido mais amplo e a intervenção urbana, percebe uma incipiência de estudos que se debruçam sob o prisma da participação popular na modelagem e aplicação do projeto urbanístico de maneira efetiva, em especial da população quilombola.

Por outro lado, notou-se a falta de pesquisas com abordagem metodológica de entrevistas com a população local, bem como de análise profunda dos documentos regulatórios inerentes ao todo desenvolvimento e ciclo de vida do Projeto Porto Maravilha.

Do mesmo modo, ao se observar os resultados, esse trabalho apresenta de maneira didática um diagnóstico das diversas abordagens da investigação científica sobre o projeto Porto Maravilha e seus impactos e desdobramentos, seja pelos diversos prismas de cada área do conhecimento, como também pelos diferentes procedimentos metodológicos.

Ademais, os resultados produzidos neste trabalho destacam a importância da realização de pesquisas futuras que estudem e analisem os desdobramentos do Porto Maravilha através de visitas de campo e aplicação de entrevistas para mensuração da participação da população local no processo decisório, buscando seja na identificação das lideranças locais e sua interação nos momentos de tensionamento político com os entes públicos e privados, como também a percepção da própria população sobre a intervenção urbana.

Também para estudos futuros, é importante que sejam verificados a extensa lista de documentos que envolvem a PPP do Projeto Porto Maravilha, seja pela ótica de controladoria e *compliance*, portanto se os documentos trazem adequação ao nosso escopo regulatório

previsto em legislação, bem como nos órgãos clássicos de controle como Tribunais de Contas por exemplo. Mas também uma análise qualitativa, buscando também uma interpretação crítica, não tão positivista, mas teleológica dessa documentação, verificando se de maneira efetivamente democrática a população se fez parte dos processos decisórios.

A limitação deste trabalho, neste sentido, se caracteriza justamente pela ausência da análise de documentação, como também da não interação prática através de entrevistas com a população local, a qual poderiam ter enriquecido ainda mais a pesquisa em testilha, contribuindo para o robustecimento como um todo.

Por fim, embora amplamente aceito, se faz necessário estudos que em seu procedimento metodológico tragam a população para a abordagem científica, primando por uma intervenção aproximativa, e ao mesmo tempo sem desconsiderar a natureza plural dos campos do saber que interagem com qualquer intervenção urbana, resultando assim em cidades não somente mais inteligentes e sustentáveis, mas também participativas.

**6. APÊNDICE I – LISTA DE CONTROLE DE ARTIGOS COM A APLICAÇÃO  
DOS RESPECTIVOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>INCLUÍDO POR</b>	<b>EXCLUÍDO POR</b>
<b>A critical look at the port area of Rio de Janeiro City   Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro</b>	2010	Carlos, C.A.S.L.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Río de Janeiro y las olimpiadas de 2016: la revitalización del centro urbano sobre la conjugación de los proyectos "Porto Maravilha" y "Porto Olímpico</b>	2011	Andreatta, Verena ; Vallejo, Manuel Herce	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: el eventismo como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos Do sonho olímpico ao projeto Porto Maravilha: o eventismo como catalizador da regeneração através de grandes projetos urbanos</b>	2011	Mauro Castro Coma	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Bioética e habitação: leitura ética sobre as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro</b>	2013	Assumpção, Erick Araujo de ; Schramm, Fermin Roland	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Em Busca de um Lugar ao Sol: Sentido, Estratégias e Consequências do Processo de Revitalização da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro / Seeking for a Place in the Sun: Sense, Strategies and Consequences of the Waterfront Revitalization's Process at City of Rio de Janeiro</b>	2013	Bruno Alves de França	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A Dinâmica Capitalista da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio: Flexibilização da Legislação Urbana, Apropriação Privada do Fundo Público e Financeirização da Terra Urbana / The Capitalist Dynamics of Port Urban Operation Consortion:</b>	2013	Cardoso, Isabel Cristina Da Costa ; Da Silva, Caroline Rodrigues	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

<b>Flexibilization of Urban Legislation, Private Appropriation of Public Funds and Financialization of Urban Land</b>				
<b>Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha</b>	2013	Leopoldo Guilherme Pio	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: Planning in a state of emergency</b>	2013	Sánchez, F., Broudehoux, A.-M.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico</b>	2014	Mesentier, Leonardo Marques de ; Moreira, Clarissa Da Costa	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>O espetáculo dos espaços públicos: vivências e expressões culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro</b>	2014	Passos, Flora D'El Rei Lopes	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Reconocimiento etnico, derecho a la habitacion y los impasses de la custodia del patrimonio afrodescendiente en Rio de Janeiro</b>	2014	Rodriguez Caceres, Luz Stella	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E SUAS NOVAS TERRITORIALIDADES</b>	2015	<b>Bruno Pereira Nascimento ; William Ribeiro da Silva</b>	<b>E1,E2,E3,E4,E5</b>	<b>N/A</b>
<b>Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana</b>	2015	Carneiro, Sandra de Sá ; Pinheiro, Márcia Leitão	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Urban evolution of the Rio de Janeiro Port</b>	2015	<b>Dias, C.R., De Arruda Campos, M.B.</b>	<b>N/A</b>	<b>E1</b>
<b>Entre Memórias e Futurismos: Enquadramentos Sobre o Projeto Porto Maravilha, Cidade do Rio de Janeiro</b>	2015	Martins, Mayã	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>O projeto Porto Maravilha e o rent gap de Neil Smith</b>	2015	Martins, Renato Domingues Fialho	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Revitalização urbana: a atuação de uma Comissão para Mediação de Conflitos no Projeto Porto Maravilha</b>	2015	Xavier, Priscilla Oliveira	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Designing Inequality?</b>	2016	Burdett, R	N/A	E2
<b>Seeds of Change: Urban Transformation in Brazil</b>	2016	Hartman, H	N/A	E2
<b>Landscaping Brazil: The Legacy of Roberto Burle Marx</b>	2016	Hepner, A and Macedo, SS	N/A	E2

<b>La Producción Elitista del Espacio Urbano Carioca: de los Cortiços y Favelas al Porto Maravilha</b>	2016	Lina Machado Magalhaes	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Latin American gentrifications</b>	2016	López-Morales, E., Shin, H.B., Lees, L.	N/A	E2
<b>Tomada de Decisão no Licenciamento Ambiental da OUC Porto Maravilha/ RJ Sob a Ótica da Avaliação Estratégica e da Análise Hierárquica Multicritério/Decision Making in Evironmental Licensing of OUC Porto Maravilha/RJ From The Perspective of Strategic Assessement And Multicriteria Hierarchical Analysis</b>	2016	Martins, Jorge Antônio ; Chacur, Matheus Rocha Pitta ; Nunes, Nina Lys de Abreu	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A City at Play: Rio de Janeiro on the Eve of the 2016 Olympic and Paralympic Games</b>	2016	Nobre, AL	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Possible Counter-Histories: Artivism and Popular Action in Morro da Providência, Rio de Janeiro</b>	2016	Sanchez, Fernanda ; Moreira, Clarissa ; Santos, Rosane ; Grossi, Grasielle ; Guterman, Bruna	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Where to for Brazil's Cities? Citizen Empowerment or Global Marketing?</b>	2016	Wisnik, G	N/A	E2
<b>Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha   A reinvenção da zona portuária do Rio de Janeiro: estigmatização territorial, ressignificação simbólica e repovoamento planejado no projeto Porto Maravilha</b>	2017	Broudehoux, Anne-Marie ; Monteiro, João Carlos Carvalhaes dos Santos	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Designing Politics: Designing Respect - Power and alterities within international cultural partnerships</b>	2017	Burocco, Laura	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Rio Olímpico: a mercantilização da cidade e o declínio do espaço público</b>	2017	Freitas, Ricardo Ferreira ; Elias, Roberto Vilela	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

<b>O Capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública</b>	2017	Thiago Sardinha Santos	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Apropriação do patrimônio cultural na região portuária do Rio de Janeiro: políticas culturais entre a territorialidade e a exploração</b>	2018	Albinati, Mariana Luscher	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Porto Maravilha: Urban dynamics of a changing tertiary sector after Rio 2016   Porto Maravilha: Dinâmicas urbanas do terciário em transformação pós-Rio 2016</b>	2018	de Oliveira Sanchez, R.L.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Images of precariousness, governance of the poor and ethnographic implications   Imagens da precariedade, governo dos pobres e implicações etnográficas</b>	2018	<b>Dos Santos Fernandes, A.</b>	<b>E1,E2,E3,E4,E5</b>	<b>N/A</b>
<b>Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise a partir do Porto Maravilha no Rio de Janeiro</b>	2018	<b>Sarue, Betina</b>	<b>E1,E2,E3,E4,E5</b>	<b>N/A</b>
<b>O CASO DA CONTAMINAÇÃO DAS ÁREAS DO ENTORNO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO</b>	2018	Velasco, Mariana	N/A	E2
<b>Reinforcing uneven development: The financialisation of Brazilian urban redevelopment projects</b>	2019	Mosciaro, M., Pereira, A.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro</b>	2019	Angotti, Fabíola Belinger ; Rheingantz, Paulo A. ; Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>White lies: Reclaiming rio de janeiro's denied slave past in the touristic redevelopment of the old port</b>	2019	Broudehoux, A.M.	N/A	E1
<b>Energia solar no meio urbano: análise para diferentes formas urbanas</b>	2019	Da Silva, Clerismar Fernandes ; Chaves Drach, Patrícia Regina ;	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

		Barbosa, Gisele Silva		
<b>A FAVELA E O SERTÃO NA FOTOGRAFIA DE MAURICIO HORA: A CONSTRUÇÃO DA UMA NARRATIVA DE PRESENÇA E LEGITIMIDADE</b>	2019	De Andrade, Júlia Santos Cossermelli	N/A	E2
<b>Memórias portuárias em disputa: (re)leituras do Porto Maravilha</b>	2019	De la barre, Jorge ; Lima, Karime Pereira Ribeiro	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Priming host city physical legacy plans: The bidding chronicles of Brazil's derailed sporting event infrastructure projects</b>	2019	Kirby, S.I., Crabb, L.A.H.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Application of the triple helix model in the revitalisation of cities: The case of Brazil</b>	2019	Pique, J.M., Miralles, F., Teixeira, C.S., Gaspar, J.V., Ramos Filho, J.R.B.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>O Lugar do Turismo nas Políticas Culturais: o caso do Boulevard Olímpico</b>	2019	Rios, Débora Anízio ; Oliveira, Maria Amália Silva Alves	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>La relación entre el Instituto Pretos Novos y las comunidades en el contexto del Porto Maravilha, Río de Janeiro, Brasil</b>	2019	Saladino, Alejandra ; Mena, Alicia Castillo	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-Megaeventos Esportivos</b>	2019	Sant'Anna, Maria Josefina Gabriel ; Ximenes, Luciana Alencar	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Contradictions of the Porto Maravilha neoliberal experiment in Rio de Janeiro   Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro</b>	2020	Santos, O., Werneck, M., Novaes, P.R.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Como as operações urbanas consorciadas resolvem a questão habitacional: reflexões a partir dos casos Água Espraiada (SP) e Porto Maravilha (RJ)</b>	2020	Alvaro Luis dos Santos Pereira ; Paula Custódio de Oliveira	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A construção identitária da marca Rio sob a perspectiva cultural:</b>	2020	Barroso de Mello, Flávia ; Grubits de Paula Pessôa, Luís	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

narrativas sobre o espaço convertido em mercadoria		Alexandre ; Moura Lima, Vitor		
Public property and social function: the destination of union lands in the Porto Maravilha Urban Operation - Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha	2020	dos Santos, OA ; Werneck, M; (...); Carvalho, APS	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
Traffic impact studies committed to sustainability: The case of Rio de Janeiro	2020	Gonçalves, F.D.S., Portugal, L.D.S.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
Cultura e turismo como recurso na formatação de ambiências urbanas: o caso do Porto Maravilha	2020	Gontyjo do Couto, Bruno	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
Com "os nossos ancestrais": luta e gramática no reconhecimento de lugar de remanescentes humanos no Rio de Janeiro	2020	Leitão Pinheiro, Marcia	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
Avaliação de vizinhança LEED e análise microclimática: um estudo de caso da morfologia urbana do Porto Maravilha, RJ, Brasil	2020	Marques da Silva, Amanda Martins ; Barbosa, Gisele ; Drach, Patricia	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
Porto de expectativas: enobrecimento e resistências nas intervenções do projeto "Porto Maravilha", cidade do Rio de Janeiro	2020	Martins, Mayã	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
The padua natural stone cluster: From the corrals to the olympic boulevard	2020	Peiter, C. C., Gameiro, M. M.	N/A	E2
Em busca da escala local: Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, atualidade e perspectivas	2021	Abascal, Eunice Helena S. ; Bilbao, Carlos Abascal	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
"Glory to all inglorious struggles:" negotiations, tensions, disputes, and resistance related to Afro-Brazilian heritage   "Glória a todas as lutas inglórias": negociações, tensões, disputas e resistências relativas ao patrimônio afro-brasileiro	2021	Cândido, M.M.D., Rosa, M.M.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

<b>Porto Maravilha: resignificando a cultura e o imaginário do porto do Rio de Janeiro?</b>	2021	Carmo, Maria Helena	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>O Patrimônio cultural no âmbito do porto maravilha: novos usos de "antigos" lugares</b>	2021	Fabio Peixoto	N/A	E1
<b>Uma sociologia das políticas de waterfront regeneration no Brasil: análise de três casos emblemáticos</b>	2021	Fedozzi, Luciano ; Vivian, Mariana	N/A	E2
<b>Legacy participation and the buried history of racialised spaces: Hypermodern revitalisation in Rio de Janeiro's port area</b>	2021	<b>Friendly, A and Walker, APP</b>	<b>E1,E2,E3,E4,E5</b>	<b>N/A</b>
<b>Projetos em waterfronts na era do empresariamento urbano: o caso do Porto Maravilha e da gentrificação da zona portuária carioca</b>	2021	Oliveira, Arthur	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>O empresariado urbano nos projetos de revitalização portuária no Rio de Janeiro</b>	2021	Riscado, Júlia Erminia	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Fosfobox no Porto Maravilha: sons e nomadismos da Princesinha do Mar</b>	2022	Alessandra de Figueiredo Porto ; Cíntia Sanmartin Fernandes	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Gandhi: O Afoxé de Filhos e Filhas no Rio de Janeiro - Gandhi: The Afoxe of Sons and Daughters at Rio de Janeiro</b>	2022	Andrade, Julia Santos Cossermelli ; Fonseca, Edilberto José Macedo	N/A	E2
<b>CONSUMER'S BEHAVIOR DETERMINANTS AFTER THE ELECTRICITY MARKET LIBERALIZATION: THE PORTUGUESE CASE</b>	2022	Maravilha, D; Silye, S and Laranjeira, E	N/A	E2
<b>Touristification in the Gamboa and Saude neighborhoods, Rio de Janeiro: perception of residents as a collective subject</b>	2022	Silva, M. H.; Fratucci, A. C.	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Sport mega-event fantasies to financialization: the case of Porto Maravilha</b>	2023	Bhimani, Zainab ; De Lisio, Amanda	E1,E2,E3,E4,E5	N/A

<b>PORTO MARAVILHA: UMA ANÁLISE DA LC 101 SOB A ÓTICA DO MARKETING TERRITORIAL</b>	2023	Da Silva, Amanda Martins Marques ; Lodi, Marluce Dantas de Freitas	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A wonderful global city? Resisting urban regeneration in Olympic Rio</b>	2023	Davies, M and Nogueira, JP	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro</b>	2023	Guimarães, Roberta Sampaio ; Castro, João Paulo Macedo	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Torres corporativas no Porto Maravilha: entre inércias e dinamismos</b>	2023	Montanari, Frederico Basso	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na zona portuária do Rio de Janeiro</b>	2023	Monteiro, João Carlos Carvalhaes dos Santo	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Porto Maravilha: alegoria de um Brasil em desencontro com o Brasil/Porto Maravilha: allegory of a Brazil at odds with Brazil</b>	2023	Oliveira, Aercio Barbosa de	E1,E2,E3,E4,E5	N/A
<b>Modernidade crítica, pensamento criativo e inovação: um estudo sobre as startups no Brasil</b>	2023	VASCONCELOS, ISABELLA FRANCISCA FREITAS GOUVEIA DE ; LEFRERE, FRÉDÉRIC ; HOUAISS, ELIAS CURY ; SOUZA, ALMIR ROGÉRIO DA SILVA	N/A	E2

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASCAL, Eunice Helena S.; BILBAO, Carlos Abascal. Em busca da escala local: Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, atualidade e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 102, p. 95-110, ago. 2021.

ADGER, W. N. Vulnerability Global Environmental Change, Vol. 16. 2006.

ADGER, W. N.; EAKIN, H.; WINKELS, A. Nested and networked vulnerabilities. In: **Critical States: Environmental Challenges to Development in Monsoon Southeast Asia**. Gerakbudgaya, 2009. p. 411-423.

ALBINATI, Mariana Luscher. Apropriação do patrimônio cultural na região portuária do Rio de Janeiro: políticas culturais entre a territorialidade e a exploração. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, n. 14, p. 177, 21 maio 2018.

AMADO, João. **Manual de investigação Qualitativa em Educação 3ª edição**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

AMORA, Luís Armando Saboya; POMPEU, GVM. O Populismo na América Latina e o Caminho da Servidão no Século XXI: A contribuição da teoria econômica de Friedrich von Hayek para a compatibilização entre crescimento econômico e desenvolvimento humano-Prim@ Facie-Direito, História e Política, 2016-periodicos. ufpb. br. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/28839>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019.

ANDRADE, Luciana Teixeira; SILVEIRA, Leonardo Souza. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 381-402, 2020.

ANDREATTA, Verena; VALLEJO, Manuel Herce. Río de Janeiro y las olimpiadas de 2016: la revitalización del centro urbano sobre la conjugación de los proyectos "Porto Maravilha" y "Porto Olímpico". **Cuaderno Urbano**, v. 10, n. 10, p. 129, 18 jan. 2011.

ANGOTTI, Fabíola Belinger; RHEINGANTZ, Paulo A.; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSUMPCÃO, Erick Araujo de; SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética e habitação: leitura ética sobre as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro. **Revista Bioética**, v. 21, n. 1, p. 96-105, abr. 2013.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, p. 443-464, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BERTH, Joice. O caminho da equidade no planejamento o espaço urbano. **Revista Arquitetas Invisíveis: pioneiras**, Brasília, n. 1, pp. 73-74, 2016.

BHIMANI, Zainab; DE LISIO, Amanda. Sport mega-event fantasies to financialization: the case of Porto Maravilha. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 5, 29 jun. 2023.

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa. **São Paulo: Malheiros**, v. 26, 2001.

BRASIL, Senado Federal. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção I, 11/07/2001, pág. nº 1, 2001.

BROUDEHOUX, Anne-Marie; MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha | A reinvenção da zona portuária do Rio de Janeiro: estigmatização territorial, ressignificação simbólica e repovoamento planejado no projeto Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 493, 25 ago. 2017.

BUROCCO, Laura. Designing Politics: Designing Respect - Power and alterities within international cultural partnerships. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, 2017.

CABRAL, Laíse do Nascimento; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20180063, 2019.

CÁCERES, Luz Stella. Reconocimiento étnico, derecho a la habitación y los impasses de la custodia del patrimonio afrodescendiente en Río de Janeiro». **Memoria y Sociedad** 18, no. 37 (2014): 94111.

CAMERINI, João Carlos Bemerguy. Os quilombos perante o STF: a emergência de uma jurisprudência dos direitos étnicos (ADIN 3.239-9). **Revista Direito GV**, v. 8, p. 157-182, 2012.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; ROSA, Mana Marques. Glória a todas as lutas inglórias: negociações, tensões, disputas e resistências relativas ao patrimônio afro-brasileiro. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 16, n. 2, 2021.

CARDOSO, Isabel; SILVA, Carolina. A Dinâmica Capitalista da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio: Flexibilização da Legislação Urbana, Apropriação Privada do Fundo Público e Financeirização da Terra Urbana. **Libertas**, v. 13, n. 2, 2013.

CARLOS, Claudio Antonio S. Lima, “Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro”, *Bitacora*, nº 2, 2010, p.23-54.

CARMO, Maria Helena. Porto Maravilha: resignificando a cultura e o imaginário do porto do Rio de Janeiro?. **Arquivos do CMD**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 181–190, 2021.

CARNEIRO, Sandra de Sá; PINHEIRO, Márcia Leitão. Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 384-401, dez. 2015.

CATAIA, Márcio. **Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Desmanchando consensos. 2000.

CAVALHEIRO, Eidy Regina Marcílio et al. O uso de semáforos inteligentes como instrumento no combate à crise de mobilidade urbana: uma análise da cidade de São Paulo. 2021.

CORREA, Mario Roberto Weyne. Quilombos urbanos em Porto Alegre: uma abordagem histórica da titulação do quilombo da família Silva (2003-2007). 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CORREIA, Alice; COELHO, Carolina; SALLES, Livia. Cidade interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça. **Observatório das Metrôpoles**, 2018.

COUTO, Bruno. Cultura e turismo como recurso na formatação de ambiências urbanas: o caso do Porto Maravilha. **Políticas Culturais em Revista**, v. 13, n. 2, p. 108, 24 set. 2020.

COSTA, Alex Franulovic da. Porto Maravilha: a evolução da região portuária e os cinco primeiros anos da Operação Urbana Consorciada. 2005. Dissertação ( Pós Graduação) - Escola de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Rio de Janeiro, 2005 Disponível em: [http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/artigo\\_evolucaourbana\\_alexcosta.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/artigo_evolucaourbana_alexcosta.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010

DA COSTA, Ana Carolina Silva; DE OLIVEIRA ARGUELHES, Delmo. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Universitas Humanas**, v. 5, n. 1, 2008.

DA COSTA MOREIRA, Clarissa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. Unesp, 2004.

MUNANGA, K. (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Ensino Fundamental, 2008.

DA CRUZ, Cleide Daiane Sousa; DE SANTANA-FILHO, Diosmar Marcelino. Racismo e direito à cidade: uma análise sobre a Cidade de Salvador. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 8, n. 12, p. e132010-e132010, 2020.

DAGNINO, Renato et al. A tecnologia social e seus desafios. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**, p. 187-209, 2004.

DASSÉ, Marine, **The Neoliberalization of Public Spaces and the Infringement of Civil Liberties**, Angles [Online], 8 | 2019, Online since 01 April 2019, connection on 07 December 2022. URL: <http://journals.openedition.org/angles/595> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/angles.595>

DAVIES, Matt; NOGUEIRA, João. A wonderful global city? Resisting urban regeneration in Olympic Rio. *Journal of International Relations and Development*, 19 set. 2023.

DA SILVA, Fátima de Jesus Maciel et al. **Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2018.

DE CARVALHO, Inaiá MM; ARANTES, Rafael de Aguiar. Transformações na estrutura urbana e desigualdades sociais: reflexões a partir da trajetória de Salvador. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022032, 2022.

DE LA BARRE, Jorge; LIMA, Karime Pereira Ribeiro. Memórias portuárias em disputa: (re)leituras do Porto Maravilha. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 28, n. 1, p. 227-248, 19 jun. 2019.

DE SOUSA, Camila Natália Santos et al. Análise do estresse ocupacional na enfermagem: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 52, p. e3511-e3511, 2020.

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>. Acesso em: 20 nov. 23.

DINIZ, N. De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha: colonialidade ao saber e transformações urbanas da região portuária do Rio de Janeiro. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 12., 2012, Bogotá. Anais [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-N-Diniz.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020. Acesso em 21 nov. 23.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

DONTHU, Naveen et al. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285-296, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>. Acesso em: 17 mar. 2024.

DOS PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2016.

DOS SANTOS, Maria Helena Carmo; BENEVIDES, Ricardo. Porto Maravilha: uma proposta de reinvenção do Centro do Rio pela ótica da requalificação do espaço urbano. **Revista Eptic Online**, 16 (1), p. 105-119, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. **São Paulo: Boitempo**, p. 186-193, 2014.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. Mapa **Favela com remoções x Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida**. In: SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. p. 67

FERNANDES, Adriana dos Santos. Imagens da precariedade, governo dos pobres e implicações etnográficas. **Sociedade e Cultura**, v. 21, n. 2, 17 dez. 2018.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; PORTO, Alessandra de Figueiredo. Fosfobox no Porto Maravilha: sons e nomadismos da Princesinha do Mar. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 7, n. 20, 2022.

FRANÇA, Bruno. Em Busca de um Lugar ao Sol: Sentido, Estratégias e Consequências do Processo de Revitalização da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro. **Libertas**, v. 13, n. 2, 2013.

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista Cefac**, v. 13, p. 937-943, 2011.

FREITAS, Ricardo Ferreira; ELIAS, Roberto Vilela. Rio Olímpico: a mercantilização da cidade e o declínio do espaço público. **INTERIN**, v. 22, n. 2, p. 73-90, 1 jul. 2017.

FRIENDLY, Abigail; PIMENTEL WALKER, Ana Paula. Legacy participation and the buried history of racialised spaces: Hypermodern revitalisation in Rio de Janeiro's port area. **Urban Studies**, p. 004209802110088, 6 maio 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GANEM, Angela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 93-118, 2012.

GARCIA, Antonia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. In: **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 2009. p. 543-543.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 65-88, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/146438>. Acesso em: 19 nov. 23.

Gedrat, D. C., Alves, G. G., & Silva, A. M. P. (2020). **Percepção de preconceito num quilombo urbano do Sul do Brasil**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215919>

GIANELLA, Letícia.. A produção do espaço urbano no contexto do Projeto Porto Maravilha: uma proposta metodológica. **XIII Simpósio de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, 2013.

GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela. ATORES EM DISPUTAS URBANAS: os espaços contenciosos do urbanismo neoliberal. *Caderno CRH*, v. 31, p. 9-23, 2018.

GOUGH, David; THOMAS, James; OLIVER, Sandy. An introduction to systematic reviews. 2017-2012.

GONÇALVES, Fabio dos Santos; PORTUGAL, Licinio da Silva. Traffic impact studies committed to sustainability: The case of Rio de Janeiro. **Journal of Environmental Management**, v. 253, p. 109573, jan. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CrH**, v. 32, p. 63-81, 2019.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; CASTRO, João Paulo Macedo. A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 35, n. 2, p. 63-82, 15 ago. 2023.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Editora FGV, 2014.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**, São Paulo: LVM Editora, 2.ed, 1944.

HAYEK, Friedrich August. The use of knowledge in society. In: **Modern Understandings of Liberty and Property**. Routledge, 2013. p. 27-38

HAYEK, Friedrich August. **The Role of Government in Education**, 1945.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Hucitec, 1980.

- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008
- HOLLING, Crawford S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual review of ecology and systematics*, v. 4, n. 1, p. 1-23, 1973.
- HONORATO, C. P. . Valongo: o mercado de almas da praça carioca. 1ª. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. v. 1. 187p.
- HOLLING, Crawford S. Perceiving and managing the complexity of ecological systems. **The Science and Praxis of Complexity**, p. 217-227, 1985.
- HOLLING, Crawford S. The resilience of terrestrial ecosystems: local surprise and global change. **Sustainable development of the biosphere**, v. 14, p. 292-317, 1986.
- KIRBY, Seth I.; CRABB, Lauren A. H. Priming Host City Physical Legacy Plans: The Bidding Chronicles of Brazil's Derailed Sporting Event Infrastructure Projects. **Event Management**, v. 23, n. 4, p. 627-640, 18 set. 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira. O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1431-1450, 2014.
- LOURENÇO, Daniel Braga; FERNANDES, Edilaine Neves. As contribuições da democracia deliberativa de Jürgen Habermas para um direito à cidade mais efetivo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 4, p. 392-410, 2019.
- MACLARAN, A., Kelly, S. (2014). **Neoliberalism: The Rise of a Bad Idea**. In: MacLaran, A., Kelly, S. (eds) *Neoliberal Urban Policy and the Transformation of the City*. Palgrave Macmillan, London. [https://doi.org/10.1057/9781137377050\\_1](https://doi.org/10.1057/9781137377050_1)
- MAGALHAES, Lina Machado. La Producción Elitista del Espacio Urbano Carioca: de los Cortiços y Favelas al Porto Maravilha. **Revista de Urbanismo**, n. 35, 30 dez. 2016.
- MARCO, Cristhian Magnus De; SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MÖLLER, Gabriela Samrsla. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano:

o direito à cidade como proposta decolonizadora. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. e20190253, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 6.ed, 2004.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARQUES DA SILVA, A. M.; BARBOSA, G. .; DRACH, P. Avaliação de vizinhança LEED e análise microclimática: um estudo de caso da morfologia urbana do Porto Maravilha, RJ, Brasil. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e00091, 2020.

MARTINS, Alessandra Ribeiro; SANTOS, Wilson Ribeiro dos. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano-um estudo de caso. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 32-49, 2017.

MARTINS, Jorge Antônio; CHACUR, Matheus Rocha; NUNES, Nina Lys de Abreu. Tomada de Decisão no Licenciamento Ambiental da OUC Porto Maravilha/ RJ Sob a Ótica da Avaliação Estratégica e da Análise Hierárquica Multicritério. **Economic Analysis of Law Review**, v. 7, n. 2, 2016.

MARTINS, Mayã. Entre Memórias e Futurismos: Enquadramentos Sobre o Projeto Porto Maravilha, Cidade do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe**, n. 16, 31 jul. 2015.

MARTINS, Mayã. Porto de expectativas: enobrecimento e resistências nas intervenções do projeto “Porto Maravilha”, cidade do Rio de Janeiro. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 32, 2020.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. O projeto Porto Maravilha e o rent gap de Neil Smith. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, p. 195, 20 dez. 2015.

MAURO CASTRO, Coma. Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: el eventismo como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos. **Urbe**, v. 3, n. 2, 2011.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MCCANN, Eugene J. Race, protest, and public space: Contextualizing Lefebvre in the US city. **Antipode**, v. 31, n. 2, p. 163-184, 1999.

MELLO, Flávia; PESSÔA, Luís Alexandre; LIMA, Vitor. A construção identitária da marca Rio sob a perspectiva cultural: narrativas sobre o espaço convertido em mercadoria. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 5, n. 13, p. 142, 22 abr. 2020.

MENCHISE, Rose Mary, FERREIRA, Diogo Menchise, ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil**. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.. 2023. Vol. 16(1):1-21. DOI: 10.4322/dilemas.v16n1.49274

MESENTIER, Leonardo Marques de; MOREIRA, Clarissa Da Costa. Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 35, 31 maio 2014.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. *STF rejeita ADI 3239: vitória se torna uma referência histórica dos direitos quilombolas*, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_sep/ir/noticias/2018/02-fevereiro-1/vitoria-no-julgamento-da-adi-3239-se-torna-uma-referencia-historica-dos-direitos-quilombolas-1](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/ir/noticias/2018/02-fevereiro-1/vitoria-no-julgamento-da-adi-3239-se-torna-uma-referencia-historica-dos-direitos-quilombolas-1). Acesso em: 25 set. 23.

MITCHELL, Don (2003). **The Right to the City: Social Justice and the Right to Public Space**. *Science and Society* 68 (4):515-517.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic reviews**, v. 4, p. 1-9, 2015.

MONTANARI, Frederico Basso. Torres corporativas no Porto Maravilha: entre inércias e dinamismos. **Espaço e Economia**, n. 24, 23 dez. 2022.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 1, 24 jan. 2023.

MOSCIARO, Mayra; PEREIRA, Alvaro. Reinforcing uneven development: The financialisation of Brazilian urban redevelopment projects. **Urban Studies**, v. 56, n. 10, p. 2160-2178, 18 mar. 2019.

NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do; BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Marília Aguiar Ribeiro do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 432-447, 2016.

NASCIMENTO, Bruno Pereira; SILVA, William Ribeiro. ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E SUAS NOVAS TERRITORIALIDADES. **Geo UERJ**, n. 26, 21 ago. 2015.

NOBRE, Ana Luiza. A City at Play: Rio de Janeiro on the Eve of the 2016 Olympic and Paralympic Games. **Architectural Design**, v. 86, n. 3, p. 28-39, 7 abr. 2016.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 35, n. 1, p. 204-218, 2018.

NUNES, Guilherme Chalo; MASCARELLO, Renata Piroli; ASSAF, Stephanie Mesquita. Urbanismo Neoliberal e acumulação por espoliação: notas sobre o desenvolvimento urbano contemporâneo e o caso da área portuária no Rio de Janeiro. **Indisciplinar**, v. 4, n. 5, p. 198-217, 2017.

OLIVEIRA, Aercio Barbosa de. Porto Maravilha: alegoria de um Brasil em desencontro com o Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 21, n. 51, 17 jan. 2023.

OLIVEIRA, Arthur. Projetos em waterfronts na era do empresariamento urbano: o caso do Porto Maravilha e da gentrificação da zona portuária carioca. **arq.urb**, n. 30, p. 72-85, 7 abr. 2021.

ORLANDI, Nana Vasconcelos; FERREIRA, Alvaro. **Projeto “Porto Maravilha” e a transformação espacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro**, 2014.. Disponível em: [www.pucRio.br/pibic/relatório\\_resumo2011/Relatorios/CSS/GEO/GEONana%20Vasconcelos%20Orlandi.pdf](http://www.pucRio.br/pibic/relatório_resumo2011/Relatorios/CSS/GEO/GEONana%20Vasconcelos%20Orlandi.pdf). Acesso em: 23 nov. 23

PANTA, M. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 79–100, 2019. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1521>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PANTA, Mariana; SILVA, M. N. Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a população negra. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 10, n. 1, p. 28-49, 2020.

PASSOS, Flora D'El Rei Lopes. O espetáculo dos espaços públicos: vivências e expressões culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 81, 30 nov. 2014.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Gabriela Leandro. Direito à cidade e questões raciais. **Coletiva**, 2019.

PEREIRA, Josemeire Alves. A eloquência dos silêncios: racismo e produção de esquecimento sobre a população negra em narrativas de memória das cidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 34, p. 439-462, 2020.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos; OLIVEIRA, Paula Custódio de. Como as operações urbanas consorciadas resolvem a questão habitacional: reflexões a partir dos casos Água Espreada (SP) e Porto Maravilha (RJ). **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 1, 27 abr. 2020.

PEREIRA, Rodrigo Kuestra. Experiências adquiridas pela prefeitura de Guarulhos/SP-Brasil no âmbito de sua cooperação internacional descentralizada: contribuição aos estudos da paradiplomacia. 2023.

PINHEIRO, Marcia. Com "os nossos ancestrais": luta e gramática no reconhecimento de lugar de remanescentes humanos no Rio de Janeiro. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2, p. 446-480, 23 jun. 2020.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIO, Leopoldo Guilherme. Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, 17 dez. 2013.

PIQUE, Josep Miquel *et al.* Application of the triple helix model in the revitalisation of cities: the case of Brazil. **International Journal of Knowledge-Based Development**, v. 10, n. 1, p. 43, 2019.

RAUL, Jessica Mara. Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para as políticas públicas. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 6, p. 46-53, 2015.

RIOS, Débora Anízio; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. O Lugar do Turismo nas Políticas Culturais: o caso do Boulevard Olímpico. **Mouseion**, n. 31, p. 59, 25 fev. 2019.

RISCADO, Júlia Erminia. O empresariado urbano nos projetos de revitalização portuária no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 50, p. 379-398, abr. 2021.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Luís Fernando Silva. Direito do Negro  Cidade: de uma Formao Socioespacial Racista  Utopia Lefebvriana. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, p. e20210438, 2022..

ROLNIK, Raquel. Terrrios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-109, 2011.

ROUSSEAU, Denise M.; MANNING, Joshua; DENYER, David. 11 Evidence in Management and Organizational Science: Assembling the Field's Full Weight of Scientific Knowledge Through Syntheses. **Academy of Management Annals**, v. 2, n. 1, p. 475-515, jan. 2008. v. 12, 2020.

SABATINI, F.; WORMALD, G.; RASSA, A. Segregación de la vivienda social: ocho conjuntos em Santiago, Concepcion y Talca. Santiago: **Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales de Pontificia Universidad Catolica de Chile**, p. 203-242, 2013.

SALADINO, Alejandra; MENA, Alicia Castillo. La relación entre el Instituto Pretos Novos y las comunidades em el contexto del Porto Maravilha, Río de Janeiro, Brasil\*. **e-cadernos CES**, n. 30, 15 dez. 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 5, n. 2, p. 132-153, nov. 2013.

SANCHEZ, Fernanda *et al.* Possible Counter-Histories: Artivism and Popular Action in Morro da Providência, Rio de Janeiro. **Streetnotes**, v. 25, 2016.

SANCHEZ, Renata. Porto Maravilha: Urban dynamics of a changing tertiary sector after Rio 2016. *In: JOURNAL OF HUMAN SPORT AND EXERCISE - 2018 - RIO 2016 OLYMPIC GAMES FIRST ANNIVERSARY SPECIAL EDITION. Journal of Human Sport and Exercise - 2018 - Rio 2016 Olympic Games First Anniversary Special Edition.* [S. l.]: Universidad de Alicante, 2018.

SANTOS, Orlando; WERNECK, Mariana; NOVAES, Patricia. Contradições do Experimento Neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Revista de Urbanismo**, n. 42, p. 1, 18 nov. 2019.

SANTOS, Thiago Sardinha. O Capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública. **Continentes**, v. 6, n. 10, 2017.

SANTOS, Orlando Alves dos *et al.* Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**,

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**, 2002a.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002b.

SANTOS, Agni Hévea dos. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 457-478, 2018.

SARUE, Betina. Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise a partir do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 61, n. 3, p. 581-616, set. 2018..

SASSEN, Saska. The Global City.. **Bulletin of Science, Technology & Society**, 13(2), 115-115, 1991.

SILVA, Clerismar Fernandes; DRATCH, Patrícia Regina; BARBOSA, Gisele Silva. Energia solar no meio urbano: análise para diferentes formas urbanas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 37, 1 jul. 2019.

SILVA, M. H.; FRATUCCI, A. C. . Turistificação nos bairros da Gamboa e da Saúde, Rio de Janeiro: percepção dos moradores como sujeito coletivo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 16, p. 2370, 2022. DOI: 10.7784/rbtur.v16.2370.

SILVA, Amanda Martins Marques da; LODI, Marluce Dantas de Freitas. PORTO MARAVILHA: UMA ANÁLISE DA LC 101 SOB A ÓTICA DO MARKETING TERRITORIAL. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 3, p. e1386, 20 mar. 2023.

SILVA, Marcos Henrique Paraiso. **Assistência à saúde em comunidades quilombolas: revisão sistemática**. Monografia (Graduação Faculdade de Medicina), Universidade Federal da Bahia, 2015.

SIQUEIRA, M. T.; DOEBELI, L. S.; SCHLEDER, C. S. E L.. **Operações Urbanas Consorciadas em cidades de médio porte: buscando o equilíbrio nos projetos urbanos**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 14, p. e20210175, 2022.

SMYTH, Hedley. Marketing the city: **The role of flagship developments in urban regeneration**. Taylor & Francis, 2005.

SPINAK, E. **Diccionario enciclopédico de bibliometria, cienciometría e informetría**. Caracas: UNESCO, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2013.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, v. 20, p. 245-265, 2018.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de; SILVA, Wagner Luiz Alves da; COSTA, Luzimar Pereira da. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um caso particular do possível das mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 1057-1071, 2019.

STAKE, Robert E. The art of case study research. Sage, 1995.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002, 328 p.

TEIXEIRA, Amanda Wanis. Renovação-Urbano-Cultural “Porto Maravilha”: A Seletividade das Políticas Urbana e Cultural na Reconstrução Simbólica da Região Portuária do Rio de Janeiro. Dissertação (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal Fluminense, 2018

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo.** 2015. p. 175-175..

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. São Paulo: Atlas, 2008.

XAVIER, Priscilla Oliveira. Revitalização urbana: a atuação de uma Comissão para Mediação de Conflitos no Projeto Porto Maravilha. **e-cadernos CES**, n. 23, 1 jun. 2015.

XIAO, Yu; WATSON, Maria. Guidance on Conducting a Systematic Literature Review. **Journal of Planning Education and Research**, v. 39, n. 1, p. 93-112, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0739456x17723971>. Acesso em: 17 mar. 2024.

VAN DEN BRULE, David Melo. Justiça socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte-CE. Dissertação (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

VAN KEMPEN, Eva T. The dual city and the poor: social polarisation, social segregation and life chances. **Urban studies**, v. 31, n. 7, p. 995-1015, 1994.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, v. 48, p. 75-131, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio nobel, 1998.

VUIGNIER, Renaud (2016). **Place marketing and place branding: A systematic (and tentatively exhaustive) literature review.** Working Paper de l’IDHEAP, 5/2016.

WAPSHOTT, Nicholas. **KEYNES x HAYEK: A origem e a herança do maior duelo econômico da história.** Editora Record, 2016.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucaultiana. **GEOUSP**, v. 25, p. e172194, 2021.